

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA**

EDUARDO ROSSLER

**A VILA E A PRISÃO: NOVAS PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE
PRISIONIZAÇÃO**

**SÃO CARLOS
2019**

EDUARDO ROSSLER

**A VILA E A PRISÃO: NOVAS PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE
PRISIONIZAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jacqueline Sinhoretto

SÃO CARLOS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Eduardo Henrique Rosler Junior, realizada em 10/04/2019:

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
UFSCar

Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies
UPEL

Profa. Dra. Juliana Tonche
UFBA

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Luiz Antônio Bogo Chies, Juliana Tonche e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

À professora Eneida Cario.

AGRADECIMENTOS

Este talvez seja o momento mais difícil desta dissertação. Tantas pessoas cruzaram meu caminho durante este percurso que seria impossível agradecer a cada um aqui nestas páginas. De maneira direta ou indireta, todos foram responsáveis de alguma maneira pelo meu crescimento como ser humano. Os gestos, palavras, e suporte foram imprescindíveis para que este trabalho pudesse ser concluído. A todas essas pessoas, meu mais sincero obrigado.

Agradeço aos meus pais e meu irmão por dividirem essa jornada longa, agradável e ao mesmo tempo muito difícil. Sem o apoio de vocês nada seria possível. Se devo grande parte deste trabalho a alguém, são vocês.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFSCar pelo aprendizado, pelas aulas e pelos momentos de generosidade, no tratamento gentil e humano que me fizeram acreditar em uma Sociologia ética e engajada com o ensino.

Meus colegas de pós-graduação, gostaria de deixar meu imenso obrigado, pelas leituras, críticas e pela amizade. Foram momentos inesquecíveis e de inestimável valor.

À Jacqueline Sinhoretto, pela orientação ao longo de todo este projeto. Pelas reuniões, leituras e sugestões que me ajudaram a corrigir as rotas de pesquisa e colocar esta dissertação na direção correta. Também meus agradecimentos ao professor Luiz Antônio Bogo Chies e a professora Juliana Tonche, pela gentileza do aceite em participar como membros da banca de qualificação e defesa, pela leitura e comentários certos, identificando os problemas e sugerindo caminhos para sua resolução.

Aos professores Maria Aparecida de Moraes Silva e Jacob Carlos Lima, por serem os responsáveis pela disciplina Seminário de Dissertação e tese que, ainda no início desta empreitada, contribuíram para que eu pudesse estar atento às possibilidades metodológicas que este trabalho poderia tomar, e me ajudaram a escolher o melhor caminho.

À Tálita, leitora, amiga, namorada e companheira. Por todos os momentos em que pude dividir minhas alegrias, minhas inseguranças, vitórias e derrotas. Muito obrigado.

Ao GEVAC pela inesgotável fonte de aprendizado e pesquisa.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Sem este financiamento, não seria possível concluir esta dissertação.

*“Desato o nó da trama, enterro a discórdia no abraço
Arrebato os peito de bronze por trás das barra de aço
Se renda, entenda o que ataca, a cegueira amola a faca
Da má lida com a existência, faz a luz da essência opaca
E nas crianças o brilho tá, olho lá que é pra enxergar
Agregar o meu viver o que devemos preservar
Rumo ao amor! Não importa qual caminho trilhe
Não se incline, sonho que se sonha junto é o maior louvor”*

Criolo e Síntese.

RESUMO

Este trabalho situa-se dentro do campo da sociologia das prisões. Mais especificamente, no processo de apreensão e atualização dos estudos sobre os efeitos do sistema prisional em determinados grupos da sociedade, a prisionização. O objeto de interesse é a chamada “vila”, um grupo de casas destinadas aos gestores do complexo penitenciário Campinas-Hortolândia, no interior do Estado de São Paulo, localizada a menos de 60 metros dos muros da prisão. Este trabalho tem a intenção de observar e analisar micro-relações entre os moradores e ex-moradores desta localidade, todos gestores prisionais e seus familiares, e de que maneira a prisão e a prisionização contribuem para a organização do seu cotidiano. Em consonância com as mudanças nas políticas públicas do sistema penitenciário paulista, como a expansão das unidades prisionais, seu controle pelas facções criminosas e da guerra contra as drogas, este trabalho buscou apreender como essas questões foram administradas por esse grupo na busca por estratégias de manutenção da normalidade das relações sociais estabelecidas neste local. Através de entrevistas e da reconstrução da memória coletiva do grupo, foi possível perceber que a influência da prisão gera não apenas uma mudança no discurso sobre a insegurança no plano consciente, mas também um processo profundo de subjetivação da lógica prisional, reorganizando as estratégias para garantia da coesão e solidariedade do grupo. Através de um processo simbiótico (entre prisão e vila) e conflitante, as relações observadas se mostraram como um esforço constante das famílias em reforçar e ressignificar os elementos da instituição familiar e de comunidade, por meio de adaptações que reagem ao cotidiano prisional. Essas adaptações são incorporadas ao cotidiano e normalizadas, transformando-se de objetos de ruptura da ordem em elementos que fazem parte da constituição da própria comunidade. Nem dentro, nem fora, mas através da prisão, a vila torna uma comunidade *sui generis*, uma exacerbação da influência da prisão nos grupos que afeta. Na vila dos gestores, as distinções entre público e privado se enfraquecem, na medida em que a solidariedade entre os membros se fortalece. Isto causa, como procurei demonstrar, uma comunidade com um alto grau de interdependência, o que acaba resultando em um comportamento ímpar, descolado da sociedade ampla. Também foi possível observar os dilemas e a grande dificuldade de readaptação dessas famílias ao convívio com a sociedade, principalmente no momento em que se desligam dos cargos e encerraram as conexões com a comunidade da vila.

Palavras-chave: Prisões. Sistema Prisional. Prisionização. Memória.

ABSTRACT

This work is situated within the sociology of prisons field. More specifically, in the process of apprehending and updating studies on the effects of the prison system on certain groups of society, prison. The object of interest is the so-called "vila", a group of houses destined to the managers of the Campinas-Hortolândia penitentiary complex, in the interior of the State of São Paulo. Located less than 60 meters from the prison walls, this work intends to observe and analyze micro-relations between residents and former residents of this locality and how prison contributes to the organization of their daily lives. In keeping with the changes in the public policies of the prison system in São Paulo, such as the expansion of prisons, its control by the criminal factions and the war on drugs, this work sought to understand how these issues were managed by this group in the search for strategies of maintaining the normality of social relations established in this place. Through interviews and the reconstruction of the collective memory of the group, it was possible to perceive that the influence of the prison generates not only a change in the discourse about the insecurity in the conscious plane, but also a deep process of subjectivation of the prison logic, reorganizing the strategies for guarantee cohesion and solidarity of the group. Through a symbiotic (between prison and village) and conflicting process, the relationships observed were shown as a constant effort by families to reinforce and re-signify the elements family and community institution, through adaptations that react to daily prison. These adaptations are incorporated into the everyday and normalized, becoming no longer objects of disruption of order, but rather elements that are part of the constitution of the community itself. Neither inside nor outside, but through prison, the village makes possible a sui generis community, an exacerbation of the influence of the prison in the groups in which it transforms. In it, the distinctions between public and private are weakened, as the solidarity between members strengthens. This causes, as I have tried to demonstrate, a community with a high degree of interdependence, which results in an odd, detached behavior of the broader society. It was also possible to observe the dilemmas and the great difficulty of the adaptation of these families to social contact, especially at the moment when they disengaged from their positions and closed the connections with the village community.

Keywords: Prison. Prison System. Prisonization. Memory.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1.1	ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	20
1.2	METODOLOGIA.....	21
1.3	NOTAS SOBRE SUBJETIVIDADE, PODER E DOMINAÇÃO	32
2	PRISIONIZAÇÃO	40
2.1	O DEBATE INTERNACIONAL.....	40
2.1	O DEBATE NACIONAL	51
2.2	PRISIONIZAÇÃO, PARA UM NOVO MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL ..	54
3	A PRISÃO	59
3.1	O DEBATE INTERNACIONAL.....	59
3.2	AS PRISÕES NO BRASIL.....	69
4	A VILA	74
4.1	A CONFIGURAÇÃO FAMILIAR E OS RITOS DE SOLIDARIEDADE	76
4.2	A VILA OPERÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL.....	78
4.3	OS GESTORES	89
4.4	OS FAMILIARES	104
4.5	A CHEGADA.....	110
4.6	NATANAEL, UMA PAISAGEM E NUVENS DE ALGODÃO	114
4.7	O COTIDIANO	118
4.8	DUAS VISITAS.....	123
4.8	OS ÚLTIMOS ANOS	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS.....	138
	ANEXOS	146

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema das prisões no Brasil é urgente. Com a terceira maior população carcerária do mundo e um sistema de justiça desigual e violento, o sistema prisional brasileiro tornou-se há muito uma questão de interesse nacional. Mais do que isso, as consequências do enorme avanço da população carcerária, da seletividade étnico-racial da criminalização, a interiorização das unidades prisionais e a consolidação dos coletivos de presos são objetos de grande interesse social – e a sociologia tem se dedicado há muito tempo na compreensão destes desdobramentos. Para termos uma ideia concreta do problema social que a prisão tornou-se ao longo dos anos, o Brasil encarcera em média 100 mil pessoas a cada dois anos¹, em estruturas que estão 166% acima de sua capacidade máxima. 700 mil pessoas presas, onde um terço delas estão em prisão preventiva aguardando julgamento. Partindo do pressuposto constitucional da presunção de inocência, estamos em um sistema de justiça que encarcerou aproximadamente 250 mil pessoas que poderiam ser, ao fim do processo criminal, inocentes.

Somados a isso, estudos apontam de maneira indiscutível as manifestações do racismo estrutural na composição étnica no sistema penitenciário. Pesquisas (Sinhoretto et al., 2012; 2014), demonstraram que a população negra compõe aproximadamente 60% das vítimas da letalidade policial. Um percentual ainda maior (64%) é encontrado em relação às diferenças étnicas entre os detentos, segundo o levantamento de informações penitenciárias (2016).

Verifica-se racismo institucional no modo como o sistema de segurança pública opera, identificandoos jovens negros como perigosos e os colocando como alvos de uma política violenta, fatal. [...] a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, ao passo que os brancos, menos visados pela vigilância policial, gozam de menor visibilidade diante da polícia, sendo surpreendidos com menor frequência em sua prática delitiva (Sinhoretto et al., 2014. p. 28).

Como um último ponto deste panorama, as prisões brasileiras (sobretudo as paulistas), precisam lidar com poderes paralelos extremamente organizado e violentos, que passam a fazer parte dos jogos de poder à partir do início da década de 1990. Surgido em 1993 na Casa de Custódia de Taubaté², o Primeiro Comando da

¹ <http://www.prisonstudies.org/country/brazil>

² Ver Dias (2011) e Silvestre (2016)

Capital ganha força dentro e fora dos presídios brasileiros – sobretudo paulista – e é, sem dúvidas, um dos grandes responsáveis pelas novas formas de se perceber e mediar seus conflitos. Como apontado por Dias (2011), o PCC nasce de uma necessidade de organização da população carcerária frente às condições precárias das prisões e as violentas arbitrariedades sofridas pelos presos tanto pelo setor administrativo como de outros grupos de encarcerados. Sua expansão pelos presídios paulistas foi densamente marcada pela demarcação de territórios e estabelecimento de hierarquias em larga medida através do uso da violência.

Dentro desta perspectiva, a pergunta sobre quais são, portanto, os efeitos desses processos nos indivíduos e grupos que orbitam a prisão e seus agentes torna-se necessária. A chamada prisionização, com efeito, tornou-se então um caminho conceitual possível neste trabalho, uma espécie de ponto de partida. Como veremos ao longo dos capítulos dessa dissertação, diversos autores concentraram seus olhares nos supostos efeitos da prisão em uma infinidade de grupos sociais. Para este trabalho, o objeto de interesse encontra nas casas destinadas aos gestores do complexo penitenciário Campinas-Hortolândia seu foco.

A pesquisa que apresento nestas páginas começou a ser concebida há muito tempo, muito antes sequer de considerar a hipótese de me tornar um sociólogo. Tenho para mim que o interesse por este tema e a vivência dos conflitos que envolvem a prisão começaram ainda em minha infância, mais precisamente, no meu próprio nascimento. Sou filho de funcionários públicos, trabalhadores do sistema prisional desde o final da década de 1970 e, como tal, faço parte dos filhos e filhas que nasceram “dentro” do sistema prisional paulista. Explico. Em algumas unidades prisionais, os cargos de gestão são contemplados por uma casa funcional em um espaço residencial localizado próximo à unidade prisional. Estas moradias são fornecidas aos gestores pelo tempo que desempenharem seu cargo. A proximidade entre a unidade prisional e estas áreas residenciais é pequena, podendo variar conforme o projeto construtivo da unidade. Tais residências fazem parte do projeto arquitetônico da prisão, como nas vilas operárias, onde os trabalhadores devem estar disponíveis o mais rápido possível quando solicitados.

No ano em que nasci, minha família morava no município de Itirapina-SP, e meu pai, diretor de segurança da Penitenciária I, ocupava uma destas casas. Aos dois anos, convidado a assumir a direção geral na então recém-inaugurada Penitenciária II de Hortolândia, minha família mudou-se de cidade e vivi nas casas destinadas aos

gestores até os 16 anos de idade. Nesta longa experiência de 14 anos, pude perceber de maneira ainda difusa, mas muito profunda, a experiência de estar conectado ao sistema prisional e conviver em um ambiente de extrema particularidade e complexidade.

Ingressei na universidade em 2012 no curso de Ciências Sociais e logo comecei a descobrir a possibilidade de compreender tais particularidades sob uma perspectiva sociológica. E sinto a responsabilidade de contar uma parte da história das prisões, que ainda possui algo de inacessível. Entendo o caminho que pretendo percorrer, e procuro orientação entre os docentes para que eu possa dar cabo de tais anseios. Ao contar um breve relato das minhas expectativas com esta ideia, fui acolhido gentilmente pela professora Jacqueline Sinhoretto, grande intelectual da segurança pública, que logo me convidou para participar mais ativamente das atividades do grupo de pesquisas do qual é coordenadora.

Passei a frequentar algumas reuniões do Gevac (Grupos de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos - DS/UFScar) e descobri que não estava sozinho. Ali estavam pesquisadores em formação que compartilhavam dos mesmos anseios que vinham povoando meu pensamento, e para além da ciência, indivíduos comprometidos com o trabalho da sociologia e movidos pelos mesmos anseios pessoais que me fizeram entrar em contato com este grupo.

Desenvolvi durante a graduação um projeto de Iniciação Científica pelo PIBIC, que teve como resultado a minha monografia de conclusão de curso: *O Carandiru Caipira: Estratégias de gestão na política prisional paulista*. Naquele momento, estava interessado em me aventurar nas mudanças de perspectiva e de ação dos gestores ao longo do processo de redemocratização do país e sobretudo compreender como o fortalecimento dos coletivos de presos, mais especificamente o PCC, mudou a forma como o corpo gestor toma decisões no seu dia a dia de trabalho.

Percebi em minhas primeiras investigações e idas a campo que o estudo da sociologia me permitiu observar meus interlocutores sob perspectiva, muitos deles do meu convívio diário desde muito jovem. Os costumes, os gestos, as falas, os dramas e o cotidiano ganharam outra cor, e pude perceber que a prisão tinha algo de mais sutil, alguma coisa que penetrava nos que conviviam com ela e que os aproximava. Volto a minha atenção a este detalhe e com ajuda de muitos colegas e do essencial

apoio e orientação da professora Jacqueline Sinhoretto, me encontrei com o conceito da *prisionização*.

Aquela perspectiva trouxe-me uma esperança e uma vontade verdadeira e intensa de compreender quais os efeitos da prisão nestes grupos de que sou tão familiar. Mais do que isso, o que a prisão fez de mim mesmo? O quanto ela influenciou minha percepção da realidade e meus valores? Começo essa jornada nesta dissertação, sem pretender esgotar o tema, mas tentar contribuir de alguma maneira com os frutos da análise dos materiais colhidos, das entrevistas e da minha própria auto-análise. É sem dúvidas uma pesquisa muito pessoal e faz parte do que chamo de responsabilidade sociológica do pesquisador que tem algo a dizer, que viveu algo que pode ajudar a compreender algum detalhe do mundo em que vivemos.

Distando apenas 100 metros dos muros da prisão, passei toda minha infância e boa parte da minha adolescência em uma rua de aproximadamente dois quarteirões, em uma das 13 casas destinadas ao corpo gestor das penitenciárias I, II e III. A prisão portanto tem também a função de paisagem neste recorte. Via-se e se vê a prisão a partir das casas. Há uma sensação de insegurança constante, dissimulada nos almoços de fim de semana, nas festas juninas de rua, nos aniversários e na enorme solidariedade dos moradores.

Meu interesse de pesquisa portanto tornou-se, no primeiro momento, o resgate da memória do período entre 1992-2003 para uma análise inicial da vila, tempo em fui morador e que coincide com a emergência de diversos processos relativos às transformações da segurança pública no cenário paulista.

Passei pelo processo seletivo e ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar) começando meu trabalho. Fui contemplado com uma bolsa CAPES, que tem me possibilitado a execução da pesquisa, as viagens, os campos, os livros e a moradia. Sem ela não seria possível sequer começar. Com a fundamental ajuda dos docentes e das disciplinas cursadas, comecei a dar os contornos deste trabalho.

Em primeiro lugar, desenvolvi uma pesquisa empírica, procurando localizar os indivíduos que conviveram comigo no período em que morei na vila e os que ali moram nos dias de hoje. Lancei mão das entrevistas em profundidade com tais atores, como método de pesquisa. Consegui, através de uma reunião informal dos meus antigos

colegas de infância, o contato com todos eles, e retomei as conversas com grande parte deles. Com o andamento da pesquisa, o projeto foi lido e criticado por diversos pares, tanto do grupo de pesquisa no qual faço parte, quanto nas disciplinas em que os projetos são avaliados e debates são efetuados no intuito de aprimorá-lo. Notou-se que no projeto inicial não havia um detalhamento exato de como as memórias – minhas, dos ex-moradores e atuais – seriam analisadas e depuradas. Disso decorreu que era necessário o levantamento de uma literatura específica sobre a sociologia da memória, pois sem ela não seria possível qualquer tentativa de análise sociológica relevante. Portanto, foram adicionados à bibliografia algumas referências deste campo da sociologia, que servirá como subsídio para o tratamento das memórias. Em relação ao acesso prático aos meus interlocutores, o caminho transcorrido se tornou mais tranquilo. Em minha monografia de conclusão de curso, retomei o contato com indivíduos que me abriram portas para futuras entrevistas.

Ainda que no início os interlocutores parecessem resistentes a contar sobre sua vida e seu trabalho, ao longo do tempo as informações foram chegando e a confiança foi estabelecida novamente. E aqui há um ponto importante que precisa ser esboçado neste momento. A vida dos que trabalham nas prisões, dos seus familiares e dos grupos que têm laços sociais mais fortes, tem na confiança e na discrição um de seus pilares fundamentais. A vida das famílias que estão conectadas à prisão através dos que nela trabalham possui (o sujeito é a vida) algumas regras informais, por vezes não ditas, que se baseiam na necessidade de não falar da prisão, dos dilemas, e mesmo da profissão para outros indivíduos que não estejam dentro do perímetro de confiança formado nas relações mais estreitas.

Isto nos leva a um problema que transita tanto na esfera do método, como do discurso. De método porque o acesso aos interlocutores, pela discrição do seu trabalho, torna-se difícil. Mesmo consultando a literatura das prisões, não é tarefa simples identificar os atores que trarão informações relevantes ao tema proposto pelo pesquisador, e isto fica ainda mais evidente quando as tentativas de contato começam a ser desenhadas. Institucionalmente, o acesso aos interlocutores deve ser feito através de uma série de documentos, autorizações e burocracias que servem como um “escudo”, intencional ou não, que torna o acesso ao campo algo totalmente imprevisível. Não se sabe se o acesso será garantido ou quantas oportunidades o

pesquisador terá para que suas hipóteses e seus anseios sejam contemplados. Esta instabilidade da pesquisa neste tema em específico dá ao método um peso maior, instável e muitas vezes ineficiente. Isto porque, não há acesso livre às prisões, não há possibilidades de coleta de dados com o uso de equipamentos eletrônicos e, dado o caráter sigiloso presente na própria forma como os profissionais do sistema carcerário se veem e se comportam, os dados coletados são de pouca profundidade.

Dessa forma, posso afirmar que o acesso institucional ao sistema penitenciário e seus atores somente consegue obter respostas institucionais na pesquisa. O discurso torna-se neutro, pouco revelador e pouco proveitoso para esta dissertação. Isto não significa afirmar que tais discursos não possuem relevância no campo da sociologia, ou no campo dos estudos prisionais, já que, o próprio olhar “institucionalizado” também se encontra inserido no campo do discurso e, portanto, no campo do poder. O que nos leva a adquirir uma capacidade de apreensão também única e fundamental para o entendimento holístico dos dilemas que envolvem a prisão como instituição.

Acredito ser este um dos motivos pelos quais as pesquisas sobre as prisões têm se voltado em grande parte à comunidade carcerária e seus familiares. Neste caso sem a proteção institucional, e tratando-se de um grupo que historicamente se forma à margem da sociedade, a ciência acaba por se tornar um dos únicos locais em que estes grupos têm voz ativa e suas considerações são apreendidas de forma séria. No entanto, pode-se argumentar que os agentes penitenciários, gestores e seus familiares são subalternizadas dentro do funcionalismo público, o que devo concordar.

A diferença que encontro entre estes grupos subalternizados e dos porquês da maior dificuldade de acesso à pesquisa em relação aos presos e seus familiares está, em minha leitura, no fato de ser um grupo que precisa trabalhar dentro da lei, e sendo ela pouco eficiente em garantir a segurança de trabalho necessária, precisam construir uma espécie de proteção dentro da sua comunidade. Esta proteção está baseada justamente na noção de sigilo profissional e de comportamento social de invisibilidade dos discursos, que acaba por dificultar a coleta de informações de campo para o pesquisador. Kant de Lima (1999) percebe que este processo tem raízes no próprio modo como o sistema de justiça brasileiro é praticado. Baseado em um “sistema de verdades” jurídicas contraditórias, os grupos citados estão a todo

momento sujeitos a procedimentos judiciais distintos, onde a apropriação particularizada das informações é a sua marca. Como consequência, a produção da verdade jurídica (e como consequência o que será considerado como delito), torna-se um elemento de dominação, pois hierárquico e difuso.

Assim encontro um caminho de exploração sociológica possível, ou seja, e se alguém de dentro da comunidade, alguém que possui uma relação estreita com os interlocutores, e faz parte do “perímetro de confiança” dos atores se pusesse na condição de pesquisador e buscasse as respostas sem o filtro institucional e da desconfiança? Este é um dos pilares deste trabalho e o principal motivo pelo qual ele tem potencial de oferecer alguma contribuição aos estudos sociológicos da prisão. Tratar com os atores diretamente, sem o filtro da burocracia penitenciária, e conhecer parte dos códigos de conduta desta comunidade, leva o pesquisador a conseguir atalhos importantes para a pesquisa e acesso a informações que, sem a confiança dos interlocutores, estaria confinado a respostas institucionais sobre suas vidas e sua profissão. Devo mencionar contudo que as “respostas institucionais” não possuem menor valor sociológico, mas oferecem respostas e caminhos de pesquisa distintos e complementares.

No entanto, mesmo nesta situação que parece ideal, há ainda outro problema, o do próprio papel social do pesquisador. Em um ambiente em que as relações de confiança determinam a profundidade ou mesmo o acesso a temas delicados, profundos e pessoais, é fundamental que este laço de confiança não seja quebrado. Incentivar os discursos no papel de pesquisador, mesmo fazendo parte do perímetro de confiança dos interlocutores, acaba gerando um certo estremeamento das relações, justamente pela ambiguidade em que acabo me encontrando. Ser ao mesmo tempo pesquisador e membro do grupo o qual quero investigar, faz com que os interlocutores não saibam até que ponto ainda sou “digno” da confiança. Por isso digo que o processo de confiança/desconfiança nesta situação também pode se tornar delicado. Falar sobre a prisão, sobre sua influência na vida pessoal e de seus entes queridos, não é algo que se consiga apreender com apenas algumas incursões a campo. Neste prisma, aproveitei o momento para frequentar o ambiente de trabalho destas pessoas ao longo de 2017, apenas como observador, para que minha presença naqueles ambientes se tornasse cada vez mais tranquila e “invisível”. Ao

longo dos meses, percebi que a tarefa se cumpriu e as distâncias se apequenaram.

Muitos dos meus interlocutores que trabalham no complexo penitenciário moram nas casas destinadas à gestão, mas nem todos. Este percurso me forneceu uma série de avanços, sendo possível portanto iniciar a organização de um repertório de memórias que pudessem ser então tratadas de maneira objetiva. Além disso, o contato diário que tenho com interlocutores, aliado agora às minhas pontuais intervenções para aprender mais sobre sua vida pessoal e profissional, me possibilitaram um olhar renovado e rico em informações para esta dissertação.

Todos estes dados foram tratados e novos materiais foram incorporados a este trabalho, resultando nessa dissertação. Com os avanços de campo foi possível traçar de maneira objetiva os caminhos possíveis para o desenvolvimento desta pesquisa. Desta forma, no próximo tópico, encarrego-me de discorrer sobre o plano de dissertação. Ressalto a grande importância da sociologia da memória, ou sociologia oral, que tem fundamental influência neste trabalho. Digo isso porque as memórias serão acessadas a todo instante, permeando o texto, seja sob forma de citação, transcrição de entrevistas, ou as próprias memórias vivenciadas por mim, assim como observa Pollak (1992, p. 2):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

A coletividade na construção da memória vem de dois pontos principais que a constituem como tal. Como dois pares complementares - que são fundantes no estabelecimento da memória - estão os acontecimentos vividos pessoalmente pelo indivíduo, assim como os acontecimentos vividos pelo grupo “ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992).

Poderíamos inferir que essas duas balizas constituintes da memória traçam um núcleo duro de lembranças, que são muito sólidas e que por vezes tornam a exploração da autoria, ou ainda da legitimidade de quem viveu pessoalmente um fato, algo de difícil precisão. Pollak (1992) constrói seu argumento dialogando entre estes dois pólos complementares, e que se tocam quando pensamos lembranças. Da memória vivida, em forma de experiências, decorre que é formada por personagens, pessoas e lugares. Ou seja, as memórias destes elementos também estão de certa forma amalgamadas entre acontecimentos vividos pessoalmente, e projeções que são formadas “por tabela” pelo grupo o qual o indivíduo pertence ou se considera pertencente. A grande questão, e muito sensível a este projeto, está na colocação de Pollak (1992, p. 4) ao dizer que a memória é fundamentalmente seletiva.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do

momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. [...] O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Como resultado desta observação, nota-se que a memória é, de fato, um fenômeno construído social e individualmente. Nessa conjunção de fatores, a construção da própria subjetividade ou identidade é um produto desta construção, ou um fator de grande importância para ela, como coloca Pollak (1992). Disto decorre que é preciso entender de maneira precisa como a memória se constrói ao longo do processo de formação do eu, e da imagem do eu, para o outro, no sentido de dar capacidade ao investigador de aprofundar-se nos relatos de outros. E neste caso, também nos relatos construídos a partir da reconstrução da própria memória, de maneira objetiva e sob a tutela do método científico.

A questão que se segue passa por instituir maneiras efetivas de trabalhar a memória de maneira a torná-la praticável, enquanto fonte de informação científica, objetiva. Assim como sugerido por Pollak (1992), não encontro outra maneira de minimizar os possíveis efeitos de imprecisão e de pouco rigor que possam eventualmente fazer parte de uma tentativa de reconstrução da memória individual ou coletiva. De fato, sendo socialmente construída, assumimos que a documentação que dela decorre também deva ser percebida desta maneira. Portanto, faz-se necessário um maior esforço crítico quando tratamos da história oral, ou autorrepresentações.

Neste esforço de compreensão e lisura entendo que o confronto de memórias pode ser de grande valia para trazer ao pesquisador credenciais suficientes para que possa discorrer sobre este tema. Neste ponto relembro Cardano (2017, p. 48) e suas discussões acerca da necessidade de abrir-se a questionamentos em relação ao próprio momento da prefiguração da pesquisa, concentrando-se essencialmente em seu oposto, o de entender a pesquisa social tomando “distância das concepções essencialistas do conhecimento científico, autorizando um modo de questionamento

da realidade não confinado exclusivamente ao controle de hipóteses deduzidas a partir de uma teoria”. Isto não significa falta de critério, mas uma mudança de perspectiva. Se aceitamos a memória como constructo social e individual, aceitamos a premissa de que estamos falando de realidades, no plural, de verdades que nos são apresentadas pelos outros e por nós mesmo. Desta esta forma, as perguntas de pesquisa devem ser formuladas na relação que nos é apresentada, em um esforço de construí-la no decorrer da relação, da entrevista. Isto porque antes de qualquer esforço no sentido de formulação dos questionamentos, precisamos saber em quais realidades os interlocutores foram formados, e de que maneira elas interagem com a realidade posta pelo pesquisador.

1.1 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Estão dispostos nesta dissertação uma série de quatro capítulos, estruturados para que possibilitem uma visão do sistema prisional paulista a partir da perspectiva do conceito de *prisionização* e suas eventuais contribuições ao debate. Nota-se também que, assim assim como mencionado nas seções anteriores, este trabalho possui em sua própria gênese um caráter eminentemente reconstrutivo, já que trabalha objetivamente com os dados da coleta de campo e em paralelo com um grande esforço de reconstrução das memórias dos interlocutores e do próprio pesquisador, também objeto da pesquisa. Isto posto, decidi que as memórias serão tratadas ao longo da dissertação, permeando todos os capítulos, dando suporte e auxiliando as discussões que serão apresentadas, como uma espécie de fio condutor que atravessa todo o texto.

Por se tratar de um estudo em sobre o processo de subjetivação de normas, comportamentos e realidades, não há como observá-la de maneira clara se não o tratarmos como um processo histórico, ou ainda, como a história da subjetivação da prisão, nos indivíduos. Em outras palavras, esta pesquisa está assentada no objetivo de responder perguntas sobre a realidade (Cardano, 2017), ou as realidades dos atores em foco. Realidade que percebo enquanto pesquisador e objeto de pesquisa. Portanto, acredito fortemente que o atravessamento dos relatos associados a memórias dos interlocutores deste trabalho trarão um contorno das realidades que envolvem o tema da prisionização. O que diminui o risco de sermos enganados pelo

viés do pesquisador, problema de pesquisa inerente a ciência, mas que pode, sem dúvidas, ser minimizado.

Assim a organização dos capítulos se dará da seguinte maneira:

Capítulo 1: Compõe a primeira seção deste trabalho, onde apresento as questões gerais envolvendo o tema da prisionização e os contornos que deverão seguir ao longo deste trabalho. Também é neste momento em que apresento os caminhos metodológicos selecionados para dar conta do tema de pesquisa e discuto, em detalhes, de que maneira os dados foram coletados, decupados e analisados.

Capítulo 2: “Prisionização: apontamentos teóricos”, apresento o conceito de prisionização, sua evolução ao longo do séc. XX e suas diversas interpretações, paradigmas e complexidades no intuito de dar uma base conceitual ao tema e mostrar de maneira clara e objetiva em que ponto estamos no debate sociológico sobre este tema.

Capítulo 3: “A prisão”. Aqui discorro sobre o processo histórico de mudanças na instituição prisão, desde a década de 1980 até os dias atuais. Este recorte histórico foi escolhido porque são momentos de grandes mudanças nas políticas de segurança pública no Brasil e no Ocidente como um todo. Os movimentos de encarceramento em massa, as mudanças nas estratégias de gestão e controle dos motins dentro das prisões são processos políticos e históricos que influenciam diretamente a maneira de se administrar a prisão, tanto do ponto de vista do próprio corpo gestor, como do ponto de vista da sociedade e da sua relação com a criminalidade, punição e segurança. Este capítulo, portanto, tem função de colocar em uma perspectiva mais ampla os processos descritos nos capítulos anteriores.

Capítulo 4: “A vila”, discuto em profundidade as dinâmicas sociais envolvendo esta localidade, buscando através das memórias, entrevistas em profundidade e campo, apontamentos que julgo serem relevantes no debate do tema da prisionização, indo no sentido de levantar nossas possibilidades interpretativas a partir deste local.

1.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa baseia-se no desenho qualitativo como ponto fundamental no estudo do tema em questão. Mais especificamente, o esforço de pesquisa manteve-se em investigar através de entrevistas em profundidade as dinâmicas sociais

envolvendo os moradores e ex-moradores do bairro residencial destinado ao corpo gestor das penitenciárias I, II e III do complexo Campinas-Hortolândia. Como relatado nas seções anteriores, entendi que as memórias que foram e serão relatadas ao longo da pesquisa devem permear todo o desenvolvimento da pesquisa e, sobretudo, a análise dos dados coletados em campo, dando o direcionamento histórico que julgo necessário no estudo do conceito da prisionização, tema central desta pesquisa.

O tema central deste projeto está no conceito de prisionização, e como ele é mais ou menos eficiente – ou ainda se existe – quando analisamos grupos que não se relacionam de maneira direta com a prisão. Foi preciso, para compreender os estudos deste conceito em específico, um detalhado levantamento e leitura de bibliografias relacionados a prisionização – dos gestores, dos funcionários, dos detentos e de seus familiares. Há uma literatura extensa, mas que precisa ser conhecida e analisada para que este conceito, tão caro a este projeto, possa alcançar a clareza que necessita. Isto posto, decido que, dado o tempo curto para a defesa da dissertação, que este projeto se concentre em dois eixos centrais. O primeiro deles é o próprio conceito de prisionização e como ele foi utilizado como ferramenta teórica para análise da instituição prisão e dos agentes que orbitam em sua volta. Em um segundo eixo, se encontram a literatura referente à sociologia da memória, cuja capacidade analítica se tornou fundamental para o tipo de estudo que pretendo fazer para esta dissertação.

Os estudos sobre violência, prisões, segurança pública e gestão prisional perpassam certamente esses temas, e estão a todo momento sendo consultados para sustentar as argumentações que proporei neste projeto, mas entendo que essas teorias servem mais como uma armadura teórica, no sentido de dar sustentação ao campo que me interessa, do que um eixo temático específico deste trabalho.

Por fim, há necessidade de fazer uma breve discussão acerca das justificativas destas escolhas metodológicas, de uma maneira mais ampla. Como um primeiro ponto a ser considerado, esclareço que tomo como pressuposto metodológico os conceitos da chamada teoria da argumentação, ou seja, esta pesquisa possui um caráter eminentemente dialógico e argumentativo, no sentido de buscar suas respostas através da discussão crítica, tendo como pressuposto a aceitabilidade dos interlocutores que possuem potencial de responder às tais

perguntas de pesquisa. Isso significa que a cooperação é fator fundamental para o sucesso dessa pesquisa, no que toca a obtenção dos dados necessários para que ela possa ser executada. Também, e daí talvez a grande mudança em relação aos métodos apresentados na proposta inicial desse projeto, esteja no abandono da entrevista estruturada para a entrevista discursiva. A flexibilidade de uma entrevista sem que haja um roteiro fixo estabelecido acaba por se fixar no diálogo e na reorganização dos temas de acordo com o andamento dos turnos.

Tomo por base de conhecimento as justificativas presentes em Cardano (2017) sobre as contribuições da teoria da argumentação para a sociologia. Com base no papel desempenhado pelo pesquisador frente ao seu objeto de pesquisa, buscou-se adotar o que o autor chama de modelo cooperativo, baseado na confiança e na persuasão que se constroem na própria relação concreta entre pesquisador e interlocutor na busca por encurtar o estranhamento entre “subjetividades” diferentes para buscar o momento de familiaridade recíproca, saudável para a observação e construção de narrativas, sobretudo aliadas a memória e percepções em relação a prisionização e seus eventuais vestígios de conflitos interiores que tal disposição pode gerar.

A relação entre entrevistado e entrevistador presta-se a dois tipos de leitura. A primeira, minimalista, serve-se da interação entre entrevistado e entrevistador para interpretar o sentido dos discursos que - juntos - os dois interlocutores constroem. Serve a esse objetivo, por exemplo, a análise da metacomunicação que o entrevistado pode utilizar durante a entrevista. [...] Com a segunda leitura, a interação entre entrevistado e entrevistador torna-se o centro das atenções; os discursos do entrevistado tornam-se frases de uma performance voltada a um público que, em primeira instância, é constituído pelo entrevistador (CARDANO, 2017, p. 177).

Em linhas gerais, a conjunção destes dois tipos de leitura, serviu como ponto de partida metodológico para colher as entrevistas. As coletas das entrevistas deram-se ao longo de 2017-2018. Foram entrevistadas 12 pessoas que tem em sua história de vida, a vila destinada ao corpo gestor do Complexo Campinas-Hortolândia. Os diálogos foram captados com o auxílio de um gravador, de maneira consensual e respeitando todo o processo de garantia da privacidade e segurança das conversas que foram coletadas.

Os nomes, profissões e graus de relação com a localidade em que me interesse nesta pesquisa, não poderão ser revelados nesta dissertação, condição

acordada com todos os participantes das entrevistas. Entendo que os discursos são construídos ao longo dos turnos da entrevista, se transformando e se re-organizando ao longo das perguntas e respostas de uma maneira dialética, ou seja, as perguntas geram respostas e estas respostas geram novas perguntas que só serão formuladas a partir desta mesma resposta. Também, dada a natureza da relação entre entrevistador e entrevistado, e aí recuperando grande parte da teoria dos papéis sociais, é importante ter em mente que a performance sempre será, em maior ou menor grau, desempenhada tanto pelo público quanto pelo orador, cabendo ao pesquisador o conhecimento dessa situação a fim de retirar daí, as nuances meta-narrativas desta interação.

Por fim, observo que a entrevista se encaixa perfeitamente neste tipo de abordagem já que o entrevistador apresenta ao seu interlocutor o tema a ser discutido, deixando o entrevistado construir a seu próprio discurso. Isto não garante, mas ao menos possibilita, o acesso ao “mundo interno” dos indivíduos que interessam à pesquisa.

Como delineado brevemente, as escolhas metodológicas feitas para dar conta desta dissertação vão ao encontro de um tipo de abordagem em que prevalece um diálogo que deve transcorrer de forma mais “livre”.

Como primeiro ponto a ser considerado está o fato de que o estudo do sistema prisional está atrelado fortemente a um conjunto de regras de sociabilidade, que passam por normas de conduta, segurança, discursivas que precisam ser apreendidas pelo pesquisador para que ele possa adentrar na trama dos grupos que circulam no ambiente prisional, de maneira a ser capaz de não só registrar e analisar suas descobertas de campo, mas de ter a capacidade de manter uma postura relacional com seus sujeitos de pesquisa. Esse trânsito comum entre pesquisador e integrante do grupo de interesse é na sociologia terreno comum utilizado por uma infinidade de pesquisadores em seus métodos.

A questão particular do sistema prisional está no fato de se tratar de um campo cujas relações são de acesso restrito. Tanto no sentido institucional, ou seja, das burocracias e autorizações necessárias ao acesso do pesquisador a seus interlocutores, como na própria natureza deste serviço público, que inculca em seus profissionais uma subjetividade reativa ao acesso a suas posições em relação aos

temas relacionados ao seu cotidiano. Isto porque a prisão é um local de farta instabilidade. A preocupação com a segurança é, sem dúvidas, um dos pilares constituintes na modelagem social desta instituição. Portanto, os caminhos da pesquisa, principalmente no Brasil, tem tomado um caminho de acesso ao tema através de interlocutores que possam “traduzir” para o pesquisador as dinâmicas sociais deste espaço, para que seja possível, em um momento posterior, a entrada de um sujeito externo a este ambiente, sem que haja grandes prejuízos, ou vieses de pesquisa.

No entanto, a sociologia das prisões no Brasil, é historicamente influenciada por um tipo de pesquisa cuja necessidade de “tradutores” tornou-se fundamental.

William Foote Whyte em seu livro “Sociedade da Esquina” (2005[1943]), talvez seja o autor que mais tenha influenciado este tipo de exploração etnográfica que a sociologia das prisões (e antropologia) têm se debruçado ao longo dos últimos 30 anos no Brasil. Menos por uma teoria que tenha conseguido alçar a potência de manual geral para o fazer etnográfico urbano, e mais como uma necessidade metodológica como consequência do lugar em que o pesquisador ocupa em relação ao seu objeto, o livro de Whyte (2005), sem dúvidas, obteve êxito em dar corpo metodológico e fornecer ferramentas para re-significar uma das relações fundamentais na sociologia (Indivíduo X Sociedade).

A estratégia abordada pelo autor é a compreensão do que chama de micro esferas sociais a partir do estudo objetivo das ações dos indivíduos e/ou grupos, concentrando-se nos atores com menores hierarquias, que chama de “miúdos” e suas relações com indivíduos de maiores hierarquias, os “graúdos”. Este tipo de abordagem gerou frutos de grande valor sociológico, principalmente ao pensar a observação participante dentro de uma abordagem crítica a uma antropologia durkheimiana, ao inverter o centro de destaque para as micro interações entre indivíduos-indivíduos e/ou indivíduos/grupos.

No entanto, algumas considerações devem ser feitas. Vinente dos Santos (2012), nos traz algumas dessas críticas acerca do trabalho etnográfico de Foote Whyte (2005) que considero pertinentes para esta discussão. Dentro de uma série de críticas a que seu trabalho foi submetido, a que mais chama a atenção foca-se principalmente na incapacidade do autor em relatar os temas de seu trabalho sob uma

perspectiva mais realista e menos idealizada, ou mesmo enviesada pelo próprio não-pertencimento do autor ao grupo que pesquisou.

Esse ponto é fundamental. Claramente não seria razoável tachar a teoria de Foote Whyte (2005) como datada, pois certamente sua abordagem ainda é de grande relevância para uma série de campos nas ciências humanas. Porém, não seria incorreto perceber que a distância social entre o autor e seu grupo de interesse é relevante para quaisquer análises possíveis de seus estudos. Como é possível, de maneira efetiva, contar a história do outro em uma perspectiva das microrrelações, se a análise desses dados sempre passará pelo crivo de um tradutor? Ao fim e ao cabo, a tradução que Doc (interlocutor privilegiado) faz da realidade é diluída quando confrontada com a mesma tradução da realidade feita por Foote Whyte(2005). Foi exatamente por este caminho, principalmente observando as críticas feitas por Marianne Boelen (1992), que a teoria deste autor torna-se frágil quando confrontada com um problema de pesquisa em que o pesquisador não é alguém “de fora” do grupo de interesse. É o caso desta pesquisa.

Este é um conflito que tem permeado grande parte dos estudos no campo prisional, onde a necessidade de um “tradutor” é necessária para a compreensão do campo. A metodologia herdada de “sociedade da esquina” foi e continua sendo fundamental para os estudos que necessitam desta tradução, mas não servem para o tipo de pesquisa que encontramos aqui. Em casos onde o pesquisador já pertence ao grupo no qual se interessa em estudar, não se cogita procurar um, já que o próprio pesquisador possui os códigos morais necessários para compreender seu campo de estudos, pois a ele pertence. Isto é fundamental para a compreensão desta pesquisa porque nos leva a um caminho complementar, e possivelmente distinto, dos trabalhos que se empenharam compreender e analisar localidades pouco familiares ao pesquisador.

Dentro do quadro de questões metodológicas em que este trabalho se encontra, a grande problemática encontrada é a de dar conta, de maneira efetiva, das possibilidades analíticas de uma sociologia feita pelo indivíduo pertencente ao próprio grupo de interesse. Em primeiro lugar encontra-se o problema da objetividade. A sociologia pressupõe um observador, alguém que disponha de ferramentas teóricas para analisar um determinado fato social. O objeto de interesse, seja ele de matriz

quantitativa ou qualitativa, necessidade de tratamento com o menor conteúdo valorativo e/ou moral possível, dado o próprio caráter fundante de qualquer empreitada científica. Por outro lado, e sobretudo em uma pesquisa de caráter qualitativo e interessada nas relações (micro e/ou macro) de determinados grupos, o movimento costuma se dar de maneira pendular, ou seja, com recorrentes aproximações e afastamentos do objeto de análise para que, a apreensão e objetividade estejam sempre presentes no decorrer do trabalho.

Este tipo de movimento é um pouco mais fácil de ser efetuado quando o objeto em questão se encontra distante do olhar do pesquisador, no momento do início de sua pesquisa. Sem o conhecimento prévio de seu objeto de interesse, o pesquisador deve adentrar ao espaço social que lhe é dado, e dele apreender os conflitos, moralidades e quaisquer temas que possam ajudá-lo a compreender melhor determinada configuração social. Afastando-se do objeto, consegue analisá-lo, e retomando este movimento pendular, com sorte, conclui as análises previstas para seu trabalho.

Esta perspectiva clássica de trabalho metodológico não nos serve. Pelo menos não totalmente. Isto porque não partimos da mesma posição inicial, já que partimos já com um certo conhecimento prático prévio do grupo que nos interessa, pois nele nos incluímos. A tarefa é, portanto, construir meios para que a objetividade seja construída em um sentido oposto ao clássico, ou seja, do objeto para o pesquisador. Há a necessidade de se “construir” o pesquisador, antes de qualquer coisa.

Nesta perspectiva, o pesquisador e o objeto de análise estão conectados pela sua semelhante trajetória de vida, moralidades e relações. O que os diferencia, e este é o ponto que entendo fundamental, são as diferentes formas de apreensão da mesma realidade, ou seja, o que compartilham ou não compartilham do espaço social que tem em comum. Podemos inferir que a memória tem uma função primordial na construção da nossa maneira de entender o mundo. Somos formados a partir daquilo que guardamos e que, conscientes ou não desta condição, atuamos no mundo a partir dessas premissas. Acredito que o caminho para a resolução dos desafios deste trabalho passa pela compreensão dos processos em que a memória coletiva forma-se, e como é possível trabalhar essas questões dentro do campo sociológico.

Olick e Robbins (1998, p. 2), nos dão pistas valiosas sobre o interesse do campo sociológico nas questões referentes à memória. Segundo os autores, a memória sempre esteve presente nos pensadores sociais desde os Gregos. Apesar disso, a memória sempre foi pensada como uma categoria extra-sociológica, ou tratada pela sociologia clássica apenas como uma ferramenta para explicar as sociedades modernas. Somente a partir da década de 1980 é que a sociologia começa a receber contribuições relevantes neste tema.

Schwartz(1996) identifica ao menos três aspectos da cultura intelectual da década de 1960-1970, que deram origem ao interesse na construção social do passado. Primeiro, os multiculturalistas identificam a historiografia como fonte de dominação cultural e desafiam as narrativas históricas dominantes em nome de grupos reprimidos. Em segundo lugar, os pós-modernistas atacam os fundamentos conceituais da historicidade linear, verdade e identidade, aumentando assim o interesse nas relações que ligam história, memória e poder. Finalmente, os teóricos da hegemonia fornecem um relato baseado em classe da política da memória, destacando a contestação da memória, a memória popular e a instrumentalização do passado (SCHWARTZ, 1996, p. 4).

O que entra em jogo neste momento é a crítica da história linear e seus desdobramentos. Em outras palavras, é o momento em que a história passa a ser encarada sob uma perspectiva das disputas de poder. Os autores continuam lembrando as contribuições de Foucault, Hobsbawn e Bourdieu, no sentido de trazer para a história uma dimensão que expande o sentido do funcionalismo como “normas, valores e atitudes culturais como dimensões simbólicas constitutivas de todos os processos sociais” (SCHWARTZ, 1996, p. 4). Como consequência desta crítica, passa-se a observar que os homens são atores sociais dentro de um sistema histórico orientado socialmente. Isto tem como consequência portanto, que a própria memória deve ser encarada sob uma perspectiva social e coletiva. Halbwachs (1992) formula a ideia de que a memória não deve ser encarada como uma propriedade subjetiva da mente de um determinado indivíduo, mas uma questão de como as mentes trabalham juntas em uma sociedade, e como suas operações não são apenas mediadas, mas estruturadas nos arranjos sociais. É ele quem cunha o termo “memória coletiva”, termo este que será um dos pilares desta pesquisa.

Cordeiro (2017) nos leva a uma profunda reflexão acerca da construção da memória coletiva em seu trabalho sobre a teoria de Halbwachs. Como preocupação compartilhada desta e daquela pesquisa, é na construção coletiva da memória que

buscaremos a resposta para o desafio de entender o processo de “recordação” pode ser “coletivamente moldado e compartilhado por outros indivíduos” (CORDEIRO, 2017, p. 15). Passo de fundamental contribuição do pensamento desse teórico está em sua tentativa de construir ferramentas de análise para a consolidação da memória como uma ferramenta sociológica. Cordeiro nos remete a seus conceitos e nos convida a uma reflexão acerca de três aspectos de sua teoria, que vamos brevemente nos ater neste momento: memória individual, memória coletiva e, atravessando essas duas, a noção de grupo.

Para nosso propósito, usaremos a noção de *milieu social* e *société* de Halbwachs para nos apoiarmos nesta problemática. Com *milieu social* estamos diante de uma categoria que se aproxima da noção em ambiente que circunscreve o indivíduo. Um “ambiente espacial socialmente ordenado, que circunda um dado indivíduo ou até mesmo um grupo” (CORDEIRO, 2017, p. 60). Este conceito, cuja tradução se aproxima da palavra “ambiente”, se relaciona com determinado grupo ou indivíduo através maneira compartilhada. De uma maneira geral, podemos dizer que o ambiente no qual os grupos se inscrevem só é possível na medida em que os mesmos grupos e/ou indivíduos interagem de alguma maneira entre si. Portanto, o conceito de *milieu social* não possui capacidade de agência, porque se constitui da desta relação entre indivíduos e grupos. Também induz que a memória não pode ser construída a partir do ambiente, mas sim das experiências passadas que ocorrem na interação de atores sociais.

No entanto, o conceito de ambiente teorizado por Halbwachs não corresponde a uma espécie de totalidade social, que o aproximaria do conceito ideia de sociedade de autores como Durkheim. Ainda que boa parte de sua teoria seja abertamente simpática ao pensamento durkheimiano, principalmente quando se trata de questões como a ontologia da sociedade, Halbwachs faz uma distinção importante em relação ao autor clássico quando trata do seu conceito de *société*. Partindo de um pressuposto comum, de que a sociedade é formada por diferentes grupos, não seria possível reduzir este a àquele. Isto fica claro quando o autor nega as concepções de tempo social único para toda a sociedade, apesar de reconhecer que existam elementos transcendentais entre grupos.

Em relação à definição de grupo, podemos nos ater a duas considerações:

um “grupo é formado quando há a) uma intersecção de conteúdos representacionais comuns relacionados ao passado e b) uma corrente de pensamento coletivo” (CORDEIRO, 2017, p. 62). Dito isto, os grupos, portanto, podem ser definidos em relação a seus conteúdos similares, que remetem ao passado, em uma construção e re-construção do significado que acontece a todo momento. Não negando a dimensão subjetiva da memória, Cordeiro divide estes conteúdos em duas partes. Os chamados *conteúdos mnemônicos epistêmicos* conferem a dimensão individual da memória, mas que contém, por definição, acessibilidade ou objetividade. Isto porque quando pensamos lembranças, estas só são possíveis a partir da interação social, pois a memória não é, senão, o resquício da própria interação. Portanto, traz consigo uma dimensão objetiva.

Com efeito, o acionamento de conteúdos mnemônicos só será possível de observar com o amparo de uma corrente de pensamento coletivo. Assim, os conteúdos compartilhados por um determinado grupo, podem ser chamados de *conteúdos mnemônicos epistemicamente acessíveis* (Cordeiro, 2017, p. 63). Isto é fundamental e é preciso que nos detenhamos brevemente neste aspecto.

Quando dizemos que um grupo pode ser identificado pela intersecção de CMEA's, não estamos dizendo que há, necessariamente, uma intersecção física dos indivíduos que compartilham esses conteúdos. Por isso, a conceituação de grupo não está relacionada com uma delimitação espaço-temporal do mesmo, sendo possível que um indivíduo participe, portanto, de dois ou mais grupos concomitantemente; como afirma Halbwachs: “[...] cada indivíduo está mergulhado ao mesmo tempo, ou sucessivamente, em vários grupos. Cada grupo pode se fragmentar e se contrair no espaço e tempo” (Halbwachs, 1997 [1950], p. 167). Embora a justaposição de indivíduos no espaço seja uma maneira bastante evidente de se identificar um possível grupo, ela não é sua condição necessária e definidora (CORDEIRO, 2015, p. 63).

Desta maneira, pode-se dizer que os grupos possuem um caráter eminentemente representacional. E estando todos aptos e efetivamente em contato com vários grupos, estamos em posição potencial de expressar mnemonicamente certas características em comum destes mesmos grupos. Em outras palavras, estamos a todo momento compartilhando conteúdos mnemônicos que são comuns, que podem formar, como consequência, uma corrente de pensamento coletivo comum. Cabe aqui dizer também que os conteúdos mnemônicos epistemicamente acessíveis (CMEA) podem diferir em relação a seus graus, na medida em que

persistem (ou não) ao longo do tempo. Chamados respectivamente de CMEA fortes e fracos, se diferem também em relação a sua capacidade de objetificar-se (materializar-se). Este é também mais um ponto fundamental. O ato de materializar-se torna os processos mnemônicos capazes de extrapolar o indivíduo e trazer ao(s) grupo(s) uma estabilidade da memória no tempo. Seja em relação a materiais imagéticos, escritos ou políticos, os CMEA fortes trazem consigo a capacidade de definir, ou representar aquilo que a corrente de pensamento coletivo abarca.

Um grupo produz, então, tanto CMEA's fracos quanto CMEA's fortes, sendo que ambos estão amparados por uma corrente de pensamento coletivo. Em suma, os CMEA's fracos são aqueles que, embora apoiados na corrente de pensamento coletivo do grupo, acabam por se dissolver no momento em que as preocupações do grupo não gravitam mais no entorno de um centro comum. E aqueles que denominei de CMEA's fortes tem uma estreita relação com o mundo material (e por vezes, mas nem sempre, com o espaço), criando assim maiores possibilidades para que os conteúdos mnemônicos do grupo e a própria forma do grupo sejam asseguradas para além da existência de seus indivíduos, em uma extensão temporal alargada (CORDEIRO, 2015. p. 68).

Uma das ferramentas que possibilitam esta “extensão temporal alargada” da memória pode se dar por meio de sua institucionalização. Podemos pensar este processo sob diferentes perspectivas. A que nos interessa está na capacidade de objetificação dos processos mnemônicos em uma escala coletiva. Ou seja, a institucionalização de certos conteúdos mnemônicos podem em alguma medida cristalizar representações sociais no tempo, e torná-los auto replicáveis. Como exemplo, poderíamos pensar em conteúdos mnemônicos relacionados a ideia de nação, histórica nacional, eventos, datas comemorativas etc. Portanto, o que nos interessa, não são as noções subjetivas dos processos mnemônicos, e sua capacidade de perceber, reconstruir dados da realidade sob uma perspectiva puramente individual. Com efeito, portanto, não se trata de um resgate autobiográfico dos atores sociais, mas sim a memória compartilhada de alguns eventos particulares.

Podemos entender portanto, a memória coletiva como um processo interseccional entre memórias individuais. Dado a própria natureza coletiva deste tipo mnemônico, torna-se plausível dizer que a objetividade científica no trato da memória vem justamente da análise da corrente de pensamento coletivo do grupo. Este é o caminho metodológico escolhido para este trabalho.

1.3 NOTAS SOBRE SUBJETIVIDADE, PODER E DOMINAÇÃO

Michel Foucault, um dos mais importantes pensadores do séc. XX e um dos mais importantes críticos da modernidade, tem em sua obra vastas considerações sobre como as relações de poder e dominação são constituídas. A abordagem Foucaultiana vem sendo utilizada como um dos pontos de conexão analítica para os estudos prisionais desde há muito. Mesmo não sendo uma obra propriamente sobre o sistema prisional, mas sim sobre a punição enquanto categoria histórico-analítica – e aqui me refiro a *Vigiar e Punir* – Foucault nos ajuda a trazer um enfoque histórico, ou ainda, uma historicidade sobre o sistema social. No entanto, me dedico ao enfoque do que alguns intelectuais chamam de primeira fase do pensamento foucaultiano, ou seja, suas análises sobre a “verdade” e sua capacidade de trabalhar a descontinuidade como balizador metodológico de sua filosofia (FOUCAULT, 1999).

A ideia de verdade como uma consequência histórica das disputas de poder é uma abordagem teórica que nos interessa. Disto decorre uma longa discussão sobre o papel do conhecimento e sua capacidade de produzir o que conhecemos, ou aceitamos como verdade. Isto certamente se aplica para as ciências. Ao analisarmos as obras nas quais Foucault se concentra em identificar tais jogos de poder, podemos observar que o conhecimento e o discurso possuem uma relação de interdependência muito forte. O chamado *sistema de conhecimento* é formado por uma rede de discursos não-lineares e inseridos no tempo e espaço e assim, colocados em uma determinada conjuntura.

Em seus estudos sobre a loucura, sexualidade e punição, nota-se uma grande preocupação em compreendê-los sob o prisma desta formação do conhecimento e de que maneira ele constrói e é construído pelo discurso. Para isso é necessário conhecer o discurso dominante construtor de “verdades” e ao mesmo tempo reconhecer as diferenças entre o discurso científico e o não-científico. Isto torna a abordagem filosófica sobre as instituições que compõem a sociedade sempre pousada sob a lógica das relações de poder, ou seja, quem produz a verdade, e sobre qual verdade estamos nos referindo quando nos debruçamos a um determinado tema.

Se pensarmos no caso da medicina moderna, notaremos que o processo de geração de discursos é permitido através do exame dos indivíduos, seu diagnóstico, por uma série de procedimentos metódicos e calculados e que se transformam

posteriormente, na própria base de conhecimento que justifica e legitima o próprio discurso. Isto se aplica a toda sorte de instituições que estão inseridas em determinado espaço e tempo. A chamada *epistème* é uma série de relações discursivas que sustentam e criam um corpo de conhecimento em determinado tempo histórico.

Isto nos leva à discussão sobre os processos de subjetivação das moralidades e modos de internalização de valores, que compõem uma determinada esfera de poder. Dito de outra maneira, a subjetivação e internalização da moral deve ser observada em conformidade com seu caráter histórico e aproxima a análise em direção às singularidades e relações entre indivíduo e grupo. Com isto, torna-se possível observar, de que maneira a moral individual é construída através do processo histórico em que este ator está imerso. É claro que sob este prisma, podemos inferir que isto também se aplica a própria pesquisa e pesquisador. Como o autor deixa claro em diversas oportunidades, somos todos – a todo momento – agentes e reprodutores das relações de poder, e portanto, também produtos do nosso momento histórico. O que é importante salientar neste caso é que é necessário a tomada de consciência destas questões para que seja possível compreender os dilemas que serão apresentados neste trabalho. Sem uma profunda apreensão de como nós, pesquisadores, (re)produzimos as relações de poder e somos formados – e formamos – o discurso que nos baliza, estaríamos em uma situação frágil para tecer quaisquer considerações sobre nossos objetos de pesquisa.

Com efeito, estamos todos nós cercados por instituições que disputam o poder. Estas relações de poder circulam através dos indivíduos e nos conformam enquanto atores sociais. Nota-se que o exercício do poder, enquanto produtor de verdades, produz uma série de ferramentas disciplinares cujo objetivo não é outro senão a normalização do indivíduo. Esta proposição fica clara nas elaborações de Foucault, principalmente em *Vigiar e Punir* (2004), *História da Sexualidade* (2007) e *Os Anormais* (1973). A normalização, como técnica do poder disciplinar, tem caráter pedagógico. Esta pedagogia é acionada através de uma série de ferramentas de distribuição dos corpos, do tempo e trabalho, que conformam as relações e o espaço físico a que cada grupo deve pertencer. No caso das prisões, é neste local em que estas características se encontram mais evidentes, já que os que ali se encontram

estão sob constante vigilância, sempre sujeitos a sanções de toda sorte e forçados ao convívio em um espaço físico degradante.

Nota-se que a normalização dos indivíduos, para Foucault, tem um objetivo claro de tornar o indivíduo apto ao trabalho e apto a cumprir suas funções produtivas dentro da sociedade capitalista moderna. Não se trata, portanto, de regular o comportamento individual sob uma perspectiva a-política. Ao contrário, fica evidente o caráter fortemente político destas técnicas de docilização dos corpos no mundo moderno. Por isso que não se trata apenas de instituições correccionais, como a prisão e o manicômio, onde o impulso do tratamento se daria sob um ponto de vista puramente moral, no sentido de trazer o indivíduo para o convívio social “saudável”.

Trata-se no entanto de uma construção do outro produtivo, capaz de desempenhar suas funções dentro de um sistema de produção que deve ser otimizado a todo custo. Sob esta perspectiva, estaríamos, portanto, falando não apenas de prisões e manicômios, mas também da família, já que se trata também de uma instituição normalizadora, cuja função é a formação e produção do sujeito apto ao convívio social.

Este tipo de exercício de poder, normalizador e que regula (e é regulado) pela (e na) criação (e reconfiguração) da verdade, não trabalha apenas no sentido de gerenciar indivíduos. O chamado biopoder, é a extrapolação do controle político sobre os corpos para um escopo mais amplo, o de gerenciamento da sociedade como um todo. Do controle do corpo pela disciplina para o controle biológico dos corpos, agora no plural, agindo como uma espécie de responsável pelo gerenciamento da vida e como este gerenciamento deve estar em conformidade com as expectativas econômicas da sociedade. Veja que este ponto nos é de grande interesse. Isto porque, ao nos depararmos com instrumentos de controle com projeções globais, profundamente arraigados pela política e economia, estamos diante de um processo de dominação complexo e muito eficiente, em que a governabilidade passa a representar o instrumento pelo qual a população é transformada em uma massa de seres humanos que respondem aos interesses governamentais. Complementar a estas proposições, nota-se que o poder não deve ser encarado – dentro da perspectiva foucaultiana – como uma instância teórica e unificada, ou seja, o poder não é algo que se pode obter. O poder circula em diversas instâncias da sociedade e

sua manifestação é percebida na medida em que a correlação de forças sociais é movimentada ao longo do tempo. Como bem observado por Machado (1979), o poder na perspectiva foucaultiana é *uma prática social*.

Tal como Foucault, Pierre Bourdieu interessou-se em grande parte de sua obra pelas questões que envolvem o poder e a dominação. Ainda que vindo de uma outra tradição teórica e metodológica e certamente possuindo diversas diferenças de análise com o autor supracitado, Bourdieu nos leva a uma importante reflexão acerca dos dispositivos de poder, com suas análises do que chama de *poder simbólico*, que também contribuem quando pensamos o tema aqui apresentado. Talvez a grande contribuição a este tema esteja na tentativa de Bourdieu em trazer uma espécie de possibilidade de observar o *locus* de poder através de seus conceitos de *habitus* e *campo*.

O *habitus* consiste em um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna-se possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

e como campo:

[...] uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU; WACWANT, 1992 apud CHIES, 2008, p. 72-73, tradução minha).

Se observarmos a maneira como o *habitus* se apresenta nas interações entre indivíduos e grupos, teremos precisamente a possibilidade de notar que este sistema de disposições duráveis é inculcado através do comportamento diário, comunicado através de diferentes disciplinas, ou se preferirmos, pedagógicas trazidas a toda pelos processos de educação pelos pais, mães, professores e todos os responsáveis pela “formação” moral e política do indivíduo desde sua primeira infância.

Isto estende-se a tal ponto como por exemplo, nas normas de conduta e postura, em como o alimento deve ser manipulado e consumido, o lugar e a hora mais apropriada a falar, sob qual entonação, com quais formas de expressão, etc. [...] No curso deste treino, toda uma visão do mundo social, em que ele ou ela se insere, é comunicada à criança, na forma de esquemas

implícitos de classificações culturais (CRONIN, 1996, p. 65, tradução minha).

O que observamos portanto é um sistema dialético entre as *disposições* entre os agentes individuais (*habitus*) e as estruturas objetivas do mundo social em que estas mesmas *disposições* se dão (*campo*). Por se tratar de dispositivos que interferem profundamente na capacidade do indivíduo formar-se enquanto agente cultural, estes processos são também formadores de visões de mundo específicas, a depender de que maneira estas interações e pedagogias foram dosadas e inculcadas nestas pessoas. Dentro deste esquema de disposições possíveis, onde as visões de mundo são construídas, ensinadas e reproduzidas, nota-se, segundo Bourdieu, que a sociedade tende a reproduzir seu *habitus*, dentro de um *campo*, que é fluido e que reflete as relações de poder existentes. Ou seja, todo o ambiente social no qual o indivíduo se insere, em todos os seus meandros e particularidades, reforça sua visão de mundo e seu papel nele, reproduzindo também, portanto, as hierarquias sociais que ele/ela tendem a herdar. Isto significa ainda que estas hierarquias também reproduzem as clivagem de classes e seus privilégios e características. Não obstante, é importante ressaltar que estas estruturas são ao mesmo tempo *estruturantes*, ou seja, não são fixas e nem respondem a uma linearidade. Dessa forma, a estrutura do mundo social é o resultado de uma relação dialética entre os agentes que ocupam determinadas posições em uma dada hierarquia e um sistema simbólico que, de certa maneira, molda a percepção destes mesmos agentes, construindo suas realidades. Dito de outra maneira, estas relações são plásticas, e flexíveis.

Todo campo desenvolve uma doxa, um senso comum, e um nomos, leis gerais que o governam. [...] A doxa é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo. [...] Já o nomos congrega as leis gerais, invariantes, de funcionamento do campo. A evolução das sociedades faz com que surjam novos campos, em um processo de diferenciação continuado. Todo campo, como produto histórico, tem um nomos distinto. Por exemplo, o campo artístico, instituído no século XIX, tinha como nomos: “a arte pela arte”. Tanto a doxa como o nomos são aceitos, legitimados no meio e pelo meio social conformado pelo campo. Todo campo vive o conflito entre os agentes que o dominam e os demais, isto é, entre os agentes que monopolizam o capital específico do campo, pela via da violência simbólica (autoridade) contra os agentes com pretensão à dominação (Bourdieu, 1984:114 e segs.). A dominação é, em geral, não-evidente, não-explicita, mas sutil e violenta. Uma violência simbólica que é julgada legítima dentro de cada campo; que é inerente ao sistema, cujas instituições e práticas revertem, inexoravelmente, os ganhos de todos os tipos de capital para os agentes dominantes. A violência simbólica, doce e mascarada, se exerce com a cumplicidade daquele que a sofre, das suas vítimas. Está presente no discurso do mestre, na autoridade do burocrata, na atitude do intelectual (THIRY-CHERQUES,

2006, p. 11).

Portanto, o poder simbólico tratado por Bourdieu aponta para um sistema de legitimação da violência simbólica, ou seja, a autoridade de grupos que detêm o capital necessário para impor sua visão de mundo. Ainda, quando confrontado com as concepções de sociedade disciplinar trazidas por Foucault, torna-se possível aproximar alguns pontos que julgo serem fundamentais para entendermos os processos de subjetivação e mediação entre grupos e indivíduos na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, talvez seja possível observar que o tema da disciplina pode ser um ponto de conexão entre os dois autores, ainda que abordados de maneiras diferentes. Nota-se que Foucault observa a categoria “sujeito” como um efeito das tecnologias disciplinares que atuam sobre um corpo “docilizável”. Já Bourdieu, vocaliza que a maneira como é estruturada a subjetividade é o resultado da incorporação de disposições práticas e cognitivas, através da internalização de esquemas de interpretação e avaliação de esquemas culturais (CRONIN, 1996, p. 20).

Ainda:

Foucault aplica o modelo de técnicas disciplinares, que se desenvolveu em instituições fechadas, como a penitenciária e o asilo, para a sociedade moderna como um todo. A inculcação do habitus, pelo contrário, é o resultado não de novas técnicas de vigilância e normalização, mas de injunções cotidianas relativas à postura, boas maneiras, pronúncia "correta", etc., pelas quais os pais incutem em seus filhos disposições comportamentais e esquemas de percepção e avaliação, que são posteriormente reforçadas pelo sistema de ensino (CRONIN, 1996. p. 20, tradução minha).³

Ainda:

Quando os domínios da prática são codificados em sistemas de regras explícitas, a relação prática dos agentes com suas práticas passa por uma profunda transformação. A codificação possibilita uma relação reflexiva com práticas previamente reguladas pelo sentido prático do habitus. Normaliza as práticas minimizando a imprecisão e a ambiguidade nas interações; objetiva-os, para que as diferentes fases temporais das práticas possam ser compreendidas simultaneamente; tornando-os públicos, a codificação também oficializa práticas e contribui para o seu reconhecimento como legítimo; e formalizando práticas, torna-as calculáveis e previsíveis.³⁶ A racionalização resultante da prática dá origem a novas formas de poder simbólico. A competência cultural necessária para codificar práticas não é igualmente distribuída entre membros de diferentes classes sociais e sua

³ *Foucault applies the model of disciplinary techniques, which developed in closed institutions such as the penitentiary and the asylum, to modern society as a whole. The inculcation of the habitus, by contrast, is the result not of novel techniques of surveillance and normalization, but of everyday injunctions concerning posture, manners, 'correct' pronunciation, etc., by which parents instil into their children behavioral dispositions and schemes of perception and evaluation, which are subsequently reinforced by the education system.*

posse confere controle sobre as representações "legítimas" das práticas e do mundo social em geral (CRONIN, 1996, p.15, tradução minha).⁴

Isto nos leva ao indicativo de que a visão de Bourdieu sobre o Estado como campo de poder faz com que os agentes que ocupam posições dominantes em determinados campos culturais estejam a todo momento lutando para manter suas posições frente ao poder institucionalizado do Estado, que em certa medida, impõe uma espécie de representação oficial do mundo social. Isto fica claro quando tratamos da vila destinada aos gestores, objeto desta dissertação. A disputa naquele espaço pelas representações aparece a todo momento. Isto porque, ao notarmos que esta localidade está ao mesmo tempo projetada para funcionar como local de moradia aos gestores e seus familiares, e de certa forma, podendo possuir, em tese, a capacidade de servir como local apropriado para a preservação da vida privada de seus integrantes, o que vemos é justamente uma situação de fragilidade e luta pela representação. Esta vila, localiza-se longe o suficiente dos muros da prisão, para que não seja considerada uma construção situada dentro do complexo, mas ao mesmo tempo perto o suficiente para que o campo do poder simbólico emanado pela prisão, seja sentido pelos moradores daquela região.

A grande problemática que esta configuração acaba por evidenciar é que as instituições burguesas formadoras, produtoras e reprodutoras das "verdades" sobre o mundo (sobretudo a família), estão a todo tempo ameaçadas por um poder de características disjuntivas que acompanha a penitenciária. Como veremos nos próximos capítulos, a grande preocupação dos entrevistados, se dava não tanto pela segurança de seus filhos, esposas e maridos, mas sim pela garantia dos valores burgueses relacionados à educação, família, religião. A (in)segurança torna-se normalizada, na medida em que o espaço de confinamento produzido pela vila, reconfigura as noções do normal/anormal, e portanto, as "verdades" passam a ser

⁴ *When domains of practice are codified in systems of explicit rules, the practical relation of agents to their practices undergoes a profound transformation. Codification makes possible a reflexive relation to practices that had previously been regulated by the practical sense of the habitus. It normalizes practices by minimizing vagueness and ambiguity in interactions; it objectifies them, so that the different temporal phases of practices can be grasped simultaneously; by making them public, codification also officializes practices and contributes to their recognition as legitimate; and by formalizing practices, it renders them calculable and predictable.³⁶ The resulting rationalization of practice gives rise to new forms of symbolic power. The cultural competence required to codify practices is not equally distributed among members of different social classes and its possession confers control over the 'legitimate' representations of practices and of the social world in general.*

renegociadas. A insegurança burguesa, baseada no perigo do “outro” marginal, um perigo físico, do ataque, dá lugar para uma sensação de insegurança pulverizada, impessoal e administrada, uma nuvem que paira a todo momento, mas que, ao ser normalizada, não é sentida na lente imediata da realidade.

Esta turbulência nas estruturas sociais tem como consequência um movimento de rebote, um reflexo a esta tentativa contingente de ruptura de uma normalidade pré moradia na vila. Este contra-ataque é, portanto, um processo de adensamento das relações entre os indivíduos e famílias moradoras que, ao cuidarem de manter um grau de estabilidade do *habitus* de classe pré-existente (burguês) dentro de um *campo* hostil e com normas e disposições que, nesta localidade, são impossíveis de ser ignorados.

Longe de esgotar este tema nesta seção da dissertação, acredito que as profundas contribuições dos autores citados, são de especial interesse e capacidade analítica para que possamos compreender os meandros das relações a que me propus a apreender. É importante notar que as turbulências nas representações sociais causadas pela lógica do sistema prisional, e que se impõem aos moradores das casas destinadas à gestão, é ponto chave para compreendermos de que maneira a prisão torna-se elemento reorganizador da produção da realidade social e contribui para que as tensões e disputas em torno do *campo* e da *normalidade* estejam sempre em evidência.

2 PRISIONIZAÇÃO

A *prisionização* talvez seja um dos conceitos mais fluidos nos estudos prisionais. De herança norte americana, os estudos sobre os efeitos da prisão em grupos que nela orbitam transitam pela sociologia em um processo de constante atualização. Este capítulo tem por objetivo retomar essas discussões e talvez trazer algumas contribuições para este conceito. Portanto, esta seção será dividida em três partes. A primeira e a segunda trazem uma revisão bibliográfica e possíveis análises sobre o conceito de *prisionização*. Na terceira, levanto algumas possibilidades teóricas deste conceito, sugerindo novas interpretações.

2.1 O DEBATE INTERNACIONAL

A *prisionização*, ou os processos de socialização de indivíduos e/ou grupos no sistema prisional, é um conceito que transita no campo da sociologia, do direito e da psicologia há pelo menos 60 anos. Com uma grande preocupação nos aspectos relacionais entre grupos que se encontram no ambiente prisional, este conceito nasce de uma atenção específica em apreender os aspectos culturais que se formam nesta instituição, e como tais disposições incidem sobre a *comunidade* prisional afetando as negociações entre a administração e a massa carcerária.

Este termo tem seu sentido expandido com a contribuição de uma infinidade de autores ao longo das décadas, ora tomando uma posição marginal no campo da teoria sociológica, ora posicionando-se como parte das teorias promissoras nos estudos prisionais. De qualquer maneira, e como veremos nas próximas seções desta dissertação, a *prisionização* nunca fez parte digamos do panteão dos temas da sociologia do conflito e da violência. Isto por uma diversidade de questões.

Arrisco apenas alguns questionamentos: Como medir o grau de *prisionização* de um determinado ator social? Em que medida é possível identificar - e sob quais parâmetros - os resultados das relações sociais mediadas pela prisão? Estamos certos de que é a privação de liberdade o fio condutor desta moralidade específica que torna a prisão uma instituição cercada de marcas claramente negativas à sociedade? Em minha leitura deste tema procuro discutir essas e outras perguntas acerca deste fenômeno social de difícil acesso, mas que ao longo das décadas vem passando por renovações importantes que começam a trazer a *prisionização* de uma

teoria acessória da sociologia da violência para uma das principais ferramentas de compreensão de fenômenos existentes nas relações entre prisão e sociedade.

É possível precisar que o tema da *prisonização* tem sua inauguração com os estudos de Donald Clemmer (1940) em seu livro “*The Prison Community*”. Considerado como o primeiro livro que se dedica à vida na prisão, Clemmer busca entender as consequências do impacto da prisão nos prisioneiros e administração, evidenciando os processos pelos quais estes agentes absorvem ou rejeitam a cultura geral da prisão.

É fundamental perceber que quando falamos de *cultura geral da prisão* estamos adentrando no campo do discurso e portanto, no campo do poder. Portanto, antes de continuar me permito fazer um pequeno desvio teórico para deixar claro o que entendo aqui como *cultura geral da prisão*. Este pequeno anexo é importante porque ele está nas bases do que será discutido nesta dissertação e antes de qualquer tentativa de pensar quais as consequências do *vazamento* desta cultura para outros grupos e lugares, precisamos saber do que se trata exatamente esta cultura que se forma dentro de uma prisão.

A prisão moderna tem seus contornos delineados a partir do séc. XVIII em algumas regiões da Europa, em meio às já bem conhecidas revoluções que acompanharam o Ocidente até sua consolidação em meados do séc. XIX. Quando pensamos nessas mudanças, estamos falando de dois pontos de contato que foram fundamentais para a construção do que hoje entendemos como pensamento moderno e que certamente definiram o que nós entendemos como prisão. Se buscarmos as análises filosófico-históricas de Foucault sobre este tema, e em particular em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2012), encontraremos uma interessante oportunidade de entender os processos pelos quais as prisões francesas passaram até chegar ao que podemos chamar hoje de *penas de privação de liberdade*. Logo na primeira parte desta obra, nos deparamos com a descrição minuciosa do suplício de Robert-François Damiens, talvez o parricida mais famoso da literatura sociológica. Para os que ainda não tiveram a oportunidade de ler essa descrição, deixo abaixo um pequeno trecho:

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos,

braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzido a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Este relato é importante por uma série de motivos. Nota-se que estamos diante de um espetáculo, público, exemplar e cruel. A filosofia por detrás deste tipo de punição era bem simples: a punição descrita, está inserida em um momento anterior às questões “humanitárias” que tomam força no séc. XIX, portanto, o espetáculo e a dor situavam-se como os parâmetros das concretas consequências do desrespeito às leis. Mais do que isso, a lei, personificada na figura do rei, dava às sanções um caráter de vingança, ou seja, ao desrespeitar a lei, desrespeita-se a figura do rei, o representante divino do povo. Com a burocratização do Estado e a ânsia pela otimização do tempo e do corpo, passa-se a buscar a racionalidade penal, e com isso, as ferramentas punitivas e a própria ideia de “crime” modifica-se.

Em um Estado onde os direitos individuais passam a ser os pilares da democracia, o sofrimento físico deixa de fazer sentido e em seu lugar, como explica Foucault, a perda dos direitos fundamentais à liberdade passam a figurar como principal ponto do exercício da disciplina nos indivíduos. De uma “arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 2012). No entanto, é fundamental perceber que o suplício como forma de punição ou consequência - intencional ou não - da pena de privação de liberdade não deixa de existir. Ela muda de forma, do corpo para a alma. Uma pedagogia que adentra e dociliza os corpos através de todo o arcabouço que a ciência moderna dispõe. Veja que esta maneira de entender o crime muda a direção do olhar da justiça. Da punição do crime - para a docilização e “recuperação” da alma criminal através das tecnologias de poder.

Por se tratar de um processo não-voluntário, a entrada na prisão pressupõe uma experiência dolorosa para os que se encontram nesta situação. Dolorosa sobretudo porque o tempo que se passa na prisão não é pequeno e a privação de liberdade supõe também uma separação do indivíduo da sociedade mais ampla. Isso dá à prisão as características de uma instituição fechada, administrada por regras rígidas de comportamento com as quais os indivíduos inseridos neste local devem

lidar cotidianamente, assimilando as regras de conduta, de discurso e da própria realidade, sempre em relação à sua experiência pré entrada na prisão. Isso se dá em diferentes graus, seja do lado dos que estão presos, seja dos que a administram. Isso nos leva a entender as prisões da maneira como Goffman (1987) sugeriu em seu estudo em Washington D.C nos anos 1950, elaborando o conceito de “instituição total” para um “local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1987, p. 11).

No entanto, ao contrário dos conventos, sanatórios, mosteiros e outras instituições totais abordadas por Goffman, as prisões possuem a particularidade de serem os locais para onde indivíduos *perigosos* à comunidade vão com a intenção de serem “recuperados” pelo Estado, para que não possam mais ter a capacidade de apresentar um perigo aos demais. Os primeiros estudos relacionados à prisionização cuidaram de tentar entender melhor este processo de transição, a saber, entre o indivíduo que está inserido na sociedade mais ampla e que eventualmente acaba por se encontrar dentro dos muros da prisão. Estes primeiros estudos de CLEMMER(1940), SYKES(1958), RUSCHE & KIRCHHEIMER(2004) e GLASER(1965), partiam da ideia de que haveria uma clivagem importante entre as expectativas da administração penitenciária em controlar e recuperar os detentos e a da subcultura que se forma entre a massa carcerária.

De uma perspectiva normativa, estamos diante de dois processos que ocorrem simultaneamente, um de natureza institucional personificada nos programas de reabilitação e iniciativas que visam mudar as atitudes, valores e comportamento daqueles que estão em situação de prisão e, do outro lado, uma normativa formada pela necessidade informal de instituir regras de convívio entre os próprios detentos que, vindos das mais diversas localidades e dotados de experiência pré-encarceramento distintas, precisam instituir formas de sociabilidade específicas e ao mesmo tempo minimamente coesas para que o cotidiano na prisão seja possível com o mínimo de estremecimentos possíveis. É importante notar que estes primeiros estudos partiam dessa separação para categorizar estas normativas entre *processos de ressocialização* e *processos de prisionização*. No primeiro caso, estavam a

administração penitenciária e a sua normativa institucional de outro, a massa carcerária. Nesse jogo de força, a preocupação teórica estava em medir o grau de aceitação de um processo ou outro. Ou seja, qual o grau de sucesso que uma política ressocializadora tem frente ao processo de prisionização que o encarcerado é submetido a partir de sua entrada na prisão e vice versa Akers, Hayner e Gruninger (1977) e Thomas (1973;1977). A grande contribuição desses estudos se deu na possibilidade de estabelecer relações relevantes entre o grau de pressão sofrida pelos internos em sua adaptação no cumprimento da pena e suas experiências anteriores à prisão. Essas categorias foram elencadas em três principais pontos:

- a) Experiências de socialização anteriores ao confinamento.
- b) Características da administração penitenciária e os eventuais conflitos gerados para os encarcerados.
- c) Influências extra-prisão associadas a qualidade dos contatos mantidos pelos internos com a sociedade ampla e suas expectativas em relação a sua vida após o cumprimento da pena.⁵

Isto significa que os intelectuais começam a tentar buscar respostas para a efetividade da ressocialização fortemente atreladas à qualidade da experiência dos detentos em sua vida pré-prisão e a extensão desses laços de sociabilidade durante o cumprimento da pena. Os resultados dessas pesquisas mostraram que havia uma ligação direta entre os graus de sucesso de recuperação dos encarcerados e tais conexões extra muros. Importante notar que mesmo restrito à população carcerária, a atenção dos intelectuais para as questões sociais construídas fora dos muros da prisão começa a tomar força como possibilidade de aprimorar as políticas de ressocialização nas prisões americanas. De um ponto de vista puramente teórico, podemos dividir esses dois momentos em duas teorias distintas. O modelo funcional, também chamado de *deprivation model*, é encontrado nos primeiros estudos sobre prisionização nos anos 1940-50, principalmente com Gresham Sykes(2007).

Neste modelo, os estudos estavam voltados completamente nas formas de sociabilidade que se formam e se cultivam intra-muros. Ou seja, o sucesso ou fracasso das políticas de ressocialização estavam contidas na capacidade da administração

⁵ THOMAS. CHARLES W. 1977, Theoretical Perspectives on Prisonization: A comparison of the importation and deprivation model.

em “docilizar” os detentos através dos programas implantados em cada unidade prisional. Por outro lado a chamada *teoria da importação*, encontrada sobretudo nestes estudos que acontecem à partir da década de 1970 começam a se debruçar sobre o percurso nos quais os detentos passam, em sua própria experiência de construção e reorganização da realidade na medida em que a prisão começa a fazer parte de sua vida. Essa é uma mudança de perspectiva fundamental.

Nota-se que os estudos sobre as prisões começam a perceber que as unidades prisionais não são um sistema que está contido em si mesmo, em que o sucesso ou fracasso das políticas de ressocialização não devem ser analisadas somente através dos esforços da administração em minar os processos de prisionização que os detentos passam durante o cumprimento da pena. De fato, esses protocolos são importantes para se estabelecer diretrizes sobre o tratamento da massa carcerária, mas o peso que se dava a eles não condiz com a realidade social encontrada já nesses primeiros estudos sobre o tema. Vê-se portanto, que a grande contribuição desses estudos discutidos até agora vai no sentido de permitir uma análise do processo de “abertura” da instituição *prisão*, e assim, dando a oportunidade de novas pesquisas abordarem o tema da prisionização como parte da própria potencialidade de compreensão dessa complexa rede de sociabilidade e de formação da realidade que se instaura na relação entre a prisão e a sociedade mais ampla.

Para a melhor compreensão deste debate e de suas teorias explicativas, faz-se importante entrar em detalhes sobre os dois principais modelos teóricos que explicam o processo de prisionização e quais são os seus desdobramentos em nossa proposta de análise do sistema prisional. Em primeiro lugar, assim como apontamos brevemente nos parágrafos acima, os estudos de Donald Clemmer na década de 1940 tiveram uma fundamental importância nas reflexões posteriores sobre a influência da prisão nos encarcerados e o *staff* carcerário. Se nos detivermos em seu conceito, podemos perceber um direcionamento específico da sua teoria no sentido de dar à prisionização um caráter profundamente criminogênico, o que em minha leitura, pode trazer problemas quando expandimos este conceito para outras localidades ou mesmo quando tentamos compreender a prisionização de uma maneira mais profunda e detalhada. Em suas palavras, prisionização pode ser definida como a “aquisição, em maior ou menor grau, das normas, costumes, moralidade, e cultura

geral da prisão”⁶ Este conceito serviu de base teórica para a formação do *modelo de privação* contido nos escritos de Thomas & Peterson (1977). Neste modelo, os detentos estão a todo momento em um processo de privação e constrangimento constante, o que os leva a transitar à condição de despersonalização, em maior ou menor grau, em relação direta a seu sofrimento e condições mortificantes na instituição prisional. O que define este grau de des-personificação, ou ainda o grau de privação, está justamente na aceitação ou não das normas da prisão por parte do detento.

Assumindo a prisão como uma instituição total, nos termos de Goffman⁷, o *modelo de privação* constrói sua teoria baseada em dois tipos de normas que podem ou não ser seguidas pela massa carcerária, a institucional-legal e a carcerária. A grande questão levantada por esses autores se dá no sentido de perceber que as experiências negativas de se encontrar preso podem ser mitigadas de duas maneiras. De um lado, o detento se “filia” às normas institucionais, e por consequência aumenta sua chance de ressocialização ou, ao contrário, encampa as normas criadas pela massa carcerária, aumentando sua solidariedade no grupo, ao mesmo tempo em que mina suas possibilidades de ressocialização. Fica evidente que, neste modelo, a teoria está construída em dois grupos (funcionários/presos) que são fundamentalmente opostos. O caráter criminogênico da prisionização neste prisma se dá justamente em assumir que a subcultura formada na prisão é mais efetiva quanto mais afastada da cultura formada pelo quadro de funcionários, ou seja, quanto mais “prisionizado” o detendo se torna, menos eficiente serão os esforços para que as estratégias de ressocialização surtam efeito.

Agora, quais são os efeitos negativos que este tipo de teoria contém, e que nos atrapalham quando tentamos analisar concretamente os efeitos da prisão nos atores sociais que nos interessam? Se nos atentarmos ao modo como o modelo de privação é construído, perceberemos sem muito esforço que se trata de uma teoria de forte cunho moral. Ora, estamos diante de uma relação se torna um *cabo de guerra* na construção - ou reconstrução - da identidade do detento. Ou ainda da sua própria

⁶ Donald Clemmer (1940, p. 270). “*taking on, in greater or lesser degree of the folkways, mores, customs, and general culture of the penitentiary*”.

⁷ “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11).

realidade. De um lado temos os representantes do Estado, em uma bravata moral de tornar os detentos “civilizados”, e de outro uma subcultura tida como uma constante ameaça à sociedade e que precisa ser “recuperada”. Portanto, uma guerra do bem contra o mal.

Essa interpretação se torna ainda mais clara se analisarmos estas características de uma perspectiva mais abrangente que decorre do já comentado prisma da moralidade, a saber, a cultural. Ao nos determos neste aspecto, logo nos encontraremos em uma encruzilhada teórica onde, ao observarmos como o modelo de privação é construído, não apenas pela interpretação maniqueísta sobre a (in)eficiência da prisão em ressocializar o detento, mas sobretudo em seus aspectos básicos, como por exemplo, o que é definido exatamente como a subcultura formada no ambiente prisional e como ela influencia a percepção da realidade naqueles que estão sujeitos à ela. Não é possível entender a complexidade das relações humanas sob uma perspectiva normativa baseada em estruturas conceituais de cunho puramente moral, ou se quisermos, apenas baseadas em estruturas analíticas formadas pelo próprio pesquisador. Isto resulta, sem sombra de dúvidas, uma sociologia que fala mais sobre as pré-noções e pré-conceitos do pesquisador do que do próprio objeto a ser pesquisado.

Como observado por Ramirez (1984) grande parte dos primeiros estudos sobre as prisões tiveram uma grande dificuldade em observar objetivamente quais os aspectos da influência da prisão sobre os detentos estavam calcados na própria experiência com a realidade pré-prisão. Isto por uma série de motivos. Primeiro pela tradição teórica fortemente baseada em uma espécie de etnografia prisional, com o objetivo de desbravar um terreno ainda desconhecido pelos sociólogos e muito distante de suas realidades, o que os levou a uma análise fundamentalmente funcionalista da prisão e da cultura prisional. Também, o próprio distanciamento de classe entre pesquisador e objeto de pesquisa acabaram por obscurecer análises mais elaboradas do que pode se entendido como cultura prisional. No entanto, isto não significa que estes estudos eram vazios de objetividade e importância científica.

A questão que se coloca aqui é justamente o oposto, ou seja, a “descoberta” da ciência pelos intelectuais de classe média/alta trouxe como resultado uma resposta do mais profundo espanto com as condições vividas pelos grupos que viviam

diariamente dentro do ambiente prisional. Não à toa Sykes (2007) constrói toda uma teoria sobre o “sofrimento do cárcere”. Em seus estudos sobre a condição dos encarcerados norte americanos, Sykes (2007) argumenta que as duras condições do confinamento induzem o condenado a se comportarem de maneira agressiva e que, estas condições são inerentes ao ambiente prisional. Uma passagem muito importante de uma de suas obras ilustra de maneira muito clara seu posicionamento teórico e político em relação a este tema. Sua análise, em seu *Society of Captives*(1958), Sykes argumenta a falta de liberdade, bens, serviços, contato heterossexual, falta de autonomia e falta de segurança⁸, conformam o comportamento dentro do grupo dos encarcerados.

Este “mundo” de privações, para o autor, acaba por desencadear reações violentas na medida em que as desigualdades entre os próprios internos são elevadas ao extremo dadas as condições já precárias da prisão. Com efeito, e no que pese a consolidada centralidade dos estudos de Sykes sobre as prisões, algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, percebe-se uma certa dose valorativa em relação às suas justificativas. A supressão da liberdade e/ou de bens e serviços e/ou autonomia, ao fim e ao cabo, não são (e não eram) fatores exclusivos dos condenados. Este tipo de privação foi e continua sendo uma das insolúveis condições propostas pela parcela marginalizada da sociedade ocidental. A crescente escalada do capitalismo global ao longo do século XX, trouxe para a sociedade um retrocesso imenso em relação aos direitos humanos, onde essas questões estão circunscritas. É de fundamental importância a real compreensão do problema. As prisões são sim um local de privação. Cruel e ineficiente. Mas a privação (para além de seu caráter jurídico) não é causa do ambiente prisional, mas sim o oposto, ou seja, é uma consequência de uma série de privações que acontecem extra-muros, tanto no sentido físico de privar-se do direito de ir e vir (e aqui sua dimensão também simbólica) quanto no sentido humanitário tão comum em setores mais frágeis da sociedade.

Mesmo no caso da teoria da importação, responsável por absorver a vivência das experiências pré-prisão para a análise dos efeitos da prisão nos encarcerados, não houve uma compreensão satisfatória sobre o que se entende sobre a (sub)cultura

⁸ “the deprivation of liberty, the deprivation of goods and services, the deprivation of heterosexual relationships, the deprivation of autonomy, and the deprivation of security” (SHAMMAS, 2017, p. 1).

da população sensível à prisão e sua relação com a criminalidade. Tasca, Rodriguez e Griffin (2010) em seu estudo sobre a delinquência juvenil e sua relação com os negros e latinos no estado do Arizona, sugerem que a grande questão envolvendo a teoria da importação está fundamentada na ideia de que a conduta violenta dos encarcerados no ambiente prisional é uma continuidade da violência que o interno sempre esteve sujeito em sua comunidade, daí a ideia de importação: o indivíduo importa a conduta apreendida em sua comunidade para dentro da prisão.

De qualquer maneira, a literatura clássica sobre as prisões sempre se manteve dentro da chave privação/frustração que acaba por constituir uma série de transtornos de ordem psicológica dos indivíduos em contato com a prisão. Esse ponto de partida teórico tem origem principalmente nos estudos de Sykes (1958) em seu livro *Society of Captives*. Os dramas do confinamento tinham para Sykes o poder de causar sérios danos à personalidade daquele em contato com o ambiente prisional. Daí a sua tese de que os detentos desenvolvem ao longo do tempo uma cultura comum, justamente como reflexo dos problemas que eles enfrentam diariamente na experiência de estar encarcerado. Esta é a mesma visão que baliza e influencia Goffman (1961) em seus estudos sobre o confinamento e sua teorização sobre as instituições totais e seu conceito de instituição de caráter fechado, isolado da sociedade mais ampla aproximando-o do modelo de privação.

Este ponto é fundamental em diversos aspectos e talvez a principal questão envolvendo esse processo de construção teórica seja que a sociologia tem observado grandes mudanças na vida dentro das prisões, seja por mudanças políticas, tecnológicas ou culturais. Simon (1992) e Riley (2002) entre outros autores, sugerem que as prisões contemporâneas não se comportam de maneira tão isolada como Goffman as descreveu no começo dos anos 1960. As “novas políticas em relação às correspondências, educação, visitas, contato telefônico, televisão” (RILEY, 2006, p. 445) tornam o prisioneiro mais conectado com a sociedade mais ampla do que qualquer outro momento da história das prisões modernas. Isso sem contar a grande contribuição dos movimentos dos direitos humanos e o grande esforço no sentido de buscar amparo judicial aos indivíduos que não conseguem uma assistência jurídica básica para o acompanhamento de seus processos. No entanto, não há dúvidas de que as prisões continuam sendo locais de grande sofrimento para aqueles que estão

em contato com ela, o que indica um processo de mescla entre a teoria da importação e privação, que talvez consigam cobrir um espaço maior de debate para a compreensão do quão institucionalizados os indivíduos estão quando conviventes do espaço prisional.

O grande salto de perspectiva talvez tenha começado a ocorrer quando estudos prisionais começaram a ser elaborados por atores relevantes neste cenário, por exemplo trabalhos realizados pelo próprio interno como o livro *Life without parole: Living in Prison Today*, escrito pelo cientista político Victor Hassine ou o trabalho de Ted Conover, *New Jack: guarding sing sing*⁹, sob a perspectiva de um funcionário da prisão, entre outros tantos livros que começam a obter espaço acadêmico a partir da década de 1980.

Estes trabalhos são importantes por uma série de motivos, em primeiro lugar pelo fundamental local de fala e os privilégios de campo que estes autores dispuseram, consequências de suas respectivas histórias de vida. O desafio de compreender exatamente quais os efeitos práticos que a prisão pode causar em quem se expõe a ela por muitas vezes torna-se tarefa de uma dificuldade enorme, principalmente pela tradicional distância entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. A grande parte dos que estudam as prisões vêm de uma situação de classe privilegiada, distante dos muros das penitenciárias e, em geral, costumam partir de alguns pressupostos que, por preconceito ou desconhecimento, enviesam a pesquisa que se propõem a realizar. Em segundo lugar, a violência física nas prisões, de cunho institucional praticada pelos próprios agentes têm apresentado uma queda substancial, seja pelo avanço dos direitos humanos, seja pelo avanço dos coletivos de presos, como no Brasil. Por outro lado, a violência não-institucional continua visível e preocupante, justamente pelo mesmo avanço das organizações criminosas e seu fortalecimento como poder paralelo.

As regras destas organizações, e seu poder de organização dentro e fora das prisões, trouxeram reflexos na própria organização das prisões, com a distribuição de membros de facções em diferentes instituições, ou prisões especialmente preparadas para receber apenas presos que possuem risco de serem mortos, o que antigamente

⁹ Riley, John: The pains of imprisonment: Exploring a classic text with contemporary authors (RILEY, 2006).

era chamado de seguro. Isso faz com que o sofrimento da e na prisão torne-se cada vez mais difícil de se observar já que suas estratégias só vem ao grande público em momentos de grandes massacres, não revelando o cotidiano e as estratégias dos grupos envolvidos com a prisão de lidar com estes novos paradigmas no cotidiano.

2.1 O DEBATE NACIONAL

O conceito de prisionização é recebido no Brasil entre as décadas de 1970-1980, através da grande aceitação de *A Questão Penitenciária* de Thompson (2002). Como já esboçado anteriormente, a redescoberta da prisão pela sociologia gerou uma série de trabalhos que tentavam entender quais eram, de fato, as possibilidades ressocializadoras do sistema prisional, e quais os possíveis efeitos – positivos ou negativos – que as prisões brasileiras ‘causavam’ na massa carcerária e nos profissionais que orbitavam esta instituição.

Fortemente alinhados com a teoria de Clemmer, através de Thompson, as análises caminharam na direção de compreender a prisão como *lócus* da criminalidade e sobretudo, como instituição totalizante. Esta separação entre prisão e sociedade toma conta do debate brasileiro sobre as prisões e ainda produz ecos em diversos estudos, principalmente fora do campo da Sociologia. Ainda assim, estes primeiros trabalhos foram de fundamental importância para o campo, no sentido de construir as bases teóricas para que trabalhos futuros pudessem avançar e tecer novas interpretações acerca deste fenômeno.

Dias e Adorno (2013) trazem algumas contribuições sobre este aspecto que considero relevantes e que devem ser analisadas dentro deste paradigma a que nos propomos compreender. Essas considerações são fundamentais porque situam o debate nacional em torno das teorias sociológicas que se preocupam com as questões de violência, segurança pública e, conseqüentemente, o sistema prisional. Também faz-se necessário essa conexão entre autores já estabelecidos, tanto nacionais quanto internacionais, para constatar de que maneiras as teorias são recebidas pelos sociólogos e de que maneiras elas são acessadas e ressignificadas ao longo do tempo. Como vimos nos parágrafos anteriores, muito da discussão envolvendo o conceito de prisionização, vem de uma tradição teórica em que este conceito aparece como consequência da efetividade do processo de ressocialização dos presos, ou

seja, quanto mais ressocializado, menos prisionizado. Veremos também, e como já delineei brevemente, que esta relação causal não nos traz os esclarecimentos necessários, já que a influência da prisão mostrou-se capaz de se pulverizar em diversos grupos sociais, que mantêm relações com a prisão em um ambiente extramuros, como é o caso da vila dos moradores no qual esta dissertação está interessada. Neste caso, na posição que este grupo ocupa, não há qualquer relação com medidas ressocializantes e/ou ligações com o narcotráfico, pois naturalmente não estamos lidando com uma população encarcerada, pelo menos do ponto de vista jurídico. Além disso, tais grupos em que esta dissertação se debruça, estão relacionados ao corpo gestor do sistema penitenciário, e não estão inserido na linha de preocupações sociológicas que dominam o debate atual neste campo, ou seja, a forte atenção que se tem dado a prisionização nas relações circulares entre presos - > familiares -> narcotráfico.

Os estudos iniciais sobre as prisões partem de duas premissas sendo: a) a prisão como uma instituição fechada, nos termos de Goffman (2001), e portanto, construindo formas *sui generis* de sociabilidade, e b) a oposição diametral entre instituição (representada pelo corpo gestor) e a população carcerária, onde na primeira estaria a tentativa de ressocialização e na segunda, a tentativa de não ressocializar-se. Disto decorre o fundamento do conceito clássico de prisionização: Quando mais afetado pelas políticas institucionais, o preso torna-se cada vez menos prisionização, e portanto, mais ressocializável, e vice-versa.

Percebe-se que, dentro desta linha de raciocínio, e para que ele seja possível de ser construído, é necessário que haja uma aceitação de uma premissa ainda anterior: a de que há um imperativo em trazer o indivíduo inapto ao convívio social para o convívio saudável com o outro. A influência desta visão clássica do paradigma prisional acompanhou as discussões no Brasil ao longo de todo o século XX. Como também apontam Dias e Adorno (2013), o paradigma clássico se esgota na medida em que as novas tecnologias e formas de sociabilidade começam a ser percebidas pela sociologia, e portanto, começam a fazer parte de suas preocupações teóricas. O crescimento da desigualdade, o acirramento das disputas entre o poder do Estado e os poderes paralelos e sobretudo o narcotráfico, fazem com que o sistema prisional e sua complexa rede de relações com a população em geral não possam mais ser

ignorados.

De um ponto de vista ainda mais amplo, isto significa que a variável “liberdade” se afasta de sua concepção puramente do direito penal, e se aproxima, por outro lado, de sua concepção jurídica relacionada com a garantia de direitos e liberdades constitucionais, ou seja, estar prisionizado não significa necessariamente a consequência de um processo que se inicia com a pena de privação de liberdade. Este é o ponto chave para entender estes novos caminhos do conceito de prisionização para tais categorias. Este deslocamento de foco do conceito é fruto do próprio processo de mudança na relação entre sociedade e prisão e como estas mudanças foram sendo incorporadas pelas teorias sociológicas, principalmente a partir da virada para o séc XXI, com uma diversidade de trabalhos (SABAINI,2013; GODOI, 2015; CHIES, 2008; SILVESTRE, 2012; DIAS, ADORNO, 2013; BIONDI, 2009).

Com efeito, e largamente demonstrado na literatura, principalmente com David Garland (2008), a prisão é o resultado de uma série de processos políticos, econômicos e sociais que produzem a prisão e seus dilemas. Isto também significa que a prisão não é o lócus da marginalidade, mas sim um efeito desta. De fato, as especificidades do Brasil são grandes. O papel mediador do PCC em São Paulo, por exemplo, foi definitivo para que a permeabilidade entre prisão e sociedade fossem ainda mais evidenciadas, porque cria um caminho novo, claro e inteligível para esta relação. Isso não significa, contudo, que as permeabilidades só comecem a ocorrer a partir destas questões.

Sem dúvidas, todas as mudanças tecnológicas e sociais, que começam a entrar em jogo no Brasil a partir da década de 1990, foram fortes catalisadores de questões anteriores, vindas diretamente da relação entre prisão e sociedade. A título de exemplo, podemos observar que o PCC nasce de uma resposta ao cruel tratamento dos presos, por parte de alguns funcionários dos estabelecimentos prisionais, e que, ao longo de um processo de politização e tomada de consciência, os coletivos de presos tornaram-se um polo de poder hoje consolidado no Brasil. Estas são questões que acontecem dentro e fora das prisões, mas com esta instituição sendo o centro gravitacional do processo. No campo das tecnologias, nota-se a fundamental função hoje dos dispositivos móveis para a comunicação dos presos com

os indivíduos dentro ou fora das prisões. O que não significa que este tipo de comunicação não fosse possível em um momento histórico anterior, mas sem dúvidas, foi um catalisador e um facilitador neste aspecto.

De todo modo, é importante salientar que o enfraquecimento do que se chamou de paradigma clássico nos estudos prisionais torna-se verdadeiro na medida em que ele tem dificuldades de dar conta de uma série de questões contemporâneas concernentes às relações entre prisão e sociedade ampla. Isto porque, como vimos anteriormente, a percepção de que a prisão não é uma instituição auto-referenciada, torna paradigmas clássicos insuficientes para explicar suas contradições e características. Portanto, tanto a ideia de cultura prisional (CLEMMER, 1940), quanto a de instituição total (GOFFMAN, 2001), perdem seus pontos de apoio, já que ambas partem da clivagem entre prisão e sociedade ampla. No entanto, dos clássicos, Sykes(1974) talvez seja o autor que ainda possua uma importante relevância neste aspecto justamente por compreender estes movimentos de erosão da fronteira entre prisão e sociedade (DIAS; ADORNO, 2013).

E neste ponto, há uma necessidade de buscar novas teorias explicativas para dar conta de apreender sociologicamente os movimentos porosos em nossa sociedade. Portanto, partindo deste pressuposto de que a fluidez é componente fundamental das relações entre o dentro e fora da prisão, estamos lidando com as maneiras com que a prisão se insere na sociedade e de que maneira a sociedade se insere na prisão. Dito de outra forma, podemos aferir que o ponto chave para uma discussão contemporânea do sistema prisional brasileiro passa pela compreensão objetiva do campo de influência entre o mundo interno e externo à prisão. Isso nos leva a prisionização como possível modelo explicativo para dar conta dessas questões.

2.2 PRISIONIZAÇÃO, PARA UM NOVO MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL

O conceito de prisionização, como vimos anteriormente é fruto do que chamamos de paradigma clássico. Nasce em Clemmer (1940) e percorre todo o século XX no campo dos estudos prisionais. Nota-se que poderíamos inferir, e de fato alguns o fazem, que este conceito perde força junto com a derrocada das bases que o conceituam, ou seja, do próprio paradigma clássico. No entanto, vê-se que

principalmente a partir da década de 2000, o tema volta a fazer parte das discussões sociológicas, tanto na literatura nacional, quanto internacional.

O que tais estudos têm em comum é a compreensão da erosão das fronteiras da prisão, que se torna clara, a partir das novas formas sociais e tecnológicas que acompanham o mundo ao longo da última década do século XX. Trabalhos como os de Comfort (2003), Olick (1998), Silva (2016), Goodman e Page (2018), Stuart e Miller (2016), entre tantos outros, trouxeram à tona novamente o conceito de prisionização como chave para a compreensão das dinâmicas prisionais contemporâneas. Nota-se que o movimento de todos estes autores vai em uma direção clara de reorientação teórica deste mesmo conceito, ainda que feito de maneira não explícita.

Podemos entender esta reorientação como uma separação do conceito de prisionização de sua formação original, ou seja, a sua relação intrínseca com a ressocialização. Isto acontece porque há nesta relação uma necessidade fundamental de entender a prisão como uma instituição total, fechada. Quanto mais prisionizado, menos ressocializado, e vice versa. Este lema entoou toda a discussão clássica dos estudos prisionais, e dada sua premissa da prisão como separada da sociedade mais ampla, tem sua forma somente enquanto essas questões são compreendidas como polos opostos de um sistema social.

Este estatuto foi transferido para as relações que se dão nas porosidades entre prisão e sociedade. Não mais como uma ferramenta explicativa do sucesso ou insucesso da política penitenciária, a prisionização começa a ocupar uma posição central nos estudos sociológicos por justamente estar preocupada em explicar tais erosões e como elas afetam os grupos que se relacionam direta, ou indiretamente, com a prisão. Ainda, a percepção da sociologia de que, na verdade, não se sabe ao certo até que ponto essa influência pode ocorrer, ou qual seu alcance, este conceito aparece como uma forma de tentar responder estas perguntas a partir de um outro paradigma, a saber, na análise dos discursos e na apreensão dos grupos sociais através de uma espécie de etnografia centrada na reconstrução das narrativas e das possíveis maneiras em que a prisão conforma a realidade de tais grupos. Isto fica evidente ao observarmos os trabalhos sobre os coletivos de presos em São Paulo.

Uma das grandes preocupações destas pesquisas é justamente compreender essa relação entre prisão e sociedade, e de que maneira elas se auto-alimentam e se

relacionam. No entanto, uma questão que emerge desta discussão, é a de que os campos de influência não se dão somente em relação ao crime organizado. Bairros adjacentes ao complexo, as casas destinadas aos gestores do sistema penitenciário e tantas outras localidades em que a prisão pode de alguma maneira influir ou ser influenciada, precisam ser especificadas.

Talvez esta lacuna sociológica esteja justamente nessa dificuldade metodológica de aferição objetiva dos graus de prisionização em determinados grupos. Pensando neste aspecto, propus trazer a sociologia dos métodos de análise mnemônica para ajudar a traduzir tais questões. Este talvez seja o ponto sob o qual a prisionização esteja se apoiando, mas ainda com pouca consciência. A análise das memórias, das histórias de vida e suas possíveis conexões, re-organizações, são técnicas que trazem a este debate a possibilidade de apreensão do ser prisionizado. Também, isto nos leva a uma compreensão maior dos desdobramentos que este conceito pode ter, talvez adicionando um olhar que esteja fora da maioria dos estudos neste sentido, onde o interesse por grupos que se encontram fora da relação prisão > detentos > familiares ainda continua escasso.

Este afastamento da ligação entre prisionização e ressocialização, ou como vimos, do afastamento do pensamento clássico sobre a prisão pode ser exemplificado também quando observamos as relações, ou ainda, as mudanças nas percepções entre a prisionização e a criminalização. Ou seja, qual o papel que a prisão desempenha na criminalização do indivíduo ou grupo.

A temática da criminalização, e mais especificamente, de que maneira a prisão pode ou não influenciar a entrada e/ou permanência do indivíduo no crime é um tema que vem sendo abordado pela sociologia e criminologia desde o começo do século XX. Os estudos clássicos sobre o tema já apresentavam esta perspectiva e sua relação com a prisionização, como vimos anteriormente. Ainda que fortemente assentados sobre as premissas da ressocialização como principal categoria objetiva que pautava a eficácia ou não das políticas prisionais, tais estudos podem ainda elucidar alguns outros parâmetros que nos ajudam a entender como este processo de afastamento teórico se encaminhou.

Papp (2010) se dedica a uma espécie de compilação dos estudos sobre estas relações e nos revela como os avanços teóricos e empíricos na sociologia puderam

trazer novas informações sobre as relações entre crime e prisão. No entanto, e talvez aqui sua maior contribuição neste tema, esteja no fato de observar que com o avanço do que podemos chamar de processo de abertura da prisão, e seu contínuo afastamento das teorias de Goffman sobre as instituições totais, os sociólogos partiram, e alguns ainda partem, da premissa causal encabeçada por Thomas (1977) em que haveria duas maneiras de perceber os supostos eventos “criminalizantes” da prisão.

Nos chamados de efeitos de curto prazo (*short-term effects*) estariam as relações dos encarcerados com seus pares dentro da prisão, em uma mesma lógica de clivagem proposta ainda por Clemmer nos anos 1940, entre o dentro e fora da prisão. Por outro lado, entre os efeitos de longo prazo (*long-term effects*) estariam a relação dos egressos com o sistema de justiça e sua relação com o Estado após o cumprimento de pena. De todo o modo, a premissa que perpassa essa análise está calcada na ideia de que as conexões feitas pelos detentos durante seu cumprimento de pena causam o que o autor chama de *post-prison law-breaking behavior*, ou seja, uma potencial disposição para a reincidência. Nota-se aqui novamente a premissa adotada de que a prisão funciona como uma grande caixa preta (PAPP, 2010, p. 51) que pode gerar mudanças no modo de pensar do encarcerado e inibir sua reintegração.

Espero ter justificado que este paradigma é equivocado. Principalmente quando pensamos as prisões contemporâneas e mais especificamente o caso brasileiro. Isto porque a ideia de uma prisão produtora de criminalidade desconsidera os processos que levaram virtualmente este detento para a prisão. Já largamente discutido por uma série de autores o processo de prisão não pressupõe uma sociedade onde o sistema de justiça cumpra seu papel de maneira equânime. Isso significa dizer que, em primeiro lugar, estamos diante de um processo de criminalização que antecede o próprio delito, onde grupos são sistematicamente marginalizados, subalternizados e potencialmente cooptados por uma lógica precarizadora, em que a prisão cumpre o papel apenas de deixar essas contradições ainda mais evidentes.

É inegável que a prisão desempenha um papel de reforço deste estigma e desta marginalização, mas não é ela sua produtora. Mesmo no caso dos coletivos de

presos e seu papel de cooptação dentro das prisões na criação de “soldados do crime”, largamente desenvolvido em Dias (2011) e Feltran (2018), fica claro que este processo não é algo que acontece exclusivamente intra-muros, mas apenas torna-se mais visível e violento.

Se portanto, as prisões são de fato ambientes em que as contradições tornam-se mais evidentes, fica claro que as respostas para as questões envolvendo o ambiente prisional encontram-se fora dele, e não dentro, ou ainda, encontram-se no movimento de concentração e pulverização destas mesmas contradições. Dessa forma, caminhamos para uma análise da influência destas contradições, abandonando a relação entre o dentro e fora das prisões, e tratando estes aspectos sob uma perspectiva mais ampla, utilizando da prisão como uma espécie de ambiente onde estes processos ficam mais evidentes, mas não se originam em seu interior. Este ponto é fundamental para compreender do que se trata a influência da prisão (ou se quiser, prisionização) nos diversos grupos que orbitam o sistema prisional. É claro que sempre haverá uma barreira geográfica que separa a prisão da sociedade ampla, já que trata-se de um espaço destinado ao cumprimento de pena de privação de liberdade. Porém, sob o ponto de vista analítico, esta “barreira” geográfica deixa de fazer sentido, na medida em que os olhares voltam-se para seu campo de influência nos grupos nos quais ela perpassa.

A leitura que faço destes primeiros estudos sobre a prisionização caminha, além do já exposto, para as interpretações acerca da relação entre subcultura formada no grupo dos encarcerados e sua associação com comportamentos antissociais e estritamente antagônicos às políticas prisionais. Como já é possível delinear, a crítica à polaridade de cunho moral e metodológico que se fez em relação ao papel do *staff* penitenciário frente à população carcerária se torna ainda mais clara quando a análise se volta à relação que se fez - e em certa medida ainda se faz - entre os efeitos da prisionização e a propensão direta à criminalidade.

Nos debates clássicos sobre prisões, fica evidente que a grande questão que chamou a atenção dos intelectuais e que em grande medida se tornou um ponto de partida analítico pouco questionado é o de que a prisão produz formas de sociabilidade específicas, causadas pelas condições degradantes de seu interior, e que este amálgama produz uma subcultura prisional que tende invariavelmente a

incentivar um comportamento violento e criminoso por parte dos internos, tornando-os avessos às políticas de ressocialização. Isso pode pressupor a ideia de que as políticas a serem adotadas para mitigar os efeitos de prisão, e em certo sentido, a própria criminalidade, estejam fundadas no interior da prisão. Isto também pressupõe que o próprio conceito de crime transite para uma esfera analítica mais simpática às explicações médicas e psiquiátricas dos porquês do comportamento criminoso. Foucault, já nos deu uma farta literatura sobre este trânsito epistemológico que caminhou para o que chamou de biopoder, no controle dos corpos e na historicidade do crime. E este é outro ponto fundamental. A crítica de Foucault em relação a este tema se dá justamente por historicizar o crime e aliar sua análise ao campo do poder, onde demonstra fartamente que a criminalidade pode ser entendida como um processo de dominação de classe. Dessa forma, podemos observar que crime e prisionização não são causa e efeito e se complementam mutuamente, mas sim são frutos de um longo processo histórico que se encontra fora da prisão, um subproduto das relações de poder que se conectam no ambiente prisional, mas não são determinados um pelo outro.

Se então a prisionização pode ser entendida como um fenômeno que escorre para além dos muros da prisão, uma série de pesquisadores voltam-se para este tema procurando entender qual a extensão deste fenômeno social.

3 A PRISÃO

A prisão é o ponto gravitacional em que todos os debates deste trabalho estão apoiados. Assim as subseções contidas neste capítulo foram elaboradas com a intenção de construir uma narrativa sobre a prisão. Dividida também em duas partes, as subseções tratam do debate internacional e brasileiro sobre o sistema prisional tentando interpretar seu processo histórico e suas transformações.

3.1 O DEBATE INTERNACIONAL

O debate em torno da prisão é desafiador. Diversos autores procuraram levantar questões envolvendo o nascimento da prisão moderna, sua consolidação e suas consequências dentro e fora de seus limites físicos e simbólicos. Cada sociedade pune o que considera passível de punição e toda a seletividade que disto decorre. O

desafio começa quando entendemos e colocamos a instituição “prisão” no curso dos processos sociais e históricos da humanidade. Este método processual de análise das instituições, largamente amparado pela bibliografia, ativa, em um certo sentido, outros conceitos estruturantes para o entendimento da necessidade e possibilidade da prisão moderna. De acordo com Foucault (2012), pune-se o ilegal, e neste acordo social, a ilegalidade é condicionada historicamente. Portanto, antes de discutirmos as particularidades da gestão contemporânea das prisões, precisamos identificar quais são os pilares que a sustentam, a saber, o que é possível punir, e qual a relação entre a punição (enquanto processo histórico) e a violência (enquanto representação social).

A prisão moderna começa a ganhar interesse por parte dos intelectuais a partir de seu próprio nascimento. Sua gênese é produto de uma série de atualizações do debate político e jurídico, fruto da consolidação das ideias humanistas e reformistas advindas do Iluminismo do século XVIII. Tal iniciativa acompanha uma ânsia por agendas políticas que pudessem deter as desigualdades sociais e econômicas em todos os setores da sociedade. No campo jurídico, a figura de Cesare Beccaria (2006) é de grande importância para a consolidação do que se chamou posteriormente de iluminismo penal. Sua obra funda as bases do direito penal moderno ao afirmar, dentre outros conceitos, que as leis devem ser aplicadas de maneira racional e equânime entre os cidadãos:

Com leis penais executadas à letra, cada cidadão pode calcular exatamente os inconvenientes de uma ação reprovável; e isso é útil, porque tal conhecimento poderá desviá-lo do crime. Gozará com segurança de sua liberdade e dos seus bens; e isso é justo, porque é esse o fim da reunião dos homens em sociedade” (BECCARIA, 2006, p. 13).

Beccaria (2006), claramente influenciado pelos contratualistas e sobretudo por Rousseau, combate a situação deplorável das galés europeias, onde as condições insalubres e desumanas persistentes desde a Idade Média passam a sofrer críticas duras de diversos setores da sociedade e governo. Essa espécie de transformação no pensamento da sociedade europeia deu-se em grande medida ao que Foucault (2012) designa como uma mudança epistemológica no pensamento ocidental com a consolidação da ciência moderna como a principal e mais importante produtora de verdades sobre o mundo. Esta transição da *épistémè* tradicional para a moderna é um

processo devedor do humanismo iluminista que reafirma a razão como o grande poder legitimador do mundo.

No bojo dessas novas ideias, o alvo da punição passa também por transformação. “Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 21). A ciência, assim, se impõe de maneira ontológica no Ocidente, acarretando uma mudança de largo alcance nas formas de organização do mundo. Podemos marcar, para fins didáticos, que a partir da consolidação do capitalismo moderno, como sistema econômico e simbólico, e do fortalecimento das chamadas políticas liberais, os saberes técnico-científicos, sobretudo a medicina do séc. XIX – destituem a tradição religiosa da posição controladora das políticas de Estado e caminham para levar a ciência a assumir o papel de balizadora do modo de se pensar no mundo. Tal processo é longo e de irrefreável alcance. Não por acaso, o séc. XIX é o período de nascimento da grande maioria das ciências modernas como a Psicologia, Sociologia, Criminologia, entre outras. No que compete ao objeto de estudo desta pesquisa, podemos afirmar que, no bojo das transformações que a modernidade traz, a punição também se transforma seguindo a mesma trajetória, do tradicional ao moderno.

Tal processo de transformação leva em conta a compreensão da aplicação da punição em seus sujeitos puníveis e como a partir do séc. XVII os suplícios – prática usual como tipo de sentença ao criminoso, uma punição exemplar, espetacularizada, corretiva e corpórea – foram substituídos pela pena de privação da liberdade, obscura em sua execução, disciplinar e incorpórea. Não importa mais, portanto, para o homem moderno, punir o criminoso pela sua transgressão, mas entender os “porquês” de sua infração, com as ferramentas que a ciência possui para medi-lo, qualificá-lo, e acima de tudo curá-lo de sua “patologia”.

Não queremos dizer com isso que, subitamente, se começou a punir outros crimes. Sem dúvida, a definição das infrações, sua hierarquia de gravidade, as margens de indulgência, o que era tolerável de fato e o que era permitido de direito – tudo isso se modificou amplamente nos últimos duzentos anos. [...] Em compensação, o objeto “crime”, aquilo a que se refere à prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. [...]. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos (FOUCAULT, 2012, p. 21-22).

No entanto, nota-se que Foucault vai em direção não de uma atualização dos instrumentos punitivos no sentido proposto por Beccaria(2006) em seu *Dos delitos e das penas*, ou seja, direcionando o direito penal no sentido da democracia, mas sim de uma mudança nas tecnologias que servem a punição e transformação se dá em seu objeto punitivo: do corpo físico, para a “alma”. Tal mudança permite o nascimento da prisão moderna e demanda novas maneiras de gestão em consonância com a atualização de novas estratégias de poder e dominação.

Rusche e Kirchheimer (1999[1939]), são autores de extrema relevância para compreender a prisão como processo histórico. O livro *Punição e Estrutura Social*, é um marco nos estudos prisionais. A instituição total *prisão*¹⁰ está inscrita no curso da história como uma espécie operadora de um conjunto de *verdades* socialmente construídas que, dialeticamente, dizem o que deve ou não se punir. No entanto é conhecida a grande crítica dada a *Punição e Estrutura Social*, sobretudo pelo caráter materialista dado ao binômio punição/produção. De fato, como observado em Foucault (2012), as prisões não devem – dentro de um dado momento histórico – ser determinadas somente pelos processos econômicos, mas devem ser analisadas pelo conjunto de dispositivos de poder, devedores de um complexo sistema construtor de verdades capazes de dar sentido à instituição prisão.

Dessa forma, e sobretudo nas discussões contidas em *Vigiar e Punir (2012)*, a prisão preexiste ao próprio aparelho judiciário, no sentido de ter nascido “fora” dele. A pena sob forma de detenção faz parte de todo um arcabouço epistemológico inserido na consolidação do pensamento moderno que coloca a liberdade como o bem mais caro ao cidadão, e, portanto, mensurável de acordo com o tempo de prisão imputada. “Retirando o tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira” (FOUCAULT, 2012, p. 218). Esta ideia retributiva da pena só é possível pela crença na liberdade como um direito, transformando-a em uma espécie de moeda de troca universal e igualitária dentro da justiça criminal. Não obstante, o *modelo disciplinar* descrito por

¹⁰ O termo *instituição total* utilizado neste projeto advém dos estudos de Erwin Goffman (2001), a saber: "uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 1974, p. 11). Este tema será desdobrado ao longo da execução deste projeto.

Foucault em seus trabalhos passou por diversas transformações, principalmente a partir dos anos 60 do século XX, em que novos processos – políticos, econômicos e sociais complexificam o debate prisional.

Em paralelo à consolidação do que podemos chamar de *épistémè moderna*, a globalização, que pode ser virtualmente traçada já no começo do séc. XVI com as chamadas grandes navegações, promove uma série de mudanças profundas em todos os segmentos da sociedade. O tempo e espaço (GIDDENS, 2002) já desencaixado pelas ações da modernidade nas relações sociais, agora atravessa as fronteiras dos Estados Nacionais, erodindo-os (BAUMAN, 1999). No caso específico da violência, podemos traçar alguns outros marcos históricos possíveis em relação a tais mudanças.

Michel Wieviorka (1997) nos indica uma possível narrativa, ao propor que há, sobretudo a partir da década de 60 do século XX um declínio das manifestações de violência historicamente construídas a partir de grupos locais, sejam de extrema-esquerda, extrema-direita ou grupos ligados ao movimento operário. Esse desmantelamento se deve sobretudo ao fato, segundo o autor, ao movimento que a globalização reforça, principalmente com o fim da guerra fria, onde as fronteiras simbólicas das potências bélicas à época, são destruídas, possibilitando o surgimento de outras formas de violência, não mais influenciadas pela polaridade EUA-URSS. Essas novas formas de violência são perceptíveis com o fortalecimento do que podemos chamar de insegurança subjetiva principalmente relacionada ao que foi chamado genericamente de terrorismo, e das virtuais ameaças de propagação de armas químicas e nucleares.

A violência muda, e a mudança está também nas representações do fenômeno. Se, frequentes e numerosos esforços são empreendidos no sentido de fornecer uma apresentação objetiva, convertida em cifras, da violência – estatísticas de crimes, de delinquência, de motins etc. –, esta também não deixa de ser altamente subjetiva, ela é aquilo que em um dado momento uma pessoa, um grupo, uma sociedade considera como tal. Isso nos leva a interessantes debates. Na França, por exemplo, ao longo dos anos 80 e 90, a questão era: estaria a violência objetivamente aumentando ou estaria aumentando o sentimento de falta de segurança, independentemente dos fatos? As percepções da violência são função de outros elementos que não o fenômeno ele mesmo, em sua aparente objetividade. Por exemplo, a mesma briga entre jovens será percebida como banal e sem gravidade, num bairro onde reina o pleno emprego e os habitantes não têm maiores preocupações com o futuro, e como extremamente preocupante, num bairro onde imperam o desemprego e a desordem” (WIEVIORKA, 2006. p. 1148).

A argumentação nos serve para justamente indicar que a violência é um fenômeno histórico, assim como as percepções que dela decorrem, e dessa maneira, também são atualizadas constantemente, sugerindo a necessidade de novas abordagens. Tensões entre indivíduos, grupos ou sociedades estão presentes ao longo de toda a história da humanidade e podem, ou não, evoluir para a forma de violência. Esta evolução precede de um pressuposto necessário ao seu entendimento, a saber, o que podemos considerar como de fato, um ato violento. Novas formas de violência atualizam a maneira como grupos, indivíduos ou sociedades consideram, em suas regras, algo passível de ser entendido como violento. Por exemplo, a polarização entre EUA e URSS no pós-guerra acaba por criar duas zonas de influência com um grande potencial bélico e que mantinham o mundo sob grande controle político e militar. Em um ambiente como este, de extrema tensão, era necessário evitar ao máximo o surgimento de conflitos locais vindos dos seus respectivos blocos que pudessem eventualmente causar a fagulha para a explosão de uma guerra. Isso fez com que houvesse um enfraquecimento de outros vetores locais de poder (grupos extremistas, milícias etc.) que estavam naquele momento sob a influência destes blocos, desestruturando sua zona de ação.

Com o fim da polarização “o mundo fica órfão de um princípio de estruturação conflitual que evitou, muito mais do que autorizou ou facilitou, a violência militar” (WIEVIORKA, 2007). Wieviorka(2007) afirma ainda que o fim da Guerra Fria facilitou a emergência de novas formas de violência, sobretudo o terrorismo, que demandam da sociologia uma nova compreensão de tais processos a partir de um novo paradigma da violência, agora *mundializado* e não mais restrito às fronteiras dos Estados Nacionais ¹¹. Permeando todo este debate, a globalização é vetor necessário na somatória de forças que guiam as políticas públicas de segurança no cenário contemporâneo, já que em grande parte, é tal fenômeno que justamente permite a expansão da percepção e ação da violência e a possibilidade real de sua pulverização para além dos conflitos locais.

¹¹ Podemos citar, como exemplo, as discussões sobre a Guerra Fria, que evitaram uma nova guerra de proporções globais – através das chamadas *proxy wars* - inibindo o crescimento de grupos hostis; no entanto, com seu fim, o terrorismo passa a ser pauta das discussões de segurança internacional. Ou seja, a antiga forma de violência – guerra entre Estados, golpes – cai vertiginosamente, enquanto outras formas de violência – terrorismo global – ganham força, exigindo novas políticas que incluam estes novos atores.

Em uma outra chave de análise, Wacquant (2001a) busca compreender as novas formas de poder a partir do chamado declínio do Estado de bem-estar social. De acordo com sua teoria, a questão da violência e criminalidade deve ser analisada sob o ponto de vista de uma nova forma de controle da população que se encontra à margem da produção capitalista. A prisão nessa perspectiva estaria intimamente relacionada ao mercado de trabalho desqualificado, servindo como ferramenta para a manutenção e suavização dos índices econômicos como as taxas de desemprego, discurso que se aproxima das observações feitas no livro clássico de Rusche e Kirchheimer (1999[1939]). O estado de bem-estar social pode ser entendido como um tipo de organização política e econômica em que o Estado tem o papel de agente ativo na econômica, nas esferas sociais e detentora de uma política antiliberal que sofre, a partir do final do século XX, um processo de (des) legitimação frente ao avanço do neoliberalismo e das agendas políticas mais conservadoras, sobretudo nos EUA e na Europa.

O que Wacquant chama a atenção é que com o fim do chamado *welfare state* há um processo de criminalização da pobreza, como política de controle econômico e social das classes subalternas, associando o desemprego e a pobreza como uma das principais causas da delinquência, em uma espécie de processo de internalização da “ideologia” neoliberal nos indivíduos eventualmente atingidos pelo sistema de justiça.

O que nós estamos testemunhando aqui é a gênese, não de um “complexo industrial prisional”, como é sugerido por alguns criminólogos [...], mas de uma forma organizacional verdadeiramente nova, um *continuum* carcerário-assistencial em parte explorado para fins lucrativos, que é a linha de frente do Estado liberal-paternalista nascente. Sua missão é vigiar e subjugar, e se necessário reprimir e neutralizar as populações refratárias à nova ordem econômica que segue uma divisão do trabalho por sexo, com o seu componente penal voltando-se sobretudo aos homens e o componente assistencial exercendo sua tutela sobre as mulheres e crianças (desses mesmos homens). (WACQUANT, 2008, p.15).

A partir de 1970, observou-se nos EUA um aumento significativo no número de pessoas encarceradas em seus estabelecimentos prisionais ¹². Este movimento é

¹² Nos EUA a taxa de encarceramento é de 2.217,947/100.000 habitantes, com 2 217 pessoas presas em 2014, contra 503,586 em 1980, com taxa de 220/100.000 habitantes (crescimento de 440,43%). No Brasil, 307/100.000, com um salto da população prisional de 23.385 presos em 1965 para 622.202 em 2014 (crescimento de 2660,68%). Em 54% dos países no mundo as taxas de encarceramento médio são de 150/100.000. O mesmo é observado na maioria dos países europeus e sul americanos. É importante salientar, no entanto, que ao contrário do Brasil, que continua em pleno crescimento de sua população carcerária, as taxas de encarceramento americanas decresceram nos últimos anos,

o que Garland define como *mass imprisonment*¹³ (Garland, 1993), que se trata de uma série de iniciativas em relação às políticas de encarceramento americanas, que ganham força no país no momento em que o chamado *welfare state* é sistematicamente abandonado pelo governo. Este processo acentua as desigualdades histórico-sociais existentes entre populações visadas pelos dispositivos policiais – homens latinos, hispânicos e negros – aprofundando ainda mais as desigualdades na garantia de direitos jurídicos aos cidadãos americanos e atualizam as políticas de gestão do crime, gestão do subemprego e o tratamento dado aos grupos socialmente criminalizados.

Mudam as percepções da violência, muda também o que é passível de punição e o que é encarado como um ato criminoso. David Garland (2008), observa que as políticas penais enfrentam dois modos distintos de encarar a criminalidade. De um lado, a criminalidade encarada como um aspecto constitutivo da vida social, que precisa ser administrada e controlada, mas impossível de ser extinta. Aqui o criminoso é encarado como um agente racional, consciente das suas escolhas e que deliberadamente age a favor de uma conduta criminosa. Do outro, uma sociologia que vê o criminoso como um monstro, e que, portanto, deve ser antes combatido retirado do convívio social do que reeducado e restabelecida a sua condição de indivíduo em conformidade com o comportamento considerado socialmente aceito. Nos termos de Garland, respectivamente a “criminalidade do eu” x “criminalidade de outro”. De qualquer maneira, trata-se de medir e calcular o indivíduo, entender suas motivações para o crime a fim de puni-lo.

O movimento que Garland aponta é uma tendência de endurecimento penal motivado, entre outras coisas, pela naturalização das altas taxas de criminalidade que

caindo de 755/100.000 em 2008 para 693/100.000 em 2014. Isto reflete um esforço por parte de diversos setores em reformular as políticas prisionais americanos após 2008. Como exemplo, podemos citar os esforços do estado da Califórnia no combate ao aumento dos encarceramentos. Para mais informações acessar: ICPS: International Centre for Prison Studies, disponível em: <<http://prisonstudies.org>>. Acesso em: 01 out. 2017.

¹³ O termo *mass imprisonment* foi alvo de diversas críticas, como a do sociólogo francês Loic Wacquant que vê no conceito de Garland uma não distinção entre quais grupos são – ou não – privilegiados como alvo de prisões – dando ao conceito de *mass imprisonment* uma falsa ideia de equidade entre os distintos grupos da sociedade americana. Para Wacquant o termo *hyper incarceration* é mais assertivo neste sentido, já que leva em conta grupos que são alvos prioritários das políticas penais norte americanas – latinos, hispânicos e negros. Este termo também aparece em alguns trabalhos como *mass incarceration* de Simon (2011).

o mundo enfrenta desde a década de 80:

Muito embora a criminalidade seja socialmente desigual na sua distribuição, o crime e o medo do crime são hoje em dia amplamente vividos como fatos da vida moderna. Pouco a pouco, o crime tornou-se, para as gerações atuais, um risco cotidiano que deve ser avaliado e administrado de forma rotineira — um pouco como nos comportamos com relação aos riscos de acidentes viários [...] e do meio-ambiente cotidiano. Se essas taxas de criminalidade elevadas são consideradas “normais”, não é apenas porque nos acostumamos a elas, mas é também porque elas são consideradas como uma espécie de dado sociológico, como um traço distintivo de todas as sociedades similares em um estágio similar de desenvolvimento (GARLAND, 2007, p. 62).

Essa normalização da percepção das altas taxas de criminalidade e o enfraquecimento do Estado soberano, para o autor, acabam por minar as crenças na “guerra contra o crime”, voltando o olhar para a gestão das vítimas e delegando parte da tarefa da segurança pública aos setores privados. No entanto, este processo facilita a estigmatização de alguns grupos sociais mais susceptíveis à punição, já que tais grupos participam de uma camada social sobre a qual incorrem diversas barreiras de acesso aos direitos por meio das vias institucionais de administração e mediação dos conflitos. Garland chama a atenção, ao analisar as políticas de segurança pública inglesas, que essa mudança de perspectiva em relação ao papel do crime na sociedade contemporânea traz consigo um movimento chamado por ele de encarceramento em massa. Tal movimento se dá como consequência das novas propostas políticas na gestão do crime, na gestão do subemprego e dos grupos socialmente criminalizados ¹⁴. Em 54% dos países no mundo as taxas de encarceramento médio são de 150/100.000. O mesmo é observado na maioria dos países europeus e sul americanos.

A massificação do encarceramento coloca a prisão como uma receptora dos “refugos” sociais não desejados e subalternizados da sociedade, atuando nas representações organizacionais da sociedade, sendo através da economia, seja pela política. Como destaca Foucault (2012), há na prisão a manifestação mais clara do tipo de sociedade que atravessou o séc. XX. Uma tecnologia de poder, abstrata e capilar, que atua na docilização do corpo através de estratégias de poder, voltadas à

¹⁴ Há de se notar que nos EUA a taxa de encarceramento é de aproximadamente 707/100.000 habitantes, com 2.270.142 pessoas presas em 2012, contra 1.295.150 em 1992 (crescimento de 42,9%). No Brasil, 275/100.000, com um salto da população prisional de 173.104 presos em 1995 para 548.003 em 2012 (crescimento de 68%).

disciplina.

Ora, o estudo dessa microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter (FOUCAULT, 2012, p. 29).

Contudo, a *sociedade disciplinar* apontada por Foucault é uma sociedade que tem como pressuposto a normalização de seus “refugos”, ou seja, é uma sociedade pautada nas formulações devedoras da calculabilidade e racionalidade científica do séc. XVII. Dessa maneira, a prisão nesse contexto é o local de *normalização* do indivíduo – assim com as escolas, os hospitais, quartéis, etc. – onde inúmeras técnicas, ferramentas, aparelhos, medições e diagnósticos vão buscar no indivíduo seus “traços” desviantes, suas “*anormalidades*”.

Até o final do séc. XX é possível observar nas políticas públicas prisionais no Ocidente, uma grande aproximação com os ideais de ressocialização do ingresso em um esforço para “recuperá-lo” de sua “patologia” social. Esse *ideal ressocializador* é desacreditado na mesma proporção em que os processos descritos por Garland (1993), Wacquant (2001a) e Wieviorka (1997) ganham força.

Nos Estados Unidos, estas discussões acabaram chamando a atenção da população americana e, de certa maneira, contribuíram para que algumas mudanças positivas começassem a ser desenhadas e transformadas, de fato, em políticas públicas. Assim como o Brasil, os norte americanos escolheram tratar o problema do consumo de drogas ilegais sob uma perspectiva criminal. A guerra às drogas nos EUA produziu milhares de mortos e encarcerados ao longo das décadas e foi certamente uma das principais responsáveis pelo aumento gigantesco nas taxas de encarceramento no país. Como demonstrado anteriormente, o endurecimento penal trouxe para os norte americanos o “título” de país com o maior número de pessoas presas no mundo.

A partir de 2008, as taxas de encarceramento nos EUA começam a declinar. A guerra às drogas, sua violência e custos operacionais iniciam uma série debates em torno de sua já largamente comprovada não eficiência. Aliado a isso, o debate sobre a descriminalização das drogas começa a ter avanços importantes em alguns estados americanos inclusive com a promulgação de leis descriminalizantes e

desencarceradoras¹⁵. Se, por um lado, havia um esforço em relação ao afrouxamento das leis antidrogas, por outro as questões históricas relacionadas ao racismo institucional e a prevalência de negros e imigrantes como alvo das ações policiais continuou sua escalada. Como apontou Alexander (2010), a guerra antidrogas pode ser percebida também como o principal mecanismo de manutenção da segregação racial no país, atualizando as formas de dominação étnica enraizadas nas políticas norte americanas. Isto porque, como aponta a autora, apesar dos estudos apontarem que os crimes relacionados às drogas são cometidos majoritariamente por homens brancos, são os jovens negros que compõem a maior parte dos condenados por tais crimes relacionados com narcóticos.

As prisões, portanto, têm um papel fundamental para regular o mercado de trabalho, setores informais, desqualificados e sobretudo reafirmar as desigualdades sociais e raciais. Tais políticas ganham força global, e no Brasil passam a fazer parte das diretrizes das pastas de segurança pública, principalmente no Estado de São Paulo a partir da década de 1990¹⁶ se estendendo até os dias atuais. Essas duas décadas de “atraso” da chegada de políticas de endurecimento penal no país são devedoras de uma diversidade de fatores – políticos, econômicos e sociais – que requerem uma análise da produção bibliográfica produzida nacionalmente, já que o Brasil possui, além de suas especificidades inerentes aos diferentes Estado-nação, outros atores que se inserem nas políticas de segurança pública e que, portanto, necessitam de um olhar mais cauteloso.

3.2 AS PRISÕES NO BRASIL

As prisões brasileiras passaram por processos de reformulação muito similares aos dos países europeus. Os processos históricos de *encarceramento em massa*, *criminalização da pobreza* e o *endurecimento penal* são características presentes em nossas políticas de segurança pública, sobretudo paulistas. Não há, no entanto, a possibilidade de simplesmente “colarmos” as teorias já apresentadas e

¹⁵ Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/country/united-states-america>>. Acesso em: 12 out. 2018.

¹⁶ A primeira unidade prisional de São Paulo – a Penitenciária do Estado de São Paulo – foi inaugurada em 1920. 70 anos depois tínhamos, 23 unidades. De 1990-2015, mais de 140 unidades prisionais foram construídas. Para mais informações acessar o site da Secretaria de administração penitenciária do Estado de São Paulo, disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br>> Acesso em: 20 out. 2018.

colocá-las em funcionamento para explicar as políticas carcerárias brasileiras; o Brasil tem especificidades importantes que devem ser exploradas e compreendidas para sermos capazes de qualquer tipo de análise.

As prisões no Brasil estão inerentemente conectadas com nosso passado colonial. No trabalho de Fernando Salla (2006), as estratégias de punição na sociedade brasileira são colocadas sob uma perspectiva histórico-processual, alinhando-as com as transformações sociopolíticas nacionais no período que vai da proclamação da República até a reforma da Casa de Detenção de São Paulo, em 1940.

O recorte temporal é importante em alguns sentidos. Em primeiro lugar, até a promulgação do Código Criminal do Império, em 1830, o Brasil – na condição de colônia portuguesa – estava sob a égide das Ordenações Filipinas¹⁷. Isso significa que estávamos diante de um modelo punitivo em que a privação de liberdade ainda não se constituía como um fim do processo de condenação, mas sobretudo seu meio. Como ressalta Foucault (2012) o conceito de pena anterior ao que podemos chamar de prisão moderna era essencialmente aplicado sobre o corpo físico do sentenciado. Dessa maneira, uma infinidade de prescrições puníveis fazia parte do arcabouço criminal das ordenações. Como aponta Salla (2006), crimes de blasfêmia, feitiçaria, sodomia, incesto e uma série de outras práticas poderiam ter como pena uma outra infinidade de procedimentos punitivos (amputações, pena de morte, açoites, multa, etc.). Esse era o retrato das prisões no período colonial brasileiro. As chamadas *enxovias*¹⁸ possuíam péssimas condições e o trabalho de gestão extremamente difícil.

Apesar de ter-se mostrado ainda simpático ao fato de estarem reunidas no mesmo local a Câmara e Cadeia, a falta de higiene no prédio da cadeia era

¹⁷ “[...]Código Filipino – em particular seu Livro V – configurou-se no principal instrumento legal a normatizar o mundo luso, além de remarcar o padrão de ordem que a partir dali se encarregaria de nortear as atribuições e responsabilidades de todos os membros da sociedade lusa. [...]Num mundo marcado pela hierarquia das ordens que configuravam o Estado, cada evento tido como criminoso afetava a todos indistintamente representados na figura do rei – inclusive os escravos – e, por isso, os réus eram condenados segundo as hierarquias próprias da justiça real, que, por sua vez, funcionava como uma espécie de restituidora da ordem perturbada pelo crime praticado” (FERREIRA, 2015, p. 167).

¹⁸ Em geral, a repartição do espaço da Cadeia compreendia: *enxovias* (prisões, celas, salas ou “casas” nas quais ficavam os indivíduos isoladamente ou em conjunto) de homens, mulheres, de pretos, cujo acesso se fazia por alçapões abertos no piso superior e pelos quais se descia com o auxílio de “escadas de mão”, isto é, móveis. [...]. Em algumas cadeias apareceram as casas do carcereiro, local onde habitava esse funcionário; as casas do corpo da guarda e ainda uma sala destinada a servir de enfermaria.” (SALLA, 2006, p. 37-38).

flagrante, ao mesmo tempo que pouca preocupação se tinha com a ordem interna e o acesso de presos a bebidas alcoólicas.” (SALLA, 2006, p. 39).

A Casa de Câmara e Cadeia era de responsabilidade municipal e seu controle era feito sobretudo pelos carcereiros que ali trabalhavam, com baixos salários e nenhum preparo para lidar com a gestão dos encarcerados. As condições precárias e insalubres dessas prisões aliadas aos baixíssimos salários dos carcereiros, tornava a profissão um convite a corrupção e ao grande abandono do cargo. A partir da chegada da corte portuguesa em terras brasileiras, houve um incentivo no sentido de colocar o país em consonância com os princípios liberais em pauta nos países europeus. Mesmo que essas medidas fossem, em certo sentido, apenas um procedimento político “de fachada” houve de fato avanços e reformas tanto na atualização das formas de punição, com a privação de liberdade assumindo a principal forma de detenção, como na construção de novos estabelecimentos prisionais que estivessem em sintonia com o avanço do humanismo no Ocidente ¹⁹.

No entanto, o Brasil enfrentou problemas em colocar em prática tais reformulações no tratamento nas prisões. De um lado, políticas institucionais que sinalizavam uma guinada para melhores condições dos encarcerados, de outro, as práticas de tortura, violência e corrupção cometidas pelos funcionários dos presídios contra os detentos eram frequentes. Essas duas “pedagogias” prisionais conviveram juntas até quase o final do século XX, e ainda convivem em grande parte – senão na totalidade – nos estados brasileiros.

Talvez o maior ponto de disjunção do Brasil em relação a outros países democráticos esteja dentro do momento histórico da chamada redemocratização do país. Kinzo (2001) chama atenção para essa singularidade. No período que segue o golpe de 1964, estávamos diante de um regime controlado pelas Forças Armadas, o que a inseriu na arena política, com todas as disputas inerentes desse campo. Por outro lado, importantes setores do regime democráticos continuavam em funcionamento, como o Congresso e o Judiciário, partidos políticos, alternância de Presidentes.

¹⁹ “O primeiro indicador desta mudança havia sido dado pelo decreto do príncipe regente, de maio de 1821, e depois também pelos vários artigos sobre as prisões constantes do projeto de Carta elaborado pela Constituinte de 1823. E finalmente pela Constituição Imperial de 1824, prevendo a existência de prisões sob condições de higiene e funcionamento até então inexistentes nos estabelecimentos prisionais” (SALLA, 2006, p. 48)

Este arranjo peculiar foi o responsável, em grande medida, por sucessivas crises políticas que acompanharam o regime, fazendo-o se caracterizar por fases alternadas de repressão e liberalização permeadas por crises políticas resultantes de conflitos dentro do exército e entre estes grupos e a oposição democrática (KINZO, 1988, p. 4).

Também, a autora nos esclarece que, ao contrário de outros regimes militares da América Latina – não houve mudanças significativas na política econômica brasileira. O modelo de substituição de importações, os grandes investimentos no setor público via empréstimos estrangeiros, colocaram o Brasil em uma situação de estagnação econômica já exaustivamente presente na bibliografia especializada. Paradoxalmente, algumas conquistas democráticas, sobretudo as iniciativas que levaram a criação da Lei de Execução Penal, estavam inseridas nesse contexto. No debate prisional, autores como Ramalho (1979), Coelho (1987), Paixão (1987) sejam talvez os pioneiros a discutir tais questões dentro da Sociologia brasileira, influenciados em grande medida pelo momento histórico de abertura democrática sinalizada pelo declínio do período ditatorial.

Há um grande avanço e interesse por parte dos intelectuais brasileiros sobre a questão do crime, violência e segurança no período de redemocratização do país já que o período ditatorial suscitou uma diversidade de debates e acendeu o interesse da esfera pública e privada pelo entendimento de tais questões a fim de debatê-las e procurar melhores soluções que não as vivenciadas no período pós 1964. Paralelo a isso, o cenário mundial vive um processo de desmantelamento do *welfare state* (WACQUANT, 2008), aliado a uma reorganização das percepções da violência e insegurança (WIEVIORKA, 1997) que atingem o Brasil de maneira objetiva.

Já no final dos anos 70, quando se iniciou o processo de redemocratização do país, os índices de criminalidade vinham aumentando havia uma década passaram a ganhar uma maior visibilidade. A imprensa de circulação nacional passou a dar amplo espaço às notícias relacionadas à violência e à criminalidade, mostrando a aparente contradição daquele período, pois, embora a chamada abertura política implementada no Brasil na década de 1980 tenha sido pautada em novas formas de convívio social pacíficas esse período “coincide” com um aumento da violência, criminalidade, emergência de organizações criminosas, ocorrido em alguns dos grandes centros urbanos do país (SILVESTRE, 2012, p. 77).

Essas novas formas de violência e suas correspondentes percepções, permitem o fortalecimento de uma enorme pressão popular – principalmente das

classes médias e altas – no sentido de exigir respostas políticas para a contenção dessas novas formas de violência. Isso leva o Brasil ao mesmo processo de *mass incarceration*, descrito por Garland (1993,1999). Com efeito, nota-se que, no Brasil, as políticas de endurecimento penal – já presentes nos EUA desde a década de 70 – se fortalecem a partir de 1990, causando uma verdadeira disparada nas taxas de encarceramento no país²⁰. Este cenário – redemocratização v.s. endurecimento penal – nos coloca diante de uma das grandes marcas da democracia brasileira, que pode ser sintetizada no conceito de democracia disjuntiva (CALDEIRA; HOLSTON,1999), a saber, a convivência entre requisitos que qualificam o Estado como democrático, aliado com uma grande violência, impunidade e injustiça, marcas de um regime de caráter totalitário.

[...] although their (*Brazil*) political institutions democratize with considerable success, and although they promulgate constitutions and legal codes based on the rule of law and democratic values, the civil component of citizenship remains seriously impaired as citizens suffer systematic violations of their rights. In such uncivil political democracies, violence, injustice, and impunity are often the norms” (CALDEIRA; HOLSTON, 1999, p. 2).

Vários fatores podem ser mencionados para se entender estas realidades. As limitações financeiras e a instabilidade política dão conta, em parte, da falta de entusiasmo na formulação e implementação de ambiciosos projetos para a reforma das prisões. As estruturas estatais débeis e os mecanismos corruptos de recrutamento e controle nas diferentes instâncias da burocracia do Estado criavam problemas para a administração das prisões e a aplicação das leis. Além destes impedimentos administrativos e gerenciais, sem dúvida, a justificativa para a realidade das prisões reside, sobretudo, na natureza das estruturas sociopolíticas destas nações. As sociedades latino-americanas pós-independência foram, em graus diversos, configuradas por estruturas hierárquicas excludentes, racistas e autoritárias que, por trás da fachada de liberalismo e democracia formal, mantiveram formas opressivas de dominação social e controle laboral que incluíam a escravidão, a peonagem e a servidão (NUNES MAIA, 2009, posição 1151).²¹

O convívio entre democracia e totalitarismo sugere uma espécie de herança ditatorial que o processo de redemocratização acaba por herdar. Isso de certa maneira justifica o que acabou sendo denominado de Estado Penitência, ou Estado de controle

²⁰ População prisional de 32.573 pessoas em 1973; 622.202 pessoas em 2014. Disponível em: <<http://prisonstudies.org>>. Acesso em: 12 set. 2017.

²¹ A edição consultada do livro História das Prisões no Brasil (NUNES MAIA, 2009) é a digital. Nela não há indicador de páginas, apenas parâmetro “posição”. Por este motivo, neste caso específico, foi adotado este indicador.

social-penal, em substituição ao Estado de Bem-Estar Social internacionalmente. No entanto, nacionalmente, não é possível afirmar que a transição ocorra da mesma maneira, pois apesar de algumas medidas em direção a uma maior humanização das políticas penais - como a criação da LEP e a atuação de diversos grupos ligados aos direitos humanos nos anos 80 - tais políticas foram pouco efetivas na prática. O que ocorreu foi a convivência entre tentativas de abertura democrática com resquícios do autoritarismo ditatorial – por exemplo, a formação militar da polícia que ainda persiste no país – que ao longo dos anos 90 vão caminhar em direção a políticas mais duras. Em síntese, o encarceramento torna-se uma política de Estado.

Nota-se a grande dificuldade das prisões, ou melhor, do modelo punitivo baseado na privação de liberdade, em desempenhar seu papel de agente de transformação social, funcionando na direção de uma política pública eficiente. Aguirre (2009) é enfático ao observar que as prisões da América Latina possuem uma herança histórica na disjunção entre o cumprimento de uma lei humanitária que garantiria determinadas garantias para os encarcerados, e o cotidiano prisional, marcado pela exploração e violência.

4 A VILA

Espero que após as discussões feitas previamente tenha conseguido esboçar de maneira suficiente os pilares teóricos em que este trabalho se baseia. Este terceiro, e último capítulo, servirá a dois propósitos. Como primeiro aspecto, mais metodológico, apresento aqui toda a recuperação que foi possível coletar, pela minha experiência e dos interlocutores que gentilmente me concederam seu tempo e esforço nesta tarefa árdua e sensível de construir um tempo que já se foi. Com isso espero evidenciar os conflitos e possibilidades em que a *prisionização* pode ser acionada para nos ajudar a compreender as realidades de grupos que se organizam ao redor e através da prisão.

Como um segundo ponto, privilegio a reconstrução das micro interações entre as pessoas que foram moradoras das casas destinadas aos gestores do complexo penitenciário, e busco orientar tais relatos para um norte que acaba por tangenciar, em certa medida, o relato sociológico. As subseções que seguem este capítulo trarão uma sequência de histórias, conflitos e dilemas que estão imersos na lógica prisional,

e a prisão, como reestruturadora da realidade ao redor, está a todo momento reagindo aos estímulos dos grupos no qual me debrucei ao longo de todo o decorrer deste trabalho. Isto também confere a este capítulo uma mudança no estilo de escrita, mais descritivo e narrativo.

As entrevistas ocorreram ao longo de dois anos (2017-2018), com algumas últimas entrevistas realizadas em janeiro de 2019. Com exceção de duas entrevistas, todas foram coletadas através do uso de gravador e posteriormente transcritas em texto, que apresento ao longo de todo este trabalho. De acordo com as diretrizes metodológicas que apresentei acima, estas coletas de dados deram-se sem o uso de um roteiro pré-estabelecido (estruturado). Assim, os questionamentos foram feitos no sentido de trazer à tona as memórias e percepções individuais de cada interlocutor, identificando os possíveis CME's, para posteriormente tentar construir os CMEA's que compõem a memória coletiva do grupo.

Foram entrevistadas 12 pessoas que foram moradores da localidade em questão. A escolha dos indivíduos baseou-se em dois critérios. O primeiro deles era o vínculo profissional com a prisão e o segundo o tempo de moradia naquele local. Como já discutido, a memória coletiva é um processo longo, cumulativo e relacional, então foram privilegiados os indivíduos que fizeram residência pelo maior tempo possível. Também, foram categorizados entre gestores e familiares sem vínculo empregatício com a prisão. Dessa forma, fica possível identificar as possíveis diferenças no processo de construção da memória, ou ainda se essas diferenças existem quando confrontamos moradores da vila que trabalham nas prisões e os que não trabalham.

A tabela abaixo categoriza os indivíduos entrevistados e podem servir de material de apoio para identificação das falas durante o decorrer dos capítulos. Os nomes foram suprimidos, assim como qualquer forma de identificação que possa trazer qualquer tipo de constrangimento aos indivíduos entrevistados.

Quadro 1 - Gestores

nº	Década de admissão	Faixa etária (anos)	Sexo	Morador ou ex-morador da vila	Tempo que ocupou cargo de gestão
1	1970	>50	Masculino	Sim	22
2	1970	>50	Masculino	Sim	20
3	1980	>50	Masculino	Não	3
4	1980	>50	Masculino	Sim	10
5	1990	>50	Masculino	Sim	11
6	2000	<50	Masculino	Sim	2

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 2 - Familiares

nº	Idade	Sexo	Tempo que morou na vila
7	31	Masculino	1991-2003
8	31	Masculino	1992-2002
9	27	Masculino	1990-2001
10	29	Masculino	1992-2002
11	30	Masculino	1992-2003
12	59	Feminino	1992-2003

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

4.1 A CONFIGURAÇÃO FAMILIAR E OS RITOS DE SOLIDARIEDADE

Podemos elaborar algumas considerações sobre o papel dos ritos cotidianos pelo prisma das contribuições de Elias (2004), em suas reflexões acerca do conceito de *organizações*, ou ainda, na ideia de que as respostas às transformações sociais se encontram nas interações sociais e que elas, portanto, têm a capacidade de desencadear mudanças estruturais. Ainda, e talvez aqui o ponto fundamental da contribuição de Elias para esta reflexão esteja em sua perspectiva processual da interação humana, ou seja, a impossibilidade de conceber um indivíduo fora do espaço social, ou seja, atomizado e autônomo frente ao mundo social no qual ele se encontra. Isto significa serem humanos interdependentes, e portanto, nesta condição, só podem ser compreendidos se os olhares forem direcionados em suas relações com o meio, o grupo e o outro.

Esta perspectiva reforça a ideia já esboçada em capítulos anteriores, de que todo ser humano é dotado de algum grau de individualidade e autonomia, mas que seu processo de reconfiguração da realidade em que se insere depende também das

relações que faz entre o “eu” e o “outro”.

Estas relações de interdependência, segundo o autor, estão contidas na maneira com que os indivíduos veem o mundo ao redor. Partindo da ideia comum a este trabalho de que toda a relação humana também está pautada nas relações de dominação e poder, Elias nos indica que essas relações são parte de um processo de cooperação que tem como principal elo de ligação a luta por recursos escassos, sejam eles de natureza financeira, sexual, afetiva etc. Ainda, estes laços não se restringem apenas ao que poderíamos chamar de núcleo familiar, no sentido burguês, mas a um conjunto de relações familiares que extrapolam este conceito, na medida em que estas mesmas relações de cooperação e interdependência tornam-se mais evidentes e necessárias, principalmente em ambientes hostis, em que a coesão de grupo faz-se ainda mais necessária.

Estrutura e configuração permeiam a obra de Elias, sobretudo em *A Sociedade dos Indivíduos* (1994). Também partindo do ponto comum dos teóricos que compõem este trabalho, a grande discussão em pauta em seus apontamentos é a crítica aos pólos de oposição indivíduo x sociedade, como já esboçamos anteriormente. É preciso ainda algumas palavras sobre esta questão, principalmente nos movimentos que este capítulo se propõe a fazer. Primeiro porque não seria razoável afirmar um indivíduo (ou sociedade) estável, que possa de alguma maneira gerar um arquétipo possível de ser replicado como conceito, no campo da sociologia. Como espero estar caminhando para demonstrar, cada uma das configurações possíveis entre o “eu” e o “outro” formam subjetividades e estruturas sociais absolutamente distintas. De fato, a única forma de considerarmos “indivíduo”, “sociedade” de maneira puramente autônoma seria apenas por pura abstração. Esta ideia de uma sociedade sem contornos muito bem definidos é o caminho que Elias percorre.

A estrutura e a configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos. A base de todos os mal-entendidos no tocante à relação entre indivíduo e sociedade reside no fato de que, embora a sociedade, as relações entre as pessoas, tenha uma estrutura e regularidade de tipo especial, que não podem ser compreendidas em termos do indivíduo isolado, ela não possui um corpo, uma “substância” externa aos indivíduos. Essas ideias podem ser fáceis ou difíceis de apreender, mas os fatos a que se referem são bastante simples: cada pessoa só é capaz de dizer “eu” se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer “nós”. Até mesmo a ideia “eu sou”, e mais ainda a ideia “eu penso”, pressupõe a existência de outras pessoas e um convívio com elas — em suma, um grupo, uma sociedade (ELIAS, 1994, p. 48).

É importante ressaltar que, guardando as devidas diferenças temporais e teóricas dos autores que balizam este trabalho, o tema da interpenetração e o esgotamento dos dualismos envolvendo indivíduo e sociedade ancoram todos eles. De um ponto extremo da crítica ao indivíduo que Foucault faz, até as ponderações sobre uma possível autonomia como vemos em Elias e Bourdieu, todos eles partem deste axioma comum, a saber, de que não há, para além da abstração, possibilidade de se conceber um indivíduo fora de seu meio. Mesmo se pensarmos no conceito de *habitus*, um conceito de herança aristotélica (*hexis*), as semelhanças entre os autores (e aqui sobretudo em Elias e Bourdieu), são facilmente observáveis.

Por “configuração”, Elias pretendeu expressar a ideia de que os seres humanos são interdependentes e apenas podem ser entendidos como tal; as suas vidas desenrolam-se e são moldadas por processos dinâmicos próprios em constante fluxo, passando por mudanças de ordens diversas. Por outras palavras, configuração pode designar -se pelas redes formadas por seres humanos interdependentes.” (AREIAS; MARQUES, 2016, p. 4).

Elias(1987) coloca a relação entre indivíduo e sociedade em um patamar mais dinâmico, ligada ao próprio processo de interdependência entre os indivíduos, o que não ocorre em Bourdieu, já que o *habitus* tem um viés de classe, e portanto, com a sua ideia de campo. É ainda importante lembrar, que o conceito de classe para Bourdieu possui um caráter mais expandido, não apenas restrito à sua condição econômica. De todo modo, é seguro afirmar que em todos os autores há uma preocupação sistemática no sentido da crítica à sociologia clássica e das dualidades que dela decorrem. Desta forma, acredito que as noções de configuração trazidas por Elias (1987) conseguem contribuir com este debate, trazendo ao conjunto importantes reflexões, principalmente quando pensamos em operações que envolvem as micro-relações.

4.2 A VILA OPERÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

As vilas operárias são um dos maiores da revolução industrial, com suas novas formas de organização e otimização do tempo, espaço e eficiência produtiva.

Retomando brevemente algumas considerações sobre a história do Ocidente, podemos dizer com certa tranquilidade, que a Revolução Industrial permitiu a consolidação do capitalismo a partir do séc. XIX. As consequências desta revolução

são definitivas na reorganização do mundo e dos processos de gestão da vida. Não tendo o intuito de pormenorizar tais consequências – uma obra à parte – gostaria de me ater a um ponto específico desta trajetória, o trabalho, e dentro deste campo, algumas considerações sobre um tipo de organização laboral e de residência que se torna amplamente conhecida: a vila operária.

Em um momento de grandes transformações em todas as esferas da vida da população, da consolidação da propriedade privada e suas consequências nefastas para o trabalho no campo, o homem rural, campesino, torna-se um cidadão urbano, em meio à cosmopolita vida na metrópole, desafiadora como propõe Simmel (2005), e certamente paradigmática. As fábricas tornam-se centrais no desenvolvimento econômico, e seu crescimento a largos passos demanda um verdadeiro exército de trabalhadores, que, vindos do campo precarizado pela nova lógica do capital, tornam-se assalariados no meio urbano. As cidades, portanto, acolhem este fluxo migratório vindo dos campos (BENEVOLO, 2003, p. 551). Nota-se que na Europa do séc XIX o continente passava por um momento de urbanização intensa, com o crescimento vertiginoso das cidades modernas, das indústrias. Um processo rápido, intenso e sobretudo sem um planejamento urbano que pudesse dar conta deste grande fluxo de pessoas que começaram a fazer parte dos centros urbanos. Desta forma, os trabalhadores e os seus empregadores vivenciavam seu cotidiano e espaço, de maneira compartilhada. Ou seja, não havia, neste momento, uma clivagem espacial entre ricos e pobres, capitalistas e proletariado. O acirramento desta disputa pelo espaço, aliada às condições insalubres da própria estrutura das cidades, movimenta um debate intenso em torno da reorganização deste espaço público, no sentido de trazer à cidade uma ordenação planejada, com espaços distintos, para cada classe, posição social ou *status*.

Nota-se que a grande questão das políticas higienistas europeias para dar conta do problema social e sanitário naquele momento, está fundamentalmente baseada nas ideias de 'visibilidade' e 'isolamento'. Visibilidade porque a cidade torna-se *transparente* (ALMADA, 1986) em relação à sua divisão de classes e espaços que podem ou não ser frequentados por determinados grupos sociais dentro do espaço urbano. Também pelas políticas sanitárias de alargamentos das ruas e avenidas e renovação do espaço urbano, o que certamente, teve consequências segregadoras.

E por 'isolamento', finalmente, foi neste momento em que a população pobre e marginalizada, entre elas claramente o proletariado, foram transferidos para localidades isoladas, nos guetos, periferias e cidades satélite.

No entanto, o processo de isolamento do proletariado das classes dominantes, tem como óbvia consequência, naquele momento, de seu afastamento do seu local de trabalho. Em um momento de grande avanço das trocas comerciais, onde as disputas por mercado e acúmulo já haviam se tornado pontos-chave do sucesso ou insucesso de uma indústria, começaram a surgir uma série de propostas para a concepção de um local de moradia ao proletariado, que fosse ao mesmo tempo segregada o suficiente de seus patrões, e ao mesmo tempo, perto o suficiente para que a otimização do tempo e principalmente a disponibilidade laboral da massa assalariada fosse seja garantida.

Neste contexto as vilas operárias foram concebidas como alternativa urbana, econômica e social para o problema da mão de obra nos centros urbanos já industrializados.

Dentro da ideia de que a fábrica concedia ou alugava habitações aos operários dentro do núcleo fabril, e tinha todo o suporte de serviços e atividades de entretenimento, para que o funcionário não precisasse sair do núcleo, está pré-subentendido que este tinha o controle sobre todas as esferas da vida de seu subordinado. Tem-se em Platão uma concepção de espaço que inclui os efeitos que o mesmo produz no espectador, mais especificamente, neste caso, o ponto de vista. Da mesma forma, Platão defendeu a unidade, o todo, para ele, seria impossível pensar em unidade tendo que admitir a pluralidade dos pontos de vista. Fazendo a analogia com esta teoria, a repetição dos objetos em série, tem se um ponto de vista igualitário, onde os operários não se distinguem uns dos outros. O conjunto habitações para operários, fábrica e infra-estrutura e serviços, são elementos formadores de uma malha urbana. As vilas operárias tinham um sistema quase autônomo, tudo que se precisasse tinha ali, as empresas promoviam atividades de diversão e entretenimentos nos poucos momentos que os funcionários tinham de folga. Estes organismos passaram a ser "cidades dentro das cidades (MILANO, 2011, p. 14)

No caso brasileiro, o processo de produção de moradias para trabalhadores ficou, por muitas décadas nas mãos da iniciativa privada. Bonduki (1994), ilustra este processo de produção e regulamentação das moradias, que se inicia como uma forma das indústrias absorverem o crescente investimento através da construção de casas de aluguel para trabalhadores. Isto porque, em uma economia agro-exportadora, a indústria exercia um papel subordinado nas balanças comerciais. Neste momento também, as cidades recebem um fluxo imigratório elevado, aquecendo o mercado

imobiliário e transformando as cidades em verdadeiros loteamentos especulativos (BONDUKI, 1994, p. 3).

Este processo se confirma ao longo de toda República Velha, que, com seu caráter liberal, promoveram uma longa parceria público-privada via investimentos, para que as indústrias pudessem, através de benefícios, construir moradias populares para seus trabalhadores. Portanto, diferente do processo histórico que toma a Europa em sua industrialização, com um forte apelo público para a construção de moradias, no Brasil, sua gênese se dá a partir da lógica do recém-nascido capital imobiliário. No entanto, são vários os pontos de conexão entre estes dois acontecimentos. Da mesma forma que o ocorrido na Europa:

As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. Vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo. Tais necessidades decorriam de aspectos operacionais (por exemplo, trabalhadores indispensáveis à manutenção das máquinas ou equipamentos vitais ao funcionamento da indústria), de mercado de trabalho (inexistência de trabalhadores qualificados ou mesmo de trabalhadores em geral devido à localização das unidades de produção) ou político-ideológicas (manter os seus operários sob controle, evitando greves ou paralisações, através do relacionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa) (BONDUKI, 1994, p. 715).

Ou como aponta Bonduki:

A tendência do Estado e da elite dominante durante a República Velha sempre foi considerar as vilas operárias como uma iniciativa modelar a ser estimulada, pois garantia condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público, e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral aos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente temor de uma revolta operária (BONDUKI, 1994, apud RAGO, 1985, p. 5).

Tendo este ponto em comum, somente a partir dos anos 1930 é que o Estado começa a dedicar-se a praticar uma política de interferência na economia. O processo de regulamentação das moradias vem contido no bojo das reformas trabalhistas da era Vargas, exigência de uma nova massa popular urbana que tem a demanda de novas políticas trabalhistas. Este é o contexto em que se inserem as vilas operárias e seu papel de lugar de trabalho e moradia a serviço do Estado ou iniciativa privada.

As casas destinadas aos gestores têm em muito similaridades com estas vilas

operárias. Em primeiro lugar, a própria arquitetura do local obedece à mesma lógica construtiva, ou seja, casas iguais para todos ou casas iguais para cargos iguais. O local em que fiz meu campo, como exemplo, obedecia à segunda regra. O Diretor Geral, o mais alto cargo da instituição, recebia como local de moradia a maior casa.

E respeitando a ordem hierárquica de cargo e salário, os outros membros do corpo diretivo recebem casas que vão diminuindo sua proporção de área construída à medida em que os moradores a que são destinadas estão em graus mais baixos da hierarquia funcional. Também, as casas dos gestores das penitenciárias servem à função diminuir a distância entre trabalho/casa para permitir que, em uma eventual necessidade, os gestores estejam em prontidão para ir até a prisão solucionar determinada situação que exija sua presença. No caso do local observado nesta pesquisa, a distância é de aproximadamente 60 metros dos alambrados do complexo penitenciário, respeitando por assim dizer as configurações herdadas das vilas operárias.

Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária, a primeira unidade prisional construída no complexo penitenciário Campinas-Hortolândia data de 1986, um momento onde ocorre no Brasil o processo de expansão do encarceramento e como consequência, das unidades prisionais. Como espero ter deixado claro capítulos anteriores, a partir do final da década de 1970, o Brasil passa por um período de forte crise econômica, sobretudo causada pelas más decisões econômicas tomadas pelo regime militar em sua tentativa de reindustrializar o país aproveitando o momento de baixa nos preços do petróleo. Em um país fortemente marcado pela desigualdade, a crise toma proporções graves. Como relatado por Dias (2013), o crescimento econômico, ainda que insustentável, que acontece até os anos 1970 no país, tem como consequência um enorme êxodo de trabalhadores em direção aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Com a crise, estas possibilidades se encerram. Somados a isso, há no cenário global um momento de fortalecimento das políticas neoliberais que atingem o Brasil de maneira avassaladora, gerando um acirramento dos conflitos sociais como consequência de um processo de precarização do trabalho. Isto permitiu que o Brasil fosse inserido como mais um ator da economia globalizada, inclusive em relação ao comércio de drogas ilegais, principalmente a cocaína.

Nesse processo de fortalecimento do comércio de drogas, as organizações ligadas a atividades ilícitas tiveram um crescimento importante e, como consequência desse crescimento, a sensação de insegurança e o aumento da violência urbana passam a fazer parte desta equação, já que por se tratar de um mercado ilegal e portanto desregulado, a violência torna-se portanto o mediador desses conflitos (MISSE, 1999; ADORNO, 1991; DIAS, 2013; BAUMAN, 1999).

Em relação ao sistema penitenciário, este aumento na violência é respondido pelo poder público com dureza. Mesmo com a promulgação da Lei de Execução Penal (LEP) em 1984, com diretrizes fortemente alinhadas aos direitos humanos e na tentativa de transformar a prisão em um ambiente ressocializador, há logo em seguida a promulgação da Lei dos Crimes Hediondos em 1990, que faz com que a taxa de encarceramento no país dispare. Com sua política conservadora, a pasta de segurança pública ganha força, sobretudo com a transferência da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários (COESPE) para esta pasta, solapando as tentativas humanitárias voltadas a situação da população carcerária no país.

É neste cenário que o complexo penitenciário Campinas-Hortolândia é formado. Durante o período de 1986-1993, foram construídas 4 unidades prisionais nesta localidade. Em um momento de reformulação da economia, da democracia e da segurança pública, o sistema prisional se encontra também em transformação. O aumento vertiginoso da massa carcerária e seus conflitos inerentes a uma instituição historicamente violenta e desigual, necessitava de espaços onde os gestores pudessem estar a todo momento a disposição do Estado para a resolução dos eventuais conflitos que seguramente iriam acontecer.

Digo isto de maneira categórica por dois motivos. Em primeiro lugar, a expansão do número de pessoas presas superlota as penitenciárias. Em segundo, porque essas penitenciárias superlotadas são retiradas dos grandes centros urbanos e concentradas nas cidades do interior, em um processo largamente descrito em Silvestre (2012); Melo (2012); Godoi (2011); Biondi (2010); Dias e Silvestre (2009). Isto torna a prisão um ambiente ainda mais difícil de gerenciar. Lembro de que em umas das conversas que tive com um entrevistado, um ex-gestor que trabalhou nesta época no complexo, onde me disse que era muito difícil nos anos de 1980 convencer seus superiores a permitir que um preso dormisse no chão. Era um problema

administrativo que precisava sempre ser resolvido. No entanto, com o passar dos anos, esta situação tornou-se corriqueira, e sobretudo impossível de resolver. Este relato é curioso porque demonstra algo além da óbvia dificuldade de gestão de uma população carcerária em expansão desenfreada. Ainda que o próximo capítulo desta dissertação trate especificamente da gestão, gostaria de fazer uma observação preliminar.

O papel da gestão no sistema penitenciário é marcado por uma singularidade profissional que transita entre o alto grau hierárquico dentro das unidades prisionais e a sub representação da profissão fora destes espaços. O poder do gestor dentro das unidades prisionais (nos anos anteriores ao fortalecimento do PCC, é preciso dizer) era imenso. Donos da vida e morte dos detentos, o diretor de uma unidade prisional detinha uma autoridade inquestionável. Não à toa recebiam, como já mencionado, o pronome de tratamento “Doutor”. Mais do que isso, as entrevistas coletadas com ex-gestores me mostraram que o respeito da autoridade diretiva era ainda maior. A título de exemplo, em um relato coletado durante o curso deste trabalho, um de meus interlocutores conta, com orgulho, que “antigamente” todos os funcionários deveriam se levantar no momento em que o diretor geral adentrar em qualquer espaço. Isto é revela o tamanho do poder exercido pelo corpo diretivo. No entanto, com as mudanças na política de segurança pública, estes mesmos gestores precisam lidar com um novo cenário, onde seu poder já não lhes garante a autonomia e autoridade que possuíam. Fora da hierarquia interna da prisão, os diretores prisionais apenas respondem às demandas externas, do sistema de justiça, corregedoria, promotores, juízes. Em um novo cenário de expressivo aumento da superlotação prisional, a gestão se transforma em uma tarefa ainda mais difícil. Neste processo, o diretor penitenciário passa por um processo de adensamento da já existente sub representatividade no setor público. Mais do que isso, o corpo diretivo começa a perder sua eficiência, e portanto credibilidade, no único ambiente em que o reconhecimento e prestígio de sua profissão era alto, ou seja, dentro dos estabelecimentos prisionais.

O espaço da vila, portanto, é considerado um dos únicos resquícios das “vantagens” de um cargo de direção. O fornecimento de uma casa grande, despesas como eletricidade, água e telefone passam a ser os únicos atrativos para a ocupação desses cargos. Há também um subsídio alimentar semanal ao qual os moradores

destas casas têm direito. A chamada “per capita” é uma espécie de cesta básica que é entregue toda semana em cada casa dos gestores, contendo uma quantidade de alimentos suficientes para que seja possível o preparo das refeições durante toda a semana, sem a necessidade de ir às compras em locais fora dali. Ainda que estas famílias possam, sem nenhum tipo de impedimento, ir às compras em qualquer outro lugar que os agrade.

Com efeito, estes benefícios cumprem ainda uma função dupla. Além de servirem como complementação salarial em uma época de arrocho salarial, como demonstrado anteriormente, também participam como mais um elemento de padronização e uniformização da conduta do diretor penitenciário, inclusive no controle alimentar. Por um lado é evidente que estes benefícios são herdeiros das próprias conquistas trabalhistas, que são comuns aos trabalhadores formais, principalmente funcionários públicos. No entanto, no caso desta profissão em específico, os chamados salários indiretos acabam se transformando em estratégias informais de organização do cotidiano profissional e familiar em prol da permanência do gestor em seu local de moradia/trabalho, e no limite, características da própria prisionização.

Outro tipo de situação me parece ainda mais familiar sobretudo nestas similaridades entre as vilas operárias e as casas destinadas aos gestores do sistema penitenciário. Em um ambiente onde o espaço físico é limitado por apenas uma rua e que, portanto, o convívio se dá de maneira muito próxima, os níveis de solidariedade entre as famílias é alto. Isto me possibilitou observar a construção de uma comunidade em que as fronteiras dos mundos privado e público estão a todo momento em negociação. Isto significa, em outras palavras, que o acordo tácito da sociedade burguesa, em que os limites entre o público e o privado são bem delimitados, e nesta localidade tornam-se fluidos.

Este fenômeno é, de certa forma, ampliado pelo fato de todos gestores que ali moram, trabalham no mesmo lugar, o complexo, mesmo que desempenhando cargos diferentes, ou trabalhando em penitenciárias diferentes dentro deste complexo, a comunhão com os códigos da profissão é a mesma. De qualquer forma, o “lugar” é condição fundamental para a construção ou reconstrução das relações sociais.

O lugar se define e traz o sentido do cotidiano, das relações de trabalho, vizinhança e lazer, dos momentos de encontros e lutas pela sobrevivência, da possibilidade de apropriação social. E, como tal, contém o sentido que Lefebvre (1991) chamou de “grandeza do cotidiano” expresso na vida que se perpetua, na apropriação do espaço pelo corpo e pelo desejo, na moradia, na criação do mundo prático-sensível, na obra, na festa. Dialeticamente, conforme o autor, ele contém, também, o sentido da “miséria do cotidiano” representada nas atividades parcelares, na repetição do gesto no trabalho, na escassez e privação, na violência. O lugar guarda a dimensão do vivido e da vida cotidiana e, portanto, nele se formam os laços de uma identidade espacial, o sentido dado por se reconhecer naquele lugar (SCIFONE, 2013, p. 4).

Ainda:

É nesse sentido que nele se ancoram, contraditoriamente, as lembranças do viver, com toda a sua riqueza revelada nas relações familiares, nos prazeres do lazer e tempo livre, na sociabilidade das ruas, como também lembranças que remetem às contingências, às restrições da vida e do trabalho. Mas as lembranças da vida cotidiana que podem ser entendidas como individuais, são, sobretudo, construções dadas coletivamente, no seio dos grupos sociais, pois são resultado do compartilhamento de experiências, de práticas socioespaciais. Como nos lembra Halbwachs (2006), ainda que referenciadas em sensações e percepções individuais, nossas lembranças permanecem coletivas, pois jamais estamos só. Elas se situam em “quadros sociais da memória” nos quais as lembranças individuais se articulam à memória dos grupos (SCIFONE, 2013, p. 4).

Trazidos, portanto, com este significado simbólico da memória coletiva através da união entre estes lugares de trabalho, de solidariedade/sociabilidade e simbólicos. A questão que emerge desta discussão é que, quando falamos da história das vilas operárias, estes três lugares têm espaços de operação distintos, ainda que atravessados um pelo outro. Esta classificação de Rébérioux (1992 apud SCIFONE, 2013) sobre a experiência das vilas operárias francesas nos evidenciam claramente esta tipologia:

- 1) Por espaço de trabalho, definem-se as fábricas, usinas e oficinas.
- 2) Por espaços de sociabilidade/solidariedade, os cafés de Paris, pontos de encontro de trabalhadores
- 3) Por espaços simbólicos, locais de memória militante, como o muro dos Federados.

É claro que há uma necessidade de guardarmos as devidas diferenças entre os dois processos de formação das vilas operárias na Europa e no Brasil. A questão mais importante que é preciso apreender é a de, historicamente, as vilas operárias serem lugares da memória do proletariado. Ou seja, são instalações construídas e pensadas minuciosamente para que a classe trabalhadora possa, a todo momento,

estar à disposição de sua função laboral, e ao mesmo tempo, que a lógica de exploração do binômio capital-trabalho seja mantida e exacerbada. Isto nos leva a perceber que as construções operárias são lugares de trabalho pertencentes à “baixa” hierarquia destas relações de trabalho. São por definição, lugares pensados para o trabalhador de chão de fábrica.

No caso das casas destinadas aos gestores do complexo penitenciário, apesar de viverem em uma estrutura espacial e histórica destinada à baixa hierarquia das relações de trabalho, os moradores não pertencem a esta classe. Do contrário, são a parte diretiva desta hierarquia, e portanto, ocupam as posições de maior poder nesta escala. Isto gera contradições que estão a todo momento em discussão nestes espaços, já que geram, ainda que de uma maneira sutil e inconsciente, uma dificuldade de se equacionar o *status* promovido pelo cargo gestor e o local de moradia em que se encontram.

Noto que estas questões ficam evidentes em diversos momentos nas entrevistas que coletei. As discussões sobre o afastamento destas casas do resto da cidade, a falta de equipamentos urbanos como pontos de ônibus, escolas, hospitais, padarias, etc. são temas que são a todo momento trazidos à tona pelos moradores. Arrisco dizer que as aproximações entre o local de moradia dos gestores e as vilas operárias também possuem um caráter simbólico, já que reafirmam a percepção do Estado em relação a profissão de gestor prisional como categoria subalterna, na medida em que constroem espaços que herdaram as características das vilas operárias, historicamente destinadas ao proletariado industrial. Isso talvez indique e reafirme comparativamente a baixa representatividade do gestor prisional na hierarquia da segurança pública no Brasil, como uma espécie de proletarização da função de gestor prisional aos olhos do Estado.

Os familiares dos gestores que moram nessas casas precisam lidar com esta ambiguidade de uma maneira ainda mais conflitante. Os cargos de gestão são, em sua grande maioria, ocupados por homens. As esposas que geralmente ocupam a profissão de dona de casa, ficando encarregadas da criação dos filhos e da manutenção das relações familiares e afetivas. Como será demonstrado nos próximos capítulos, as mulheres desempenham também a função de manter a estabilidade do grupo e afastar dos filhos as preocupações de segurança relacionadas ao cotidiano

prisional.

Não à toa, nas entrevistas com os gestores, quando questionados sobre como lidavam com as questões envolvendo profissão e família, respondiam que nunca “levavam problemas pra casa”, ocultando os conflitos que aconteciam dentro da prisão no intuito de poupar seus familiares. Isto gera, na prática, o efeito contrário. Ao não saber exatamente o que acontece dentro das prisões, não conseguem distinguir ao certo o que exatamente temer, causando uma espécie de comportamento de alerta constante, com grande custo emocional e psicológico, que escorre nas estratégias de proteção dos filhos, causando um comportamento de extrema proteção e vigilância.

Como uma espécie de filtro, os problemas da prisão são “peneirados”. Do gestor a seus cônjuges, cumprem a difícil função de passar a seus filhos uma percepção de realidade em que os eventuais perigos da prisão inexistem. A consequência desta ambiguidade intensifica ainda mais a compreensão dos espaços que ocupam, como ilustrado nas falas abaixo com os então filhos de alguns dos gestores.

Interlocutor - É muito difícil isso, porque depois que a gente tem uma comparação eu penso que como era diferente aqui. Acho que a primeira coisa que eu penso é como era uma situação diferente do normal, mas primeira coisa que penso, porque tudo que envolvia a vila tinha um caráter diferente do normal, entendeu? Tipo não tinha nenhum aspecto que fosse semelhante a algum lugar comum da cidade, entendeu? Tudo, tá ligado? Desde a chegada para ir até os lugares, até a dinâmica de organização lá, entendeu? Não tinha carteiro passando, não tinha, não lembro nem como era o caminhão de lixo passava lá, não lembro isso, acho que não até, entendeu? Tipo, a rua não era asfaltada, não era nem asfalto a rua. Eram casas iguais, era tudo muito diferente, velho, tudo era diferente, cara. O dia a dia era diferente

E - Você achava o dia a dia diferente?

Interlocutor-Hoje em dia eu acho o dia a dia diferente, mas eu lembro que na minha cabeça eu achava que era desse jeito, que todo mundo vivia mais ou menos assim.

E - Você não conseguia pensar que as outras pessoas de repente não vivessem do jeito.

Interlocutor - Eu não tinha essa percepção, eu acho que muito em função da gente... Eu nunca fui na casa de algum amigo meu do ensino fundamental ou do ensino médio. A gente foi começar a ir, ali no (nome da escola) que também era uma coisa meio parecida, mas eu lembro que no ensino fundamental, que é onde você tem... enfim, você vê que as coisas são diferentes, mas eu nunca fui. E a nossa escola eu ia de carro, voltava, então não pegava um ônibus, entendeu? A padaria ia de carro, tudo de carro e ficava naquela rua, de certa forma eu achava que era assim que todo mundo vivia, saca? Não sei, é quase impossível acreditar isso, porque você passa na rua, ninguém, não tem nenhum outro lugar, só o seu, mesmo assim você acha que todo mundo vivia daquele jeito, mas eu achava que era normal aquilo, eu não tinha essa noção de que a gente estava em um lugar diferente, nem que a gente estava em um lugar perigoso (INTERLOCUTOR 11).

Também, a disjunção entre o espaço, tempo e classe ficam evidente nestas falas na medida em que, os próprios moradores têm uma grande dificuldade de compreender a própria situação de ter vivido naquele lugar. A todo momento emergem representações que vão ora ao encontro com as representações do cotidiano de uma vila operária, ora disposições cotidianas largamente associados à temática da classe média burguesa brasileira, nas atividades que aconteciam fora do espaço das casas (na escola privada, no uso de veículos particulares, etc).

Portanto, estes apontamentos nos servem para a compreensão da casa destinadas ao corpo gestor das penitenciárias, como espaços possivelmente ambíguos na própria formação e reconhecimento do lugar que estes moradores ocupam no tecido social. Representam ainda espaços de disputa entre representações da profissão do gestor em relação à unidade prisional e a hierarquia da segurança pública.

4.3 OS GESTORES

O complexo Campinas-Hortolândia é hoje o maior complexo prisional do Estado de São Paulo. Em seu interior estão instaladas 7 unidades prisionais e as instalações de uma coordenadoria. As coordenadorias foram criadas pelo Decreto nº13.412, 13/03/1979, substituindo o antigo DIPE (Departamento dos Institutos Penais do Estado de São Paulo). As coordenadorias foram de responsabilidade da Secretaria de Justiça até 1991 e a partir de 1992 passaram a ser responsabilidade da pasta de Segurança Pública. Acompanhando a tendência do processo de redemocratização do país e sua abertura para as políticas de cidadania é sancionada a Lei nº8209, de 04/01/1993 e o Decreto nº 36.463, de 26/01/1993 que cria a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) que passa a ter as coordenadorias sob sua responsabilidade. São divididas em 05 regiões (Oeste, Noroeste, Capital e Grande São Paulo, Central e Vale do Paraíba/Litoral) e uma coordenadoria de Saúde²², abarcando todos os tipos de regimes de reclusão prescritos na legislação brasileira. Sua primeira unidade foi inaugurada em 1986 ²³ e com ela se iniciou um longo processo de construção de seu espaço imediato e entorno - que se concretizou em

²² Ver: <http://www.sap.sp.gov.br>.

²³ Hortolândia nesta época ainda não era emancipada, pertencendo ao município de Sumaré como distrito.

diversos bairros adjacentes ao complexo. Mais de 11 mil presos²⁴ que compõem a massa encarcerada neste complexo, o que lhe rende a alcunha de “Carandiru caipira”.

Como componente deste entorno há um conjunto de 13 casas distribuídas em uma rua de 2 quarteirões (aproximadamente 200 metros), que servem de moradia para os familiares do corpo gestor das penitenciárias I, II e III²⁵, popularmente conhecida como a “vila”.

Distando apenas 100m dos muros do complexo penitenciário, os moradores da “vila” têm a prisão – e tudo o que ela pode “oferecer” - como paisagem. *As sirenes e os tiros dos guardas são ouvidos em alto e bom som, cortando o cotidiano quando menos se espera.* A configuração desta rua pode ser descrita desta maneira: no primeiro quarteirão da rua encontram-se ao lado direito, as casas destinadas aos diretores da penitenciária I. As casas diferem de tamanho em relação a hierarquia de cargos (a casa do diretor geral é sempre maior). Do outro lado da rua, temos as casas dos diretores da penitenciária II, idênticas às primeiras. Na segunda quadra encontramos as casas dos diretores da penitenciária III, que também obedecem à mesma hierarquia, mas possuem projeto diferente.

Há uma sensação de insegurança constante, dissimulada nos almoços de fim de semana, nas festas juninas de rua, nos aniversários e na enorme solidariedade dos moradores. A vila se impõe como um local de sociabilidade específica, o que faz emergir paradoxos e contradições referentes à gestão da vida em ambientes hostis atravessados pela prisão. Essa característica é consequência do seu tamanho – o que pressupõe uma grande solidariedade entre os membros – mas também por se localizar entre a prisão e o bairro, o que a coloca como um local de difícil conceituação – nem prisão, nem bairro – e nos incita a observá-la com maior acuidade.

A vila está localizada à esquerda da Estrada Municipal Sabrina Batista de Camargo, à sua direita, há o complexo penitenciário Campinas-Hortolândia. “Ali é meu refúgio, aonde posso ficar com minha família, e quando possível, passar o fim de

²⁴ Memórias de experiências concretas vividas por mim neste local.

²⁵ Os dados mostrados pela SAP são de 18 de outubro. Não há menção do ano em que foi realizado este levantamento. No entanto, e de acordo com a tendência das políticas públicas de segurança do Estado de São Paulo que priorizam o encarceramento às penas alternativas, assumimos que tal quantidade tende a variar para mais, ou ao menos que tenha se mantido relativamente estável. Foram constatados ao longo das entrevistas para a monografia de conclusão de curso sobre a gestão prisional neste complexo, que o número de presos total deste local esteja dentro destas perspectivas apontadas acima. “O Carandiru Caipira: Estratégias de Gestão na Política Carcerária Paulista” (ROSSLER, 2017).

semana tranquilo, quando a cadeia tá quieta” contou-me um dos moradores atuais.

Como pode ser observado no mapa²⁶, a vila encontra-se separada dos muros da prisão apenas por uma estrada, sendo possível portanto visualizar o complexo, as guaritas e os muros a todo momento. Estando localizado em um ambiente hostil, presume-se que as regras de sociabilidade encontradas nesta localidade devam possuir particularidades que só são possíveis se pensarmos na dinâmica da prisão como uma instituição que atravessa a vila dos gestores a todo momento. Se por um lado, presume-se que o papel dos funcionários, guardas e todo o aparato de segurança da prisão seja mobilizado para que o desconforto e a insegurança neste bairro seja minimizado, já que é o local onde os gestores moram com suas famílias, na prática, a tensão e os cuidados com a segurança de todos os moradores desta localidade são pautas do cotidiano.

Os dias da semana corriam sempre da mesma forma. Claro que não exatamente igual, mas eu posso dizer que existia uma regularidade naquela época. Pra mim e pros meus amigos a vila tinha regras que eram seguidas. Ninguém questionava muito como as coisas funcionavam, quer dizer, sempre havia um espaço para o questionamento, mas a flexibilidade era pouca. Tudo também depende de como cada família criava suas regras, mas que existia um padrão existia. Por exemplo, acordávamos cedo para ir à escola, e lá os meninos e meninas se dividiam entre os que estudavam em escola pública e os que estudavam em escola particular. Para facilitar a logística, os pais e mães revezavam-se para levar os filhos ao longo da semana. Depois que fui descobrir que isso dependia de como estava a prisão. E também isso justificava o porquê de todo mundo estudar na mesma escola. Os meninos que estudavam em colégios públicos, iam para o mesmo colégio, assim como os meninos que estudavam em colégio particular, como era meu caso. Se a penitenciária II estava com problemas, meu pai levava os meninos pra escola, se fosse a I, o pai do meu colega levava. Chegávamos da escola todos juntos, mais ou menos no mesmo horário, todos almoçavam, cada um em suas casas. Sabíamos o que cada família gostava de cozinhar, o que fazia com que as vezes ligássemos um pros outros pelo ramal: “Oh Pedro, posso comer aí hoje?”. Saíamos no portão e íamos até a casa do amigo almoçar e voltamos pra casa. Era curioso ter um ramal em casa. Um telefone de apenas três dígitos. Todas as casas tinham o seu número e ligamos um para o outro sempre usando o telefone de casa. Não havia celular naquela época. Isso explica a surpresa que me causava toda vez que via um telefone com 8 dígitos. Ficava imaginando como é que conseguiam decorar. Depois do almoço, em casa era o momento de fazer as tarefas. Logo perto das 15 horas, somente dois amigos meus tinham a permissão dos pais de saírem na rua pra brincar, e eles vez ou outra me chamavam para acompanhá-los, mas meus horários, assim como dos outros meninos, só começava a partir das 17:30, a hora que todos os que trabalhavam nas prisões voltavam do trabalho. Esperava ansiosamente por esse momento. Saímos na rua e brincávamos todos juntos até às 20 horas, eu ainda criança na rua e todo os pais se reuniam, em frente de uma das casas para conversar, petiscar e aproveitar o fim do dia. Após as 20 horas todos entravam para suas casas,

²⁶ Ver Anexo 4.

jantávamos, dormíamos e tudo recomeçava no outro dia.²⁷

As regras estavam estabelecidas como uma espécie de guia de conduta segura que todos deveriam seguir. Tudo passava pelo acordo da segurança. Este acordo comunitário é formado na interação entre seus indivíduos e também pela prisão. Isso fica evidente se observarmos a forma como é estruturada a tomada de decisão no momento da negociação destas regras. Parte constituinte da instituição prisão, podemos dizer que a vila torna-se “um mundo que se insere e invade as próprias dimensões da personalidade e identidade dos participantes, afetando-os nas esferas psicossociais de suas existências” (CHIES, 2008, p. 77). Assim como ocorre na prisão, as características próprias da vila afetam, em maior ou menor grau, todos os membros que compõem este grupo, evidenciando a complexidade das relações sociais, a todo tempo renegociadas para que a ordem e a estabilidade sejam mantidas. Todos os entrevistados para esta pesquisa confirmam a hipótese da peculiaridade deste local e seu cotidiano pouco flexível. Assim como na prisão, o número de papéis que o indivíduo pode desempenhar são limitados, sofrendo da própria coerção do grupo no qual se insere.

Todo mundo respeitava o doutor [...] (diretor geral). A gente via mesmo ele como um chefe, sei lá. Quando a gente era pequeno tinha isso de não deixar a gente brigar com o filho do diretor geral. Meu pai falava isso pra mim ²⁸ (INTERLOCUTOR 9).

O trecho acima diz respeito a um dos ex-moradores da vila que passou a infância no local no mesmo período que eu. Sua memória em relação a esse ponto revela um importante detalhe das dinâmicas sociais dentro das casas destinadas aos gestores. Nota-se que as hierarquias das funções desempenhadas pelo gestor infiltram-se nas dinâmicas sociais das crianças filhas destes gestores. O termo “doutor” é uma designação comum que demonstra a autoridade do cargo que o gestor ocupa. Esse pronome de tratamento é usado de forma seletiva, de acordo com o interlocutor presente na interação social. Um não gestor nunca é chamado de “doutor”, e todo gestor é “doutor”.

No entanto, dentro do próprio grupo dos gestores, este pronome também

²⁷ Caderno de Campo, memórias pessoais.

²⁸ Caderno de Campo, entrevista colhida com um dos ex-moradores do período que morei.

possui a mesma hierarquia. Um diretor geral trata o membro do corpo gestor pelo seu primeiro nome, assim como trata como “doutor” seu superior, como o coordenador, secretário ou juiz. Da mesma maneira, os filhos dos gestores obedecem esta mesma regra. Filhos de diretores tratam o diretor geral pelo pronome “doutor” em todas as ocasiões.

As hierarquias também correspondem aos papéis desempenhados pelos gestores em suas responsabilidades práticas no exercício da função e não somente as que institucionalmente recaem sobre ele apenas pelo cargo que desempenha, que é justamente o de gerir a unidade prisional. Na prática, ou seja, em um momento de conflito, de rebelião, fuga ou qualquer estremecimento que possa ocorrer dentro da unidade, os membros do corpo gestor, os agentes de segurança e os oficiais responsáveis pela segurança da unidade, tem suas funções nubladas, transitando de acordo com a discricionariedade e particularidade de cada caso.

Com efeito, o próprio grupo no qual os gestores pertencem faz parte de uma parte menor nos estudos relacionados com a prisão. No entanto, não há quaisquer evidências que justifiquem o pretense desinteresse dos intelectuais neste grupo. Talvez pela presunção de serem menos afetados pelo “sistema” já que, sob o ponto de vista do binômio presos/administração, os gestores se encontram do lado dos *estabelecidos* para usar a terminologia de Norbert Elias (2000). Também, é possível sugerir que, pela própria dificuldade na observação e coleta de dados na administração penitenciária, as pesquisas sobre o tema acabam por colocar o corpo gestor e os agentes penitenciários em um mesmo quadro: o da administração, o que está parcialmente correto, mas que, na observação da prática desses dois grupos no seu cotidiano profissional, existe uma distinção clara entre as duas categorias principalmente do ponto de vista hierárquico, de função e de assimilação da lógica prisional.

Assim sendo, é possível inferir que o gestor compõe uma outra parcela dos grupos inseridos na prisão e são parte fundamental para um entendimento mais holístico do sistema prisional. Essas considerações ficam claras nessa passagem, em uma das entrevistas com o responsável pela gestão de uma das unidades visitadas, quando o tema do papel do diretor na prisão foi levantado:

Ser um gestor é ser um administrador em todas esferas possíveis, você passa

a ser um Líder onde todos cercados a você busca a solução. Você tem que administrar conflitos, pessoais em geral, profissional de servidores, terceiros, e da população carcerária e até mesmo de outras Unidades, é o responsável praticamente de tudo [...] Falando de mim tenho um orgulho de estar administrando uma Unidade Prisional, apesar da sociedade não ter uma visão positiva do Sistema Carcerário que na sua maioria classifica todos do Sistema Prisional como um mero carcereiro, o que não é real. A função dos servidores do Sistema Prisional é totalmente diferente do que o povo no Brasil considera (INTERLOCUTOR 1).

É possível identificar na fala do gestor que seu trabalho está para além do simples protocolo que sua profissão compreende. É preciso um entendimento não só das dinâmicas e conflitos próprios do trabalho na prisão, mas também de todas as sub-práticas, formais e informais, que só o cotidiano da prisão, aliado à experiência prática de gestão, pode fornecer. Também, a fala do gestor indica que as hierarquias são claras. Para ele, ser socialmente reconhecido como um *mero carcereiro* é motivo de aparente incômodo, já que a gestão demanda do profissional um esforço gigante, tanto para administrar, quanto para se manter em uma posição moralmente intacta, responsável direto pelas resoluções de eventuais problemas de toda ordem dentro da prisão. Também, visto sob esta perspectiva, fica nítida a diferença – de cargo e de percepção – dos gestores em relação aos agentes prisionais, e como consequência, é possível sugerir que os processos de prisionização também se deem desta maneira.

Da mesma maneira que, para sobreviver na prisão, o ingresso precisa aprender a ser *preso*, assim como o agente prisional e gestores. Como observa Moraes (2005), os aprendizados dessas práticas não são feitos sem um custo psíquico e identitário. Ainda segundo Moraes, é necessário destacar que o grande esforço de *tocar uma cadeia* e estar atento a tudo e a todos, só é possível na medida em que a linguagem e as regras de conduta sejam entendidas por todos. A prisão como instituição total, está inserida na sociedade e é reflexo dela, portanto devedora de um conjunto de ferramentas organizacionais que possibilitam a sua compreensão por parte de seus atores. Dentro dessa chave, a relação entre *produtor* e *usuário*, como considerado por Howard Becker (2008), são os símbolos que organizam a sociedade. Esses símbolos são tipos padronizados de representações que servem tão somente para cada representação.

Compete aos produtores consentir maior ou menor grau de trabalho interpretativo aos usuários: de um lado, estatísticos podem acentuar células indicando linhas ou colunas para circular o que consideram relevantes. Em

outro extremo, fotógrafos podem não colocar legendas sob suas fotos visando ampliar as possibilidades de interpretação. Entretanto, sobretudo, repousa no usuário o significado final de uma representação: interpretá-la. Afinal, o usuário pode não ter a habilidade ou conhecimento necessário para “desembrulhar” a representação ou simplesmente não querer fazê-lo (PERES, 2009, p. 3).

Dentro da prisão, existem pelo menos três grupos em disputa pela padronização das representações sociais: os presos, os agentes, os gestores. Cada grupo carrega consigo uma quantidade infindável de códigos, normas e símbolos trazidos do mundo “de fora” da prisão e que estarão constantemente em disputa quando colocados em confronto com os outros grupos e com a necessidade de apreensão da cultura da prisão. No caso da profissão de gestor, pela necessidade do olhar, digamos, holístico, a interpretação dos mais variados símbolos é necessidade. É, como dito pelo diretor acima descrito: *ser gestor é ser um administrador em todas as esferas possíveis*.

Moraes (2005) vê nesta relação ambígua entre lei/ordem e crime/desordem as justificativas para a alta carga de estresse sofridas pelos agentes prisionais. Já que a necessidade de uma grande dose de familiarização com as sociabilidades específicas do “mundo do crime” é imprescindível para um bom administrador perceber as nuances que podem indicar que algo não está funcionando como deveria, ou que alguma coisa pode estar prestes a acontecer. Esse estado quase premonitório que é extremamente comum entre funcionários e gestores é fruto, como bem aponta Moraes (2005), de um estado de constante alerta e tensão que a administração sofre em seu cotidiano.

São extremamente comuns as falas de que, qualquer elemento, por menor que seja, que saia da “rotina” já é motivo de suspeitas. Nesse aspecto, as falas dos gestores não se diferenciam muito dos agentes prisionais. A “cadeia muito quieta”, o silêncio suspeito, são falas recorrentes tanto dos gestores quanto dos agentes. Tal estado de alerta permanente, aliado a uma grande carga de estresse, pode ser um fato da grande quantidade de patologias psíquicas que os agentes e os gestores sofrem ao longo de sua profissão.

Estamos, assim, diante de um paradoxal e dramático caso em que se familiarizar indica um tipo de rotina que significa pôr-se permanentemente em alerta e em guarda. Entende-se, assim, porque se tem chamado a atenção para os índices alarmantes de distúrbios psiquiátricos entre os agentes

penitenciários, que vão da insônia e do nervosismo até a paranoia, passando pela dependência química, principalmente o alcoolismo. (MORAES, 2005, p. 226).

No que pese a frase ser direcionada aos agentes penitenciários, fizeram-se ao longo das entrevistas com os gestores, questionamentos que acabam por exemplificar as estatísticas da insalubridade da profissão. Entre os entrevistados, todos os respondentes foram no sentido das constatações de Moraes (2005), já que observaram uma grande quantidade de problemas psicológicos entre colegas de profissão, ao longo dos anos no trabalho de gestão. Da mesma maneira, houve uma resistência quanto aos questionamentos sobre a situação do próprio entrevistado, sendo que a estratégia de falar sobre terceiros acabou por facilitar a introdução do tema. Abaixo trechos coletados com gestores.

[Sobre a suposta influência negativa da prisão].

Vai depender da atitude de cada um, em saber diferenciar o trabalho da vida pessoal, não levar os problemas pessoais para dentro da unidade e nem os da unidade para o interior da residência (INTERLOCUTOR 3).

Neste tempo de trabalho pude observar que muitos destes funcionários quando de sua inclusão no sistema já apresentava alguns problemas. Com o tempo de trabalho na prisão a tendência foi aumentar, no entanto, alguns casos ocorre com o trabalho na prisão (INTERLOCUTOR 2).

Ocorrem sim fatos que se misturam na vida profissional e pessoal, depende do Gestor saber separar os seus problemas é subjetivo de cada. Trabalhamos no limite, a pressão é muito grande, existem sérios problemas psicológicos entre colegas, podemos imaginar todos os tipos de problemas que você com certeza conhece (financeira, alcoolismo, uso de entorpecente, filhos usuários, filhos entre parentes presos, pressão sobre o trabalho, etc.) (INTERLOCUTOR 1).

Santos (2007) aponta que o fenômeno da prisionização é em grande medida inexorável. Primeiro porque a “influência recíproca” (THOMPSON, 2002) entre corpo gestor, agentes prisionais e setores técnico-administrativos são praticamente inescapáveis, devido ao espaço limitado e comprimido em que a prisão está localizada. Também, como aponta Moraes (2005), em um ambiente inerentemente hostil, onde a administração de conflitos se dá por muitas vezes através de negociações informais, a confiança/desconfiança passa a ser uma mercadoria de grande valor dentro de uma unidade prisional. Ou seja, o estado de alerta se dá também no nível do que se “deve falar” ou do que “se pode falar”. Essa maneira de agir defensivamente é reflexo do que Moraes (2005) observa como uma espécie de

solidariedade ou cooperação administrável. Isso fica evidente em uma das falas de seus entrevistados.

A ideia de que um problema é administrável está relacionada à necessidade de convívio: “Você tem que saber administrar isso aí, porque se você não for confiar em todo mundo você tá pego, se você for confiar em todo mundo você tá pego do mesmo jeito. Então tem que ter um bom senso, tem que chegar a um meio termo nessa história toda” (agente penitenciário). (MORAES, 2005, p. 223).

Abrem-se caminhos para pensar os efeitos da prisionização dentro do grupo composto pelos gestores, em suas similaridades e diferenças com outros setores da administração prisional. Neste momento, porém, a discussão até aqui feita, embora superficial, já é suficiente para indicar que o corpo gestor é um grupo distinto de outros setores da administração prisional, sobretudo, os carcereiros e agentes prisionais e que necessitam de uma abordagem particular.

Continuamos descrevendo e analisando – ainda que brevemente – que as distinções entre as duas funções estão objetivamente dadas (pela hierarquia) e também nas relações e representações sociais destes com os outros grupos que fazem parte do ambiente prisional. Com efeito, dentro de um contexto mais amplo da administração pública, o corpo gestor precisa ser analisado também pela prática da discricionariedade e como essa prática se relaciona com outras categorias dentro do sistema prisional. Entende-se por discricionariedade como “a margem de liberdade de um funcionário público para escolher um curso de ação ou inação, fundamentada na lei” (FIGUEIRAS; ARANHA, 2011).

Essa espécie de autonomia na ação (ou inação) do administrador público é uma das principais marcas da administração penitenciária já que a necessidade de constantes negociações, sempre tensas e conflituosas, exige do corpo gestor respostas rápidas para sanar e controlar eventuais problemas o quanto antes. Dessa forma, a discricionariedade assume um caráter fundamental para essa profissão, fazendo parte das ferramentas necessárias para gerir uma unidade prisional de maneira eficiente. Esse poder discricionário é percebido pelos gestores como uma espécie de aprendizado informal que se adquire, na medida em que aprendem e assimilam a lógica prisional ao longo dos anos de trabalho.

Nas entrevistas coletadas é notório para os gestores a grande importância do saber cotidiano na construção de relações de confiança, credibilidade e na tomada de

decisão. Ainda, há uma interessante e importante mudança de percepção dos gestores frente à autonomia de sua profissão, quando os discursos de diretores que ingressaram no sistema prisional após o fortalecimento das políticas neoliberais de desburocratização do setor público são confrontados com ex-gestores que iniciaram sua profissão entre as décadas de 1980 e 1990.

As consequências das transformações das políticas prisionais a partir de 1990 para os processos discricionários talvez nos de um caminho para análise desta mudança na percepção de autonomia do corpo gestor. A burocracia deriva apenas da lei, que emana das formulações dos magistrados e são passadas através das camadas hierárquicas e distribuídas nas atividades dos burocratas.

As atividades dos burocratas, portanto, são válidas à luz de regulamentos e códigos legais, em que estas atividades são distribuídas como deveres oficiais e em que a autoridade para ordenar surge de uma hierarquia fixa e estável, cabendo aos chefes tomarem as medidas necessárias para a realização metódica desses deveres. O princípio da hierarquia nas burocracias significa um sistema ordenado de mando e subordinação, no qual superiores supervisionam e controlam os inferiores. Outra característica definidora da burocracia, segundo Weber (2002), é o fato de a organização basear suas atividades em documentos escritos, e pelo fato de as atividades serem realizadas por especialistas.” (FILGUEIRAS; ARANHA, 2011, p. 351-352)

Ainda segundo Filgueiras e Aranha (2011), o conceito weberiano de burocracia demonstra que, nesse sistema, não há espaço para a discricionariedade, já que as organizações burocráticas e políticas devem ser impessoais e estritamente racionais. Essa tendência à burocratização favorece o crescimento dos custos para o setor público e promoveria, na visão dos autores, um crescimento ou favorecimento à corrupção. Notamos, ainda segundos os autores, que a derrocada do *welfare state* acarreta uma série de novas reformas na administração pública nos países do capitalismo central, e em certo sentido, também no Brasil.

No caso nacional, como esboçado anteriormente, apesar das tentativas no plano jurídico de implantação de políticas mais humanitárias através da protocolização do “fazer público”, tem-se na prática o seu oposto. Lima (1999) chama a atenção de que não houve no Brasil uma implantação de algo que podemos chamar de burocracia nos moldes weberianos, já que o poder discricionário dos agentes públicos, na prática, é em grande medida arbitrário. Dito de outra maneira, têm-se no plano jurídico um intenso esforço democrático a partir dos anos 1980 para estabelecer ações concretas

para um crescimento da cidadania política no Brasil. Por outro lado, há um desenvolvimento paralelo de deslegitimação da cidadania civil, com a segregação dos espaços públicos e dos grupos sociais estigmatizados.

Esse paradoxo é o que Caldeira (2000) chama de *democracia disjuntiva*, que no Brasil se dá em um convívio com a crescente protocolização do fazer público aliada com uma enorme margem de arbitrariedade de seus atores, deixando nítida a dificuldade da execução do poder discricionário no país. No caso da administração penitenciária, existem singularidades que precisam ser explicitadas para sua melhor compreensão. As reformas no sistema prisional a partir dos anos 90, vão no sentido de desoneração do Estado e flexibilização da administração pública e tendem, em certo sentido, a diminuir o poder arbitrário de seus atores. O chamado *new public management* vem como resposta à demanda por mitigar as práticas de corrupção e o alto poder arbitrário dos agentes públicos:

Ou seja, as reformas institucionais não devem reforçar o poder da burocracia, uma vez que elas resultariam em mais discricionariedade e incentivo para o pagamento de propina e de suborno, ou seja, em ampliação das práticas de corrupção. No aspecto formal, que representa um consenso entre analistas ligados a teorias neoinstitucionalistas, a prática de corrupção não é coibida mediante reforço do poder burocrático, mas pelo fomento do mercado” (FILGUEIRAS; ARANHA, 2011, p. 353)

Essa tentativa de remodelação do serviço público é observada na percepção dos gestores quando comparamos o discurso de atores que entraram no corpo gestor antes de tais reformas, com os dirigentes que começaram a atuar no a partir dos anos 2000.

E: Quais os eventuais desafios de sua profissão?

Interlocutor - Como disse, infinitos. É como reger uma orquestra. Mas a diferença é gritante, pois ao invés de notas musicais, orquestramos conflitos, minuto a minuto, todos os dias, não havendo os esperados privilégios proporcionados nos finais de semana e feriados, principalmente em datas festivas. Tudo exige solução quase que imediata e o que é pior, sem margem para erro (Ex-gestor).

E: Quais os eventuais desafios de sua profissão?

Interlocutor -Sem dúvida. Mesmo sendo um trabalho árduo, quem tem capacidade de enfrentá-lo merece experimentá-lo em face da gratificação de poder vencer quando enfrentamos e vencemos as dificuldades do inesperado, as quais, na verdade, são diárias. Isso o torna um pouco diferenciado dos demais servidores de outras secretarias, cujas pertinências, de longe, são inferiores às que enfrentamos, isso em todos os sentidos (INTERLOCUTOR 2).

E: Quais os eventuais desafios de sua profissão?

Interlocutor -Sem dúvida alguma, a falta de funcionários, em número suficiente, aptos e treinados, além das mazelas geradas pela superlotação

prisional, bem como pela falta de recursos e estruturação. Acredito, ainda, que a estrutura predial, apesar dos aperfeiçoamentos recentes, ainda carece de uma dinâmica mais aprofundada, o que somente seria solucionado pela participação dos próprios gestores prisionais na formulação de projetos em conjunto com o núcleo de engenharia da pasta. Além dessas questões, há ainda a dificuldade provocada por outras corporações e poderes. A Administração Penitenciária não efetua prisões e nem determina o encarceramento. Quem efetua a prisão (condução) é a polícia, seja ela civil ou militar, e quem determina o encarceramento, sem dúvida é o Poder Judiciário, de forma que compete ao sistema prisional gerenciar o cumprimento de tal sanção em face das características de prisão realizadas por outros. Igualmente não é a Administração Penitenciária quem solta e sim o Poder Judiciário. Falhas em tais processos (de prisão e soltura), repercutem no sistema sem que o gestor tenha autonomia para solucionar o problema. Soluções paliativas podem ser alcançadas, sem dúvida. No entanto, uma ação concreta depende está além da simples intervenção do gestor prisional (INTERLOCUTOR 6).

E: Quais os eventuais desafios de sua profissão?

Interlocutor -De altíssima periculosidade, especialmente em razão do crescimento da criminalidade e das próprias organizações criminosas no interior do sistema prisional. No entanto, há outros problemas relacionados à fadiga e estresse. Algo que passa despercebido são os riscos à saúde dos servidores penais (e de seus gestores), qual seja o ambiente insalubre, pautado por inúmeras doenças contagiosas, cujo risco de contaminação se estendem aos familiares de quem atua no sistema. Tais são os riscos (INTERLOCUTOR 4).

E: Quais os eventuais desafios de sua profissão?

Interlocutor -Gestor prisional infelizmente não é uma profissão no Brasil. Infelizmente os gestores que conheci e que conheço desde o início da minha carreira são cargos de confiança, muitos alcançam essa posição dentro do *sistema* por indicações, podendo ser alheias a Secretaria (cargo de confiança) ou por competência no decorrer de sua carreira. Ser um gestor é ser um administrador em todas as esferas possíveis. Você passa a ser um líder onde todos os cercados a você buscam a solução. Você tem que administrar conflitos, pessoais, profissionais de servidores, terceiros, da população carcerária e até mesmo de outras Unidades. Fiscalizar os serviços, gerenciar as tarefas dos seus Diretores de área, é o responsável praticamente de tudo diretamente, é o ordenador de despesas, recebe determinação que muitas vezes desagrada a maioria. Mas o trabalho tem que ser realizado mesmo que você possa ser responsabilizado por improbidade administrativa por erro culposo e principalmente doloso. Muitas vezes você é taxado como arbitrário por seguir determinações superiores do Estado, onde as partes subordinadas no geral não entendem nossa obrigação. Somos vinculados a lei. Temos oportunidade de alguns atos discricionários, mas mesmo assim esses atos são cobrados. Porque o fez? Ou porque não fez. Uma atitude pode causar sérios problemas administrativos irreversíveis. Eu posso classificar falando de mim com orgulho de estar administrando uma unidade prisional, apesar da sociedade não ter uma visão positiva do sistema carcerário. A maioria classifica todos do sistema como meros carcereiros, o que não é real. A função dos servidores do sistema prisional é totalmente diferente do que o povo no Brasil considera (INTERLOCUTOR 1).

Vemos claramente que a ação imediata frente ao *inesperado* conduz o cotidiano do gestor prisional. E que essa capacidade de solucionar problemas nessas condições, além de desafiadora é *gratificante*. Também, é possível perceber nos discursos o enfraquecimento do poder arbitrário do gestor, quando as próprias

percepções e dificuldades do cotidiano gerencial mudam. Para os ex-gestores, a ação individual, expressada na capacidade de enfrentamento da dinâmica prisional como um desafio pessoal e que depende, em grande parte, de uma atitude similar ao heroísmo descrito por Moraes (2005) é ponto chave de uma gestão eficiente. Por outro lado, para os gestores mais jovens, é perceptível que o “heroísmo” já não entra no discurso, substituído pelas dificuldades na estrutura física e gerencial (falta de funcionários, falhas jurídicas, reformas ineficientes), que minam a autonomia do gestor. Isso não significa dizer, contudo, que os problemas descritos pelos gestores mais jovens não pertenciam ao cotidiano dos gestores que faziam parte do quadro de funcionários nos anos de 1980, momento em que a distância entre protocolo e ação eram maiores.

A falta de funcionários e problemas na estrutura física das prisões são descritos ao longo de toda a história da prisão brasileira (SALLA, 2006; MORES, 2005; PAIXÃO, 1987; CHIES, 2008). Também, a arbitrariedade é largamente associada à violência arbitrária por parte do corpo gestor no tratamento da massa carcerária, e que no Brasil só perde força a partir do fortalecimento dos coletivos de presos, tendo o PCC como seu principal articulador (DIAS, 2011).

De todo modo, a perda de autonomia da gestão nos últimos 20 anos, coloca o corpo diretivo em uma situação delicada dentro do sistema prisional, já que sua função de administrar uma unidade é seriamente comprometida por uma série de fatores que fogem de seu controle, ao mesmo tempo que seu processo decisório começa a depender cada vez mais de outros polos de poder institucionais e não institucionais, exigindo uma readaptação do profissional para lidar com essas novas perspectivas. Essa perspectiva fica ainda mais evidente quando confrontada com o *entrevistado 01* onde nota-se uma espécie de conflito entre a maneira de gerir uma prisão em que ele foi inserido (como um líder), responsável pelo gerenciamento de conflitos e interesses de todas as áreas de uma unidade prisional, e a nova forma de gestão, onde há a *cobrança* pelos órgãos superiores pela eventual arbitrariedade cometida pelo próprio gestor, no cotidiano prisional.

Este conflito é entendido pelo gestor como uma falta de entendimento da função que ele exerce, tanto pelos seus subordinados, como pelos seus superiores. No entanto, nota-se que o que está em jogo são, na verdade, as transformações na

prática de gestão que, ao perder grande parte de seu poder arbitrário, fazem com que o gestor, acostumado com tais “meios”, não consiga adaptar-se aos procedimentos discricionários que pressionam suas ações, no sentido de torná-las menos arbitrárias. Essa atualização no modo de gerir a prisão, para os gestores com mais de 20 anos em cargos de direção, faz com que tais profissionais tenham certa dificuldade em se adaptar a esse novo cenário, o que leva a discursos muito comuns dos gestores “antigos” ao dizerem que o trabalho de gestão é um trabalho de líder, e não “apenas” de um *mero carcereiro*, indicando um possível estreitamento hierárquico que acontece nos últimos anos, retirando dos gestores o poder de autoridade, largamente baseado na resolução de conflitos baseados na arbitrariedade.

E: E tinha até que tinha bastante fuga, né, cara? Eu lembro que teve uma época que tinha.

Interlocutor - É, porque na verdade eles, naquela época infelizmente, antes do Lourival é, com o Lourival agora ele começou a dividir as unidades por crime. Então, por exemplo o 157 que é roubo, fica numa unidade. Furto, 155, fica em outra unidade.

E: Quando você trabalhava não era assim? Interlocutor - Não, tudo misturado. Então tinha nego lá com três anos de prisão, tinha nego com noventa anos. Então não havia-se um critério. Que na época ainda era COESP não existia... era uma coordenadoria pra todas as unidades. Depois que ficou com a cabeça pequena e o corpo muito grande, aí que foi dividido.

E: Pra dar conta.

Interlocutor - Pra dar conta. Agora já tá com a mesma coisa, com a cabecinha pequena e o corpo grande. Tem que dividir de novo, cê entendeu? Então não havia critério pra mandar um preso perigoso pra unidade que tinha alambrado, por exemplo, entendeu? Então mandava nego lá com latrocínio, entendeu? Cara traficante grande.

E: Uns cara mais pesado.

Interlocutor - Mais pesado, entendeu? Então o cara via aquilo lá e deslumbrava realmente, que aquilo lá dava a ele uma esperança de fuga, entendeu? Então ele começava realmente a querer planejar uma fuga, porque ele via o alambrado ali, nem sempre a PM na época cobria todas as áreas, cê entendeu? E na época a gente discutia muito porque eles mandavam pras unidades só PM que tavam suspensos, PM que tava preso, PM que tava prestes a mandar embora. Só porcaria.

E: Ah, é? Porquê?

Interlocutor - Ah, porque era um custo, entendeu?

E: Pode crer. Então já eram profissionais que...

Interlocutor - gente não discutia muito isso. A gente não comentou nunca com o comandante, mas a gente ficava sabendo, né? Entendeu? Ficava sabendo e às vezes havia conluio de um certo PM lá... de vender a fuga, entendeu? Então é complicado. Nunca foi provado nada. Mas rolava esse assunto. Rolava esse assunto e a gente discutia isso na Coordenadoria, lá e tal. Não tinha como provar. Depois com a vinda dos AEVPS, que são os agentes de vigilância, aí melhorou muito. Quando trocou aí ficou meio temeroso, porque os cara não era polícia, né? E não tinha o treinamento de polícia. Aí melhorou muito porque os diretores designados pra fazer essa função era tudo gente boa. Nego assim honesto, entendeu? Então fazia o pessoal trabalhar direitinho, fazia os turno direitinho, conferia as armas direitinho, entendeu? (INTERLOCUTOR 2).

Nota-se claramente que em um momento de conflito, os membros gestores precisam estar solícitos ao chamado da unidade para dar cabo ao problema não importando se precisam desempenhar funções que originalmente não estavam em seu escopo. A fala do entrevistado evidencia os prejuízos de um trabalho que exige uma disponibilidade para além do tempo estabelecido pela legislação trabalhista. Mesmo afirmando que não havia medo em seu cotidiano, fica evidente o grau de familiaridade que o entrevistado desenvolve com o sistema prisional e a sua incapacidade de calcular os riscos à sua segurança e à de seus colegas ao encampar uma busca a um preso foragido sem qualquer treinamento profissional que o qualifique para desempenhar a tarefa de captura.

É claro que nunca fiquei sabendo de tudo o que acontecia na prisão. Nunca me foi contado o que exatamente ocorria quando havia uma tentativa de fuga em uma unidade prisional. Todos as crianças e as esposas eram “protegidas” destes temas a todo custo. A vila era, para os diretores, um refúgio do sistema, mesmo sabendo que a qualquer momento poderiam ser chamados para trabalhar. E isto acontecia bastante. Minha memória, seja por repetição ou pela força da situação, sabe qual era a rotina de uma fuga, de um “buchicho” na prisão.

O cotidiano dos moradores é envolto pela desconfiança a tudo o que é estranho à vila. Os estreitos laços sociais construídos tem seu fundamento na proteção de todos frente ao ambiente hostil que se encontram e, como consequência, as fronteiras entre o público e o privado tornam-se difusas. Sabe-se muito sobre todo mundo. Qualquer evento que desestabiliza a ordem social, ou os acordos firmados por esta comunidade, são passíveis de ponderação, mediação e conhecimento. Algumas famílias tomam para si o papel de mediadores de conflitos, recebendo em suas casas moradores que necessitam de aconselhamento pessoal, profissional e até financeiro. Tais famílias têm o poder de intervir caso algum conflito coloque a estabilidade desta comunidade em risco. Como observado anteriormente, havia um sentimento estabelecido de proteção aos filhos frente às hostilidades inerentes à prisão e um enfrentamento dos problemas “dos adultos” por parte da comunidade, no sentido de dar à comunidade uma experiência cotidiana com o menor nível de perigo e/ou preocupação. Nos trechos que logo abaixo apresento, fica clara a conexão entre

os discursos, a visão protegida das crianças contra a preocupação e o esforço em criar um ambiente de convivência saudável para os moradores, filhos e filhas no decorrer da estadia das famílias nas funções de gestão.

E: Se você tiver outras lembranças que quiser contar sobre qualquer assunto, coisas que você lembra...

Interlocutor: Nossa, tenho só alguns flashes de memória mesmo. Mas lembro de estar na rua brincando e correr pra casa mais próxima quando passavam pessoas ou carros suspeitos ou desconhecidos na rua. Ou então quando ouvia tiros ou a sirene de fuga do presídio. Isso aconteceu várias vezes e apesar de ser apavorante era também um pouco excitante, acho que pela adrenalina do momento [...].

E: E assim, se você fosse me... contar...e. qual o momento que você mais sentiu medo naquela época....

Interlocutor: Quando tivemos que passar um tempo na casa de parentes pois estava rolando rebelião em quase todo o complexo de Hortolândia e não era seguro ficar em casa. Foi bem devastador voltar pra casa e enfrentar a morte do pai de uma colega devido à rebelião. Eu não sabia o que dizer pra ela, a gente brincava de boneca às vezes, na verdade poucas vezes. Não éramos de fato amigas, porém, eu pensei muito que eu poderia estar no lugar dela.²⁹

O fato das estratégias de proteção terem a função de proteger os filhos e filhas dos problemas que vinham da prisão não impediam que certas situações chegassem ao conhecimento dos familiares. A morte de um dos diretores em uma rebelião, como observado na fala acima demonstra que o esforço de proteção nem sempre funcionava. De certa forma, o enfrentamento da realidade dava-se de duas maneiras. Na primeira delas, exemplificado na primeira fala acima o evento significado como negativo (a fuga) é transformado em positivo (a excitação e adrenalina). Na segunda fala, nota-se que essa mudança de polaridade não aconteceu, talvez pela gravidade da situação (a morte), talvez por ser um evento que não fazia parte do cotidiano do grupo (uma rebelião violenta). De toda maneira, os familiares estavam a todo momento encarregados de administrar os conflitos vindos da prisão, mitigando suas consequências negativas ao máximo através do esforço em normalizar os perigos da prisão na medida do possível.

4.4 OS FAMILIARES

É estranho pensar no meu período de infância agora como adulto. Não só pelas questões óbvias que vem dessa distância temporal inerente ao próprio processo

²⁹ Caderno de Campo. Trecho de entrevista com uma ex-moradora, com auxílio de gravador. Na época, filha de um dos diretores do complexo.

de acúmulo de experiências que nós, seres humanos, passamos ao longo de nossa existência, mas também pelo acúmulo que a sociologia me trouxe e ao me encontrar com a criança que fui, perceber o quão complexo foi aquele momento. Digo isto não como uma espécie de convite a um tipo de lembrança fantasiosa do que passei – mesmo sabendo que isso sempre tem uma dose de inevitabilidade – mas também por observar e comparar minha vivência com as das outras pessoas que viviam comigo na vila, naquela época, e me deparar com discursos tão parecidos. Os medos são surpreendentemente similares. As felicidades também.

Sempre que me lembro de alguns episódios do tempo em que morava lá, principalmente os que envolviam as fugas, muito comuns naquela época em que o PCC ainda não tinha tomado conta do sistema prisional paulista. Nunca tive medo daquilo. Tenho medo hoje, se passasse por uma situação dessas. Mas quando criança, não. E eu sabia o que estava acontecendo. Não havia como confundir ou não perceber os processos que envolviam uma fuga, ou uma tentativa de fuga. Desenvolvemos, e falo no plural porque descobri que não era só eu que sabia, que era possível saber se uma fuga era bem sucedida, ou o tamanho dela, de acordo com os sons emitidos durante este evento.

Explico para que fique claro o que eu falo: Aconteciam quase sempre durante a tarde, ou de madrugada. Se acontecesse à tarde, provavelmente estávamos na rua brincando de futebol, ou qualquer outra brincadeira estabelecida pelas crianças naquele momento. A vila era silenciosa. Dali não se ouvia nada além do som produzido por nós mesmos. A prisão era um silêncio total, era como uma paisagem cinza, inerte. Um vulcão ativo, mas silencioso. E isolados por um entorno de quase nenhuma moradia vizinha, éramos uma rua. Apenas uma rua e mais nada. O processo era o mesmo. De repente uma sirene altíssima começava a soar – uma sirene com o mesmo timbre de uma sirene de fábrica. Era alto não apenas pela potência do equipamento, mas também porque estávamos perto da prisão. Algo em torno de 60 metros. Esperávamos pacientemente os próximos passos do evento. Nossos corações se enchiam de adrenalina, e nos enchíamos de um sentimento de alegria, de aventura. Todas as crianças adoravam aquele momento. Era uma quebra na rotina, uma espécie de perigo que achávamos que nunca nos atingiria.

Pois bem, se seguidos alguns minutos a tal sirene parasse de soar, era sinal

de que foi algum tipo de alarme falso. Isso acontecia vez ou outra. Mais tarde, depois que comecei a me dedicar ao estudo do sistema prisional, descobri que esse alarme falso era, na verdade, uma tentativa falha de fuga, em que o detento não conseguiu sair do perímetro da prisão. No entanto, havia um outro possível desfecho para este evento. Se logo após o soar das sirenes os guardas comessem a atirar, sabíamos que o preso fugiu e estavam tentando capturá-lo. E para nós, crianças, esse era o momento de maior alegria. Tínhamos que correr com toda a velocidade possível para dentro de nossas casas. A aventura começou. É claro que as expressões dos pais e mães que nos chamavam a plenos pulmões para que entrássemos em nossas casas era qualquer expressão, menos alegre. Estavam preocupados. Os membros da família que não trabalham na prisão ficavam responsáveis por coletar as crianças e levá-las para suas respectivas casas. Os trabalhadores da prisão, normalmente se reuniam em uma dessas casas, para decidir o que fazer frente a esta fuga.

Com rádios na mão, se comunicavam com os guardas da torre e com os responsáveis pela segurança da penitenciária. Saíam de casa. Nunca soube o que iam fazer. É claro que depois de adulto e trabalhando neste tema, fui descobrir que também eram responsáveis por capturar os presos, junto com os guardas. Abaixo trecho da entrevista com o interlocutor número 2:

Interlocutor - Então, e uma vez teve uma fuga, rapaz, que nós saímos, que a gente quando fugia a gente era cobrado, porque fugiu, por causa disso, por causa daquilo, você tinha que pelo menos tentar recapturar o preso. Geralmente, na maioria das vezes a gente conseguia e numa das vezes um PM acertou um tiro num preso lá.

E - Vocês à pé correndo atrás dos caras?

Interlocutor - Isso.

E - Nossa, que perigo.

Interlocutor - É. E depois provado tudo que, deve ter feito balística, tudo, essas coisas, então, aí, rapaz, estava eu o (nome suprimido), o (nome suprimido), o (nome suprimido), todo mundo correndo, aí, rapaz, o (nome suprimido), o (nome suprimido) é desesperado, aí ele achou o preso na vala, numa das valas perto de uma construção, caído lá, mas ele... não foi nada, só levou um tiro de raspão no ombro, alguma coisa assim, mas ele estava escondido lá, mas se fingindo de desmaiado, assim.

E - Entendi.

Interlocutor - E ele: (nome suprimido), você matou ele, cara. Coitado do (nome suprimido). Ele ficou desesperado, rapaz. Ficou desesperado. Aí o preso levantou lá. Foi para a enfermaria.

E - Acho que ele tomou um tiro, ele falou: é melhor ficar aqui.

Interlocutor - Justamente. Porque a gente não atirava, ele não é louço, né? Não é louco de atirar numa pessoa. Ele tinha consciência disso, né? É mais para intimidar ou até se defender.

E - Porque o cara vem atrás de você.

Interlocutor - Os cara vinha às vezes com estilete, essas coisas, entendeu,

então para nós diretores e acredito que até para o (nome suprimido) e o (nome suprimido), não sei se você vai querer conversar com o (nome suprimido) sobre isso, o reflexo de morar na vila, não tinha reflexo assim, a gente não sentia perigo (INTERLOCUTOR 2).

O cotidiano normalizado, onde o medo se escondia no fundo da consciência de todos, nunca era tema tratado. Em todas as entrevistas que coletei, o medo consciente não fazia parte do discurso. O sofrimento sim. Dos adultos responsáveis por cuidar dos filhos e protegê-los de qualquer tipo de violência que pudesse ocorrer naquele entorno tão perigoso. O local de captura do preso do relato acima, ficava a menos de 40 metros da casa onde eu morava.

E - E o que é que você achava quando tinha fuga lá? Porque tinha muito, né? O que é que você lembra?

Interlocutor - Como criança eu achava muito divertido.

E - Era legal, né? Eu gostava também.

Interlocutor - Uma adrenalina, assim, não sei, você não sabia que o que era isso, mas eu acho que tinha alguma emoção naquela calmaria toda. Parecia alguma coisa que movimentava. Como era criança não tinha nenhuma noção.

E - Eu adorava. Eu achava o máximo aquilo.

Interlocutor - Era divertido.

E - Achava o máximo. Quando a gente é criança é difícil de saber, mas a gente passava muito carnaval lá, muito ano novo lá, muito natal. Não sei se você passava, mas acho que sim. Passava junto, tudo. Você saía bastante quando você morava lá, digamos assim, para lugares fora da vila, nesse sentido? O que você achava do fato de você ficar por lá? Era a mesma sensação de, por exemplo, quando tinha fuga, normal, assim? Você tinha alguma noção desse tipo?

Interlocutor - Ah, cara, eu acho que não.

E - Não, né?

Interlocutor - Eu queria viajar. Ir para a praia no Ano Novo, saía às vezes, mas era divertido, sei lá, ficava lá, você tinha as pessoas próximas. Então, sei lá, eu não tinha muito dessa: nossa eu queria sair daqui e não posso sair. Eu acho que eu não tinha essa noção não.

E - Eu acho engraçado, porque era muito auto suficiente ali, eu acho que os nossos pais conseguiram fazer uma espécie de cinturão de proteção com a gente que a gente não sentiu, pelo menos, não conscientemente os perigos que tinham lá, a gente, às vezes tinham pontuais coisas que não tinha como escapar que você acabava ficando sabendo, mas no geral era clima de festa 24 horas, né, cara?

Interlocutor - Era mais um clima de festa e era um lugar que era bom estar ali. O que não era bom deixa pra lá. Aí, não queria estar aqui no Natal, não. Era legal, ver o carnaval, juntar a galera, ela vai se fantasiar. Vai ter Copa a galera vai pintar a rua. Se juntar. Eu achava legal. Era legal essa noção de grupo, era muito legal (INTERLOCUTOR 8).

Quando as tentativas de fuga ocorriam à noite, talvez não diria que o medo tomava conta de mim, ou dos meus amigos de infância, mas de certo havia uma atmosfera um pouco mais pesada. Sentia que a noite trazia sensações que não me eram muito agradáveis quando isso acontecia. O que lembro bem era acordar de

madrugada com tiros, a sirene. Me cobria com o cobertor e esperava passar. Acordado, meu pai pegava seu rádio, falava algumas palavras e saía de casa. Sabia que ia até a penitenciária ver o que tinha acontecido e tentava solucionar a questão. Fui descobrir depois que era muito comum para ele e a equipe de gestores que moravam na vila, passarem a noite em claro, dentro da unidade prisional, e continuarem por lá assim que começa o horário normal de trabalho. Ele me disse que aquilo era comum, e muito cansativo.

Interlocutor - Demorou mais, acho que você tinha uns 7 anos já, quando acontecia essas coisas. Você já tinha mais ou menos uma noção. Então eu acho que sua mãe ficava lá, coitada, né? Porque a gente escutava os tiros do meu quarto lá. Eu acho que vocês nem escutava, escutava quando estava dormindo? (INTERLOCUTOR 2)

E - Escutava.

Interlocutor - E aí a gente já ligava o rádio.

E - O que eu lembro é exatamente isso.

Interlocutor - QAP

E - QAP Ronda externa.

Interlocutor - O que está acontecendo aí e tal? E ple, ple, ple.

E - Exatamente.

Interlocutor - E levantava e já punha a roupa e já ia sair pelo portão a fora.

E - Não tinha hora, né?

Interlocutor - Não tinha hora. Por isso que o diretor e o diretor de segurança é obrigado, porque ele tem que estar a disposição da unidade 24 horas. E nesse ponto de vista, por exemplo, eu acho que o cara tinha que aposentar com 25 anos de serviço. Ou contar em dobro o tempo que ele fica trabalhando como diretor. Pelo menos diretor de segurança e o geral. O tempo, se ele trabalhou lá 10 anos como diretor geral ou diretor de segurança, tinha que contar como se fosse 20 anos, contar em dobro. Porque é muito desgastante. Porque a sequência da fuga, depois você tem que ir pra unidade, ver se está tudo em ordem, mandar o preso pro hospital, depois comunicar São Paulo. Tem uma burocracia enorme, entendeu? Por exemplo, fazer exame de corpo de delito, ia pra delegacia fazer corpo de delito.

E - Então, por exemplo, quando tinha fuga de madrugada, por exemplo, eu lembro, você tinha que fazer todo esse processo, ir atrás dos caras, ajudar a polícia.

Interlocutor - Na época ainda não tinha essa facilidade do computador, já existia o computador obviamente, mas a informação imediata ainda não existia.

E - Mas eu digo assim, por exemplo, devia ser cansativo, porque por exemplo, você ficava horas atrás do cara, depois ir lá pra unidade fazer.

Interlocutor - Sim. Dobrava a noite.

E - E você tinha que trabalhar no outro dia de manhã. Você não dormia.

Interlocutor - Não. Não dormia. Eu acho assim, é muito pesado assim o... por mais que a gente fizesse as coisa lá (sic), de festinha, a gente tava sempre se reunindo. Porque foi uma época boa. Vocês têm muita recordação boa, de lá. Porque a gente nunca deixou, né?

E - Como vocês faziam para não transparecer os problemas para os filhos, vocês tinham essa preocupação? Interlocutor: É. Mas assim, a gente na verdade a gente tinha que viver uma vida assim... ali né, uma vida ali com aquelas pessoas né? sempre as mesmas pessoas né?

E - Tinha uma rotina, do dia a dia...

Interlocutor: é a gente...eu acho que é um aprision...a gente fica aprisionado ali né...por conta do serviço, por conta que é retirado né. Então a gente

sempre procurava fazer as coisas entre a gente, que eu acho que era uma boa. tinha muita recordação boa. Que a gente...sabe? Aquilo tudo é assim né, como em todos os lugares, mas a gente mascarava umas coisas pra poder viver, né?

E - Tinha que dar um jeito daquilo acontecer, né?

Interlocutor: que aquilo acontecer, né? As coisas... fazer... sempre reunia (as festas, e confraternizações) (sic), sempre em ambiente fechado.

E - Vocês tinham esse tipo de conversa? Este tipo de conversa é o seguinte: Este tipo de conversa em relação...a criação dos filhos, assim, alguma coisa assim de compartilhar preocupações... existia algum momento em que vocês conversavam entre adultos sobre isso?

Interlocutor: Então mas se já que não tin...a gente só falava assim: a gente não pode deixar eles sair (os filhos).

E - Você acha que todo mundo era preocupado lá?

Interlocutor: então, a gente ali embaixo era bem preocupado.

E - E vocês tinham preocupação com o que?

Interlocutor: Então...a minha preocupação...a minha...eu vou falar por mim...era de que tinha muito tiro naquela época né? Fuga, tinha muito, cê entendeu? Né, às vezes não passava uma semana que não tivesse, então... a minha preocupação era isso. Mesmo porque a preocupação era real né? Então né, ninguém saía...todo mundo...as crianças a gente fazia o máximo possível pra ter tudo dentro daquele espaço, que era grande, cesta de basquete, uma isso uma aquilo, e depois cinco horas sair na rua. Daí você fala, mas depois das cinco horas não podia acontecer a mesma coisa? Podia, mas aí tavam os pais lá, né? A gente se sentia mais segura. E os presos tavam recolhidos, não tavam mais no pátio... já tavam no coiso enfim... mas tinha essa possibilidade também, mas daí a gente ficava mais segura né, só ta as mulher lá... as mulheres pra dar conta daquilo né... então era isso... (INTERLOCUTOR 12)

Não me lembro de nenhum episódio em que fiquei sabendo sobre as questões que envolviam as fugas, apenas o que eu conseguia ver e ouvir. Realmente não tinha dimensão do que era aquele lugar e nem o quão inseguro aquele local de moradia podia ser para seus moradores. Nem meus amigos. Havia o acordo tácito entre os que trabalhavam na prisão de nunca trazer essas questões “para dentro de casa”. Tudo era resolvido entre os gestores, mesmo que isso demandasse um esforço psicológico por vezes insustentável. Principalmente para mães que ficavam cuidando dos filhos enquanto os maridos estavam ao trabalho. Elas eram as responsáveis por fazer essa espécie de meio de campo entre os perigos do dia a dia da prisão e ao mesmo tempo serem as responsáveis pela segurança dos filhos, tanto no sentido físico quanto psicológico.

Todas as mães que entrevistei partilhavam da perspectiva de que era fundamental criar um ambiente sadio para os filhos. E como sadio percebi rapidamente que significava afastar das crianças, o máximo possível, qualquer associação da vila com a prisão, criando um ambiente de muita distração para que nós pudssemos não notar, ou ao mesmo esquecer momentaneamente o lugar que

morávamos, como disse anteriormente. Em mim só existem lembranças boas da vila. Um lugar que ainda hoje me soa mágico, como se fosse um mundo fora do mundo. A rua da vila. No entanto, como espero já ter delineado nas seções anteriores, estes eventos não eram algo particular daquele complexo. As fugas eram a consequência da situação do sistema prisional naquela época. E aqui cabem algumas considerações sobre este tema. Como procurei demonstrar ao longo dos capítulos anteriores, a década entre 1990-2000 foram decisivas para o sistema prisional paulista. Dias (2013, p. 149) nos mostra que foi exatamente nesta época que taxa de encarceramento no Brasil disparou, superlotando ainda mais os presídios, transformando-os em “barris de pólvora”, prestes a explodir. Com isso o número de fugas e resgates tiveram um aumento expressivo. O momento do relato que apresento se encontra justamente neste período de transformação.

4.5A CHEGADA

As minhas lembranças sobre a mudança para as casas destinadas aos gestores são muito vagas. Nasci quando meus pais já trabalhavam no sistema prisional e meu pai, como diretor da penitenciária de Itirapina-SP, já morava em uma daquelas casas no momento no meu nascimento. Tenho apenas alguns pequenos “flashes” de memória daquele tempo. Calçadas de paralelepípedo, um ambiente agradável e muito arborizado. Não lembro da mudança para a vila que foi meu objeto de pesquisa, em Hortolândia, o que é compreensível já que fui para lá aos 2 anos de idade. Estas lembranças foram confrontadas com as de outros moradores, que passaram pelo mesmo processo de mudança. Na época que me mudei para Hortolândia, grande parte do corpo diretivo que foi para lá, estava trabalhando em Itirapina.

E - Vamos começar então. Se alguém te perguntasse qual que é a sua primeira lembrança de morar na vila, não estou dizendo exatamente lá em Hortolândia, pode ser lá de Itirapina também, qual que a sua primeira lembrança de morar numa casa do diretor de penitenciárias? Qual que é a sua primeira lembrança?

Interlocutor - Olha, posso te falar a verdade, verdadeira? A primeira lembrança que eu tenho é que eu achei muito estranho quando deixaram o pão de manhã na área.

E -Deixaram o pão de manhã na área?

Interlocutor - É. É. Até me emociono.

E - Mas, por quê?

Interlocutor - Por quê? Porque eu achei aquilo, assim, bom, entendeu? Porque sei lá, eu não estava acostumada com aquilo.

E - Deixaram o pão na área. Lá em Itirapina?

Interlocutor - Lá em Itirapina. Talvez porque eu tenha, porque eu era casada de novo, né? Tipo, eu não estava acostumada com aquilo, né? Porque sempre o habitual é você ir numa padaria, você de manhã, você sair, comprar o pão, né? E aí aquilo passou a ser rotina, porque todo dia de manhã deixava o leite e o pão, né, na área. Então aquilo pra mim era bem diferente e é uma lembrança boa, essa é a lembrança, é a primeira lembrança que veio foi essa. (INTERLOCUTOR 12)

De fato era uma mudança de vida. Com o processo de interiorização das prisões no Estado de São Paulo, muitas penitenciárias foram sendo instaladas em pequenas cidades do interior. Silvestre (2012) e Sabaini (2016) nos mostram que, nos anos que antecederam a inauguração desta penitenciária, em 1978, a população de Itirapina estava passando por um processo de demandas por “modernizações” na cidade, oportunidades de melhores empregos e condições de vida mais alinhadas com as cidades vizinhas. A prisão apresentava-se como um símbolo do progresso na cidade e, oferecendo empregos com ótimos salários, tornou-se símbolo de *status* para os que pudessem galgar avançar nas posições dentro da hierarquia desta profissão. Ainda muito alinhada com as perspectivas ressocializadoras que atravessaram as décadas de 1980, morar em uma das casas dos diretores daquela penitenciária era motivo de grande comemoração.

Interlocutor – (sobre as casas) Então, era uma casa antiga, mas muito bem conservada, uma casa grande, com três quartos, uma sala grande, um quintal enorme, uma cozinha boa. Então tinha coisa pra vocês brincar lá.

E -Tinha, eu lembro.

Interlocutor - Era tudo gramado, limpinho. Então eu na verdade, quanto à segurança para mim aquilo foi um privilégio. Uma vitória, você entendeu? Ir morar lá, que é um direito que o diretor de segurança tem junto com o diretor geral. Porque a Lei de Execução Penal não sei se mudou, mas eu acho que não, ela obriga o diretor de segurança e o diretor geral a morar no próprio do Estado, na casa do Estado.

E - Os outros diretores não precisam necessariamente?

Interlocutor - Até pode, mas se necessita de autorização superior de São Paulo. Então todos que moravam lá tinham autorização para morar.

E - Mas o diretor de segurança e o geral precisa mesmo.

Interlocutor - É obrigatório, agora não sei mais, mas na época era obrigatório, então eu quando fui pra lá eu desenvolvi as minhas funções lá na unidade, entendeu? E quando voltava pra casa, voltava pra casa. Eu não sentia o reflexo de morar numa unidade (INTERLOCUTOR 3).

Indo ao encontro das investigações já relatadas e analisadas por outras pesquisas nesta mesma penitenciária, confirma-se a hipótese de que o modelo do sistema penitenciário nos anos 1980 era outro. E as tensões, “a fala do crime” (Silvestre, 2012), ainda não se encontravam presentes neste momento. Também, vai

ao encontro de minhas próprias memórias daquele tempo, dos “flashes” que possuo de morar em uma dessas casas. Sensações boas de um momento de difícil recordação, mas de sensações que, de certa maneira, julgo importantes de serem passadas para o papel. De todo modo, em 1992 dou início a uma jornada de quase 13 anos, como morador das casas destinadas à gestão, no complexo penitenciário Campinas-Hortolândia. Do que me lembro desses primeiros anos é uma mistura de cenários e eventos que ocorreram naquela época, e que pretendo trazer à tona nesta subseção dos trabalhos.

Estas primeiras lembranças, e aqui com a licença de trazer mais ainda a minha subjetividade para este texto. Lembro-me muito bem das noites naqueles primeiros anos, principalmente porque, como criança, me sentia um pouco assustado e apreensivo com a quantidade de insetos, cobras e sapos que estavam naquela rua, quase toda noite. Também me lembro muito bem do cheiro daquele lugar, sobretudo o cheiro da estação de tratamento de esgoto, que ficava no final da rua em que morávamos, bloqueada de nossa visão por um muro de concreto que ladeava todo o contorno da vila. Apesar de lembrar perfeitamente destes episódios diários, não me recordo de estranhar aquela situação ou de achar aquele cenário

caótico. Pelo contrário, lembro das crianças brincarem com toda a sorte de insetos que estavam por ali. Brincávamos com os “piolhos de cobra” e sapos que vinham aos montes nos visitar.

Quando uma cobra aparecia por lá, todos saiam nas ruas para ver os homens, a pauladas, darem conta de resolver os problemas que aquele infeliz visitante poderia causar. Uma das frases que mais me lembro ouvir é “sai de perto do bueiro”, o que no caso eram bocas de lobo do tipo “chapéu” que existem perto do meio fio, ao longo de toda a rua da vila. Talvez para os adultos, estas características daqueles primeiros anos não fossem tão agradáveis, já que grande parte das famílias que foram para lá naquela época, vieram de estabelecimentos prisionais construídos nos moldes das prisões de Itirapina, ou seja, lugares com uma infraestrutura e localização mais privilegiada. Digo isto também no sentido da própria proposta política que envolviam estes novos estabelecimentos prisionais. Como aponta Silvestre (2012), o momento que relato se encontra exatamente nos primeiros anos do grande “divisor de águas” na história do sistema prisional paulista, com o terrível “Massacre do Carandiru” em

1992.

O “massacre do carandiru” – como ficou nacionalmente conhecido – também marcou a história do sistema penitenciário paulista pelas mudanças de diretrizes e políticas para o setor a partir desta data, como a alteração nas instituições administrativas e novos projetos de construção e modelos de penitenciárias. [...] Ainda no ano de sua criação (1993), a Secretaria de Administração Penitenciária iniciou um amplo projeto de expansão de vagas no sistema penitenciário, com a construção de novas unidades prisionais em resposta, entre outras demandas, a questões humanitárias, como problemas de superlotação e pelas más condições de higiene e salubridade dentro das celas, que chegaram ao conhecimento público, principalmente após o “massacre do carandiru” (SILVESTRE, 2012, p.122).

Este foi o momento em que estes gestores foram designados a ocupar os cargos de direção, nas novas unidades prisionais em Hortolândia, a partir de 1991. Com o complexo ainda em construção, tudo o que cercava aquela localidade era envolto em um cenário com baixas condições de abrigar adequadamente os servidores designados para os cargos.

E- E quando você foi para Hortolândia qual que é a sua primeira lembrança?
Interlocutor - Minha primeira lembrança. A minha primeira lembrança em Hortolândia é quando eu vim ver a casa... E assim, era um lugar muito feio, sem asfalto, cheio de bicho subindo na parede, aquelas coisas. A gente saía, se chovesse era duro de voltar, entendeu? Porque era um lugar afastado, hoje não é mais assim. Mas era afastado, na verdade, no fundo, eu não queria vir, né?

E- Seu marido veio para ser diretor geral, já?

Interlocutor - Geral. É geral. Na P2, que ele inaugurou a P2. Ele veio, estava em construção ainda, então ele ficou um tempo sem preso.

E - Mas ele já ia trabalhar ou vocês ficaram ociosos?

Interlocutor - Ia acompanhar a obra sem preso, sem nenhum preso lá, depois inaugurou, aí demorou, não lembro quanto, demorou uns meses, bastante para inaugurar, aí foi na penitenciária

2 que ele inaugurou, depois eu não me lembro quanto tempo ele ficou lá. Aí o diretor da 1 saiu, aí ele foi ser diretor da 1 e ficou todo esses 12 anos lá.” (INTERLOCUTOR 12).

A sensação de estranhamento é claramente visualizada nos relatos acima, quando notamos a resistência em mudar de cidade, e o avivamento das memórias em uma espécie de comparação entre uma vida anterior “boa” e uma nova situação cheia de dificuldades. O resgate desses momentos nos permite ainda, uma percepção do “balanço” do que foi a experiência de morar na casa destinada aos gestores do complexo, fazendo o movimento inverso, ou seja, de alguém que morou naquele local por muito tempo e que agora, depois de muitos anos fora de lá, percebe ou reafirma o caráter negativo destes aspectos.

Ainda, este momento da chegada, nos mostra, cronologicamente, a grande

ruptura que existiu, sob o ponto de vista da profissão de agente penitenciário encarregado de gerir o sistema prisional, no sentido de inseri-lo nesta nova agenda em que as prisões paulistas passaram, na reformulação do papel da prisão na sociedade e seus primeiros movimentos no sentido de ampliação de vagas no sistema prisional. Ou seja, um conjunto de medidas que atingiu negativamente todo um ordenamento social, profissional, familiar e individual dos gestores penitenciários no começo da década de 1990. Isto causou, por certo, o início de um ciclo de readaptação para estes novos cargos, e novas maneiras de perceber as relações entre prisão e sociedade, do ponto de vista dos trabalhadores das prisões.

O mundo dentro do mundo, ou seja, uma ordenação particular e ambígua, de difícil percepção, tanto por parte do chamado “grande público” como dos próprios agentes neste processo.

O mesmo processo de “balanço” sobre as experiências passadas, trazem à tona o processo de normalidade pelo qual os indivíduos que foram socializados neste local puderem vivenciar. A “compreensão dessa coisa”, expressa na fala do interlocutor demonstra o caráter *sui generis* da vila, e ao mesmo tempo, sua “desconexão” com os modos de sociabilidade ditos como “normais”, palavra também usada em suas considerações.

De todo modo, a questão que parece nortear o discurso sobre os primeiros contatos com este novo local de trabalho e moradia, transitam entre dois polos. No caso dos indivíduos que tiveram sua sociabilidade construída ali, como no caso das crianças, a ideia de normalidade é sua grande marca. Não havia qualquer sentimento de ruptura ou desconforto – pelo menos no âmbito consciente – pelo fato de morarem naquele lugar. Em um outro sentido, as dificuldades dos familiares e do próprio corpo diretivo, tornam-se evidentes nas falas que coletei. Isto porque são indivíduos que possuem os pilares de sua formação e representação do mundo formados fora daquele espaço, e portanto, fortemente susceptíveis aos impactos de uma mudança no cotidiano de maneira tão abrupta.

4.6 NATANAEL, UMA PAISAGEM E NUENS DE ALGODÃO

Um daqueles momentos raros quando, em um ambiente tão marcado pela violência, algumas sutilezas e gestos me marcaram profundamente. Havia um rapaz

de cabelos lisos chamado Natanael. Lembro-me de que um dia, logo após chegar em casa, ainda criança, vi dois homens com os uniformes dos detentos, olhando uma das paredes externas de casa. Perguntei aos meus pais o que estava acontecendo. O que me responderam algo como: este preso vai pintar um quadro aqui na parede de casa. Fiquei surpreso, e profundamente animado com aquele acontecimento. Surpreso porque não compreendia ao certo as possibilidades de um detento ser, ao mesmo tempo, detento e artista. E animado por razões óbvias, poderia presenciar um artista pintar um quadro enorme, provavelmente algo por volta de 2 metros de comprimento por 1,5 metro de largura.

Pergunto a meus pais se poderia acompanhar processo de confecção daquele quadro. Deixaram. Fiquei a semana toda, no alto dos meus 7 ou 8 anos, acompanhando cada traçado que o artista fazia. O grande desafio para mim era descobrir, o mais rápido possível, qual era a imagem que iria se desvelar. Lembro-me de que era sério, e seu cabelo muito preto e muito liso, dava a impressão de que teria sido obra do próprio artista, que confeccionou cabelos para si mesmo. De todo modo, observava as tintas, os pincéis e todas as ferramentas que foram providenciadas para que ele pudesse terminar seu trabalho.

Sempre acompanhado por um guarda, responsável pela nossa “segurança”, o criminoso, com suas armas tonalizantes, começava seu trabalho rabiscando com pedaço de grafite grande as linhas que posteriormente seriam pintadas. Com uma calma e paciência somente presente nos artistas e nos que tinham raras oportunidades de liberdade em uma prisão, Natanael traçava e coloria. Aquele evento tornou-se para mim um compromisso diário de observação. Ao chegar da escola, parava por vários minutos na frente daquele imenso quadro, tentando decifrar seu resultado final. Passados alguns dias observando o quadro, descubro: uma paisagem campestre, um final de tarde no campo, onde um riacho percorria todo o quadro, verticalmente, e ia se alargando até chegar em uma pequena choupana, onde havia um cavalo perto da margem.

Ao chegar perto do fim de sua obra de arte, noto que ele estava terminando de pintar o céu, colorindo com azul ao redor das nuvens. Essas nuvens me intrigavam porque possuíam uma textura incrivelmente realista, e não conseguia entender qual foi a técnica que ele teria usado para conseguir tamanha precisão. Tomo coragem e

pergunto como ele fazia as nuvens. Depois de um momento de silêncio me responde: São feitas molhando a tinta no algodão e, como uma esponja, depois de embebidas em tinta, só é necessário tocar a parede para conseguir este efeito. Foi a única vez que conversei com Natanael. Em um dia qualquer, ele já não estava mais lá. Apenas um quadro enorme, a paisagem que ele pintara durante algumas semanas, estampada em uma das paredes da área externa da minha casa. Fico pensando os porquês de sua passagem pela prisão. Espero realmente que aquele quadro tenha provido a ele algum sopro de liberdade em meio à sua privação.

É claro que Natanel não era o único detento que podia exercer atividades fora da prisão. O trabalho (remunerado ou não) fazia parte do dia a dia dos presos principalmente em um momento em que as “prisões albergue” ainda eram a política prisional vigente no Estado de São Paulo. Como indicado por Silvestre (2012), a partir da década de 1970, e sobretudo com a criação da COESPE, as políticas ressocializadoras dentro dos presídios ganham um certo protagonismo durante alguns anos. Estas políticas tinham como ponto fundamental a ideia da ressocialização pelo trabalho, onde os presos poderiam exercer atividades profissionais durante os dias, voltando para a prisão ao fim do expediente.

Estas atividades, variavam de acordo com a localização da unidade prisional e dos acordos entre o corpo gestor e os eventuais empregadores. Em uma época de autonomia da gestão prisional, os diretores tinham total liberdade de alocar os detentos nas mais variadas funções. Em uma conversa com um interlocutor, me contou que as triagens variavam de unidade para unidade prisional, ficando ao encargo de cada gestor elaborar suas estratégias. Me conta que, em sua unidade, ainda no início dos anos 1990, criaram o RO (Regime de Observação). O RO tinha como função identificar, através da leitura de prontuário e da observação do comportamento cotidiano do preso durante algumas semanas, seu grau de periculosidade. Ao chegar na unidade prisional, o preso recém-chegado era encaminhado para a inclusão³⁰, onde após este período de observação era encaminhado para um dos três raios da unidade. No raio 1 ficavam os presos de menor periculosidade, no 2 os de médio grau e 3 os mais perigosos. Dessa maneira,

³⁰ É chamado “inclusão” o primeiro procedimento em que o detento é submetido ao ingressar em uma prisão. É neste momento em que o preso tem sua documentação verificada e sua cela designada.

os detentos que tinham a possibilidade de trabalhar fora da unidade eram sempre os que estavam alocados no primeiro raio. No caso da vila, os detentos eram encarregados de cortar a grama, fazer reparos ou reformas nas casas. Normalmente entre 5 a 10 presos, escoltados por guardas passavam as tardes nos quintais fazendo esses serviços.

Interessante notar também que não havia sensação de medo em relação a presença dos detentos nas casas.

E - O que você achava dos presos que iam trabalhar lá?

Interlocutor - Achava de boa. Eu não tinha o menor medo, eu tinha uma curiosidade, eu lembro de um cara, inteiro tatuado, meio loiro, assim, mas eu lembro, os caras não olhavam para a gente. Não olhava. A gente podia sair com uma melancia na cabeça e os cara nem aí (INTERLOCUTOR 11).

Veja que a ausência de medo também pode ser compreendida como uma clara separação entre a posição que o preso ocupa na hierarquia prisional. Em um momento onde a autoridade do gestor era total e certamente onde parte desta autoridade vinha de procedimentos de controle violentos por parte dos encarregados da segurança na prisão, os detentos não olhavam para os filhos dos gestores não apenas por uma espécie de respeito hierárquico, mas porque tinham medo. Medo de que um contato visual, ou uma conversa, poderia desencadear uma falta disciplinar ou mesmo algum tipo de assédio moral, que resultaria sem dúvidas em duras punições. Isto remete sem dúvidas à própria história das prisões. Como vimos nos capítulos anteriores, a violência física contra os detentos sempre fez parte da pena de privação de liberdade. Os maus tratos, no Brasil agravado pela sua brutal desigualdade social e pela ditadura militar, o detento sempre estava potencialmente prestes a cumprir uma espécie de pena pré-moderna infligida em seu próprio corpo, como podemos observar em Moraes (2005) e Silva (1999). As gestões caminharam entre a linha da violência e recuperação. Naquele momento, no complexo Campinas-Hortolândia, grande parte do corpo diretivo vinha de unidades do tipo “prisão albergue”, principalmente Itirapina-SP, o que pode sugerir que as estratégias herdadas dessa unidade foram realocadas para o complexo, como por exemplo o trabalho nas casas. Por outro lado, é impossível descolar essas heranças ressocializadoras com a prática já enraizada de gestão prisional, distante de questões humanitárias.

4.7 O COTIDIANO

Para mim, os anos transcorreram com uma certa calma e naturalidade. O esforço de todos para tornar da vila um local de saudável convivência, tomou forma ao longo dos anos a partir de um longo processo de solidariedade e coesão de grupo. Havia um esforço grande nesse sentido. Principalmente em relação aos responsáveis pelas crianças e adolescentes que viviam naquele local. Ao longo deste processo de solidificação das relações, desenvolveu-se uma espécie de método sistemático de conduta, que perpassa todas as famílias. Rituais diários de interação que foram se constituindo como a base de toda construção da subjetividade e solidariedade naquele local.

E: A primeira coisa que eu queria começar a conversar é o seguinte, se você pudesse explicar a vila que a gente morou, para alguém, você deve ter tido a oportunidade de fazer isso algumas vezes, para quem não tem a menor ideia do que seja, o que é que vocêalaria para essa pessoa?

Interlocutor - Era quase um mundo paralelo lá. Você vivia tipo numa comunidade paralela. Era uma coisa, você convivia no dia a dia aquelas neuras dos pais, daquele lugar, sempre perto de um lugar associado a uma cadeia, um presídio. Era um mundo paralelo pro bom e pro mal, eu acho. Eu imagino que é mais ou menos isso Interlocutor - Porque você vê, até quando os amigos nosso de fora iam lá, para eles era diferente.

Interlocutor- Então, sei lá, você tinha aquele núcleo lá, que era muito próximo, era um núcleo bem fechado, eu acho, nesse sentido e as raras vezes a gente recebia pessoas de fora, visitavam e depois iam embora, era bem fechado. Por isso que eu acho essa analogia ao mundo paralelo.

Interlocutor - A gente brincando na rua, panela, basquete, futebol. Eu lembro dessas coisas. Porque quando você é criança. Nesses momentos de interação, eu acho que era essas brincadeiras. Eu lembro dessas coisas. A primeira coisa que me marca é isso. Era mais constante também. Isso era quase que diário (INTERLOCUTOR 8).

Nos dias de semana a rotina se construía a partir dos horários dos familiares que trabalhavam no sistema penitenciário. Era muito raro sairmos de nossas casas enquanto nossos pais não voltassem do trabalho. As crianças iam para a escola, os pais ao trabalho, e os outros membros da família cuidavam das casas. A rua era silenciosa. No decorrer da tarde, as mães visitavam umas às outras para tomar um café trazendo quitutes, ou telefonavam para conversar³¹. A tarde ia se consolidando nestes eventos internos das casas. Se brincássemos, brincávamos dentro de casa, recebendo ou indo a casa de alguns colegas. É claro que não existiam acordos

³¹ Os telefones das casas eram conectados através de ramais, contendo três dígitos, e cada casa possuía seu número.

explícitos em relação levar essas atividades para fora do espaço das casas.

Os motivos para que as atividades fossem direcionadas para dentro das casas eram muito práticos, ainda que, segundo as entrevistas que coletei, este assunto nunca foi acordado de maneira verbal, mas sim de uma maneira tácita. O primeiro motivo era a preocupação com as possíveis fugas dos presos. A distância quase inexistente entre o perímetro da prisão e a vila, faziam com que os desdobramentos de uma possível tentativa de fuga pudessem ser direcionados para aquela localidade, no caso por exemplo de um preso se dirigir para aquela área. Mesmo sendo um local percebido pelos agentes como seguro, já que partem do pressuposto de que um preso jamais iria se dirigir para a casa de um “diretor”, o risco existe, principalmente porque a arquitetura do complexo penitenciário facilitava um possível planejamento. Sabaini (2016) descreve esta percepção em uma entrevista com um de seus interlocutores em relação a segurança das vilas em Itirapina.

Você acha que o preso vai fugir e entrar na casa do diretor? Ele quer é fugir para a rua. E nenhum ladrão que tá na rua vai ser louco de entrar na cadeia pra roubar a casa de alguém de lá de dentro. Tudo o que a unidade recebe de comida, por exemplo, uma parte é destinada para as casas dos diretores. Não paga água, nem luz; o salário sai limpo. Vai leite, legumes, carne, arroz (ASP). (SABAINI, 2016. p. 146).

A questão colocada pela entrevista de Sabaini (2016) é interessante porque demonstra o discurso padrão de prestígio ligado ao cargo de direção e como estes privilégios são colocados em prática no discurso quando questionados sobre a capacidade de manter a segurança nos locais de moradia da gestão. Lembrando que parte desse prestígio está na própria ideia de verbalizar uma narrativa de segurança em um ambiente considerado inseguro. Por outro lado, quando nos adentramos nas micro-relações e nas formas de organização familiar destes mesmos gestores, observamos que o sentimento de insegurança existe e pauta as decisões cotidianas.

Interlocutor - Às vezes ocorria fuga lá, essas coisas, a gente saia na viatura lá e ia lá corria para aqueles canto, corria a linha, ia até a cidade vizinha. Todo mundo.

E - Pegava o carro e ia.

Interlocutor - Ia a pé, pegava, porque lá em Itirapina, naquela época, o preso chega, ele chega dentro de uma viatura e entra dentro de uma unidade e ele não sabe onde ele está. Ele não tem noção de onde ele está. Entendeu? É como se ele tivesse entrado com o olho vendado. Você entendeu?

E - Ah, é?

Interlocutor - Claro. Ele não sabe onde ele está, ele não tem noção de onde ele está. Por exemplo, recebia preso da penitenciária do Estado, então lá

dentro da penitenciária do Estado, ele era embarcado lá dentro da penitenciária do Estado dentro de um carro oficial e descia dentro da unidade de Itirapina. Então ele descia lá, mas ele não sabia onde ele estava, ele só mudava, é como se fosse só isso daqui e fosse passar. Você não sabe o que se tem lá.

E - Mas ele não era avisado pra que unidade ele ia?

Interlocutor - Sim. Onde ele ia ele sabia. Entendeu? Sabia. E quando ele fugia ele não tinha noção de onde ele estava.

E - Não conhecia a cidade.

Interlocutor - Ele não descia para a cidade ele ia geralmente para a fazenda do Estado ou acompanhava a linha do trem.

E - Acompanhava a linha do trem ali, pode crer.

Interlocutor - Nunca para a cidade, sempre sentido São Carlos. Quase que 100% dos presos que fugiram de lá nós acabava capturando. Por causa disso, eles não sabiam onde estavam.

E - E ele em direção a estrada e não ia.

Interlocutor - Procurava uma estrada. Procurava uma coisa pra se nortear. Você entendeu? Diferente, por exemplo, da P1 de Hortolândia que o cara da cela via tudo, via a vila, via a outra vila.

E - É porque é alto.

Interlocutor - Alto e não tinha nada que impedisse. Em Itirapina era assim. Tinha acesso, retangular, assim, e aqui tinha um muro. Então quando ele saía e olhava pra janela ele olhava o muro, ele não via outra coisa.

E - Não tinha como planejar pra onde ele ia.

Interlocutor - É planta baixa.

E - E Itirapina é dentro de um vale também. Não tem como o cara saber.

Interlocutor - Em P1 não tem muralha, a P3 já tem muralha.

E - Então dava pra planejar onde ele ia.

Interlocutor - Tinha aqueles resgates, aqueles treco todo lá. Você entendeu?

E - Mas, por exemplo, lá em Hortolândia quando eles fugiam eles fugiam pra onde?

Interlocutor - Geralmente eles fugiam pra estradinha, sabe, que margeava as nossas casas?

E - Por aquela estradinha de terra, a entrada? Bem perto das casas, né?

Interlocutor - Justamente. Por isso que eu plantei aqueles eucaliptos lá (nos fundos das casas).

E - Ah, foi por isso?

Interlocutor - Pra proteger das balas (INTERLOCUTOR 2).

Nota-se nesta entrevista que a preocupação com a segurança das famílias dos gestores está a todo momento reorganizando as dinâmicas sociais e espaciais, para que os riscos de morar em um lugar tão próximo ao complexo sejam minimizados ao máximo. E o segundo ponto a ser considerado é que o final do expediente de trabalho significava também que os presos estariam certamente trancados em suas celas e que, ao regressarem do trabalho, os diretores teriam conseguido administrar os eventuais problemas que poderiam surgir e, portanto, os riscos de alguma eventualidade seriam menores. Por isso o acordo tácito em não frequentarmos a rua durante o horário de trabalho.

Em uma das entrevistas, que coloque a seguir, este cotidiano acabou sendo registrado de maneira exemplar:

Interlocutor - Eu achava a minha mãe tinha preguiça de ficar lá fora, tinha vez que minha mãe tinha preguiça, não estava afim de ficar lá fora com nós, para mim era meio isso, falava: porra, ela ficava brava. Eu não entendia porque minha mãe tinha medo que a gente ficasse lá fora. Enfim, enquanto meu pai não estava em casa, então eu ficava esperando meu pai chegar e era uma espera infinita, né? Que eu fazia lição de casa, eu odiava fazer lição de casa, nunca gostei, mas fazia, né? Eu nem lembro cara, fazia, tinha que fazer, aí tinha que esperar chegar e às vezes a gente conseguia burlar, pegar a chave e tal, tinha trinco em cima assim, eu tinha que, não sei se era um trinco ou se tinha que abrir, era um prego, tinha que tirar e fazia barulho aquela porta, saía correndo, tinha que tirar bem devagarzinho, aí saía e minha mãe sempre aguardava. Aí quando meu pai chegava a gente ia jogar bola na rua, até sei lá, até ficar com falta de ar, sei lá, jogava muito tempo. Nem sei como que eu aguentava correr tanto tempo seguido, era muito tempo correndo. Ia embora de noite, acho que era todo dia, a gente chegava lá, jogava bola todos os dias. Parecia que era uma regra, velho, parecia uma regra, assim. E eu curtia muito, velho. Curtia muito, era bem legal, travinha né? Era bom. Enfim. Era uma rotina, né? Mas eu fico pensando, **a gente tinha uma vida muito de rotina, tá ligado? Era todo dia igual, era todo dia igual, igualzinho, velho. Tá ligado?** Não tinha, as pessoas têm rotina, né? Mas a gente tinha uma rotina muito cheia de horários, chegar da escola, a gente chegava em casa e tal, aí tinha horário para sair e aí jogava bola, entendeu? Eu lembro de muitas coisas assim de horário, de domingo tinha que dormir quando acabasse o Sai de Baixo eu tinha que dormir. E fim de semana churrasco, fim de semana churrasco e também tinha sempre tinha uma certa rotina, churrasco também, mas em casa sempre pelo menos um dia do final de semana em casa. E era muito churrasco, meu pai ia colocando o som, eu curtia muito esse começo do churrasco, meu pai colocava o som lá fora, botava um Cidade Negra, começava e a gente curtia, ia escurecendo e chegava a galera, aí festão e tal, galera bebia. E aí só alegria, só alegria. Isso era muito bom (INTERLOCUTOR 11, grifo do autor).

Depois da chegada dos gestores, havia um intenso movimento na rua. Campainhas eram tocadas, crianças saíam nas ruas para brincar e os familiares sentavam-se em cadeiras na calçada, em frente a uma das casas (normalmente em frente à casa do diretor geral), e ali havia uma pequena confraternização, como que para comemorar mais um dia de trabalho. Sempre com uma música ao fundo, preparamos na rua duas traves pequenas para marcar os limites do campo, e o jogo de futebol começava. Ali na rua, os duelos diários eram intensos e duravam até por volta das 20 horas. Todos os dias, as reuniões aconteciam obedecendo este mesmo procedimento.

As famílias entravam e saíam de suas casas sempre com algum alimento preparado e levavam para a rua, colocavam as travessas em bancos e ali mesmo, com guardanapos de papel, tomávamos nosso café da tarde. Cada família trazia alguma coisa. Quando a noite caía e os jogos de futebol já tinham chegado ao seu fim, sentávamos todos nas calçadas para uma última conversa antes de todos se

recolherem para suas respectivas casas.

No trecho destacado da entrevista acima notamos claramente as regras do cotidiano que se estabeleciam. Rotinas com horários rígidos, atividades sempre muito parecidas. Se observarmos atentamente, é possível perceber que por trás deste relato estão regras de controle dos corpos, do espaço. Inclusive da própria alimentação, se retomarmos as discussões sobre a “per capita”. Isto nos remete de uma maneira muito rápida a um outro cotidiano que acontecia a menos de 60 metros dessas casas: o cotidiano da prisão. A tranca, banho de sol, horário de almoço, visitar, futebol. Em outras palavras, a prisionização. A vila produz um cotidiano em que a prisionização age de maneira tão intensa que algumas das regras próprias do controle da população carcerária começam a escorrer para o cotidiano deste grupo que está “livre”, nos fazendo pensar até que ponto realmente o são.

De todo modo, foram poucos os momentos que me lembro sem algum tipo de confraternização. Na maioria das vezes, nos finais de semana, os moradores das casas se reuniam para fazer um churrasco. O local em que o churrasco acontecia variava de acordo com o fim de semana, mas também obedecia certos rituais. Todos os moradores eram convidados e levavam suas famílias. As crianças brincavam – desde que dentro da casa – e os familiares confraternizaram com comidas, bebidas e muita música. Este talvez fosse o momento onde as preocupações relacionadas à prisão fossem deixadas de lado. É claro que sempre havia a chance de que alguma coisa pudesse acontecer e sempre me lembro de que os rádios portáteis de comunicação estavam sempre com os diretores, em cima das mesas, ligados.

O esforço de transformar a vila em um lugar prazeroso era enorme. Tínhamos poucas oportunidades de fazer viagens em decorrência da necessidade da presença física do corpo diretivo perto da unidade prisional. Isso fazia com que grande parte das comemorações mais importantes do ano (Natal, Ano Novo, Carnaval, Festa Junina, etc) fossem passadas lá. No começo da década de 1990, ainda não havia sido implantada a distribuição dos presos em relação à sua periculosidade ou pena.³³ Ou seja, na prática, haviam muitas tentativas de fuga. Não havia um mês em que não houvesse pelo menos um evento dessa natureza.

Lembro-me da relação que fazíamos com as fugas, enquanto crianças que moravam a menos de 100 metros dos alambrados da prisão. Pra nós, tudo era

brincadeira, aventura e diversão. É claro que sabíamos que eram tiros, sirenes e que havia uma certa chance de sermos atingidos. Mas estávamos acostumados. Para ser mais exato, praticamente nascemos ali naquelas casas. A geração de crianças que conviveram comigo naquele intervalo entre 1991-2003 eram todas praticamente da mesma idade. Talvez com 1 ou 2 anos de diferença para mais ou menos, estávamos todos tendo as primeiras experiências da vida ali naquele local. Em todos estes momentos de confraternização que descrevi até agora, a possibilidade de que houvesse uma tentativa de fuga sempre existia, e sabíamos. Mas não nos preocupávamos. Talvez porque no fundo soubesse que nossas famílias iriam resolver estes problemas, como sempre resolviam.

As festas, confraternizações e a normalidade do cotidiano eram um esforço coletivo. Estávamos em um lugar em que até sua arquitetura remete a um processo histórico de exploração, como vimos nas seções anteriores. O desenho projetual da vila promoveu uma aproximação tão intensa entre trabalho e vida pessoal, que nós, os moradores, não sabíamos ao certo qual era este limite. Talvez o esforço para que este limite se estabeleça esteja justamente neste esforço conjunto de prover àquela localidade um processo de convivência que se aproximasse ao máximo das experiências que os familiares tiveram antes de serem chamados para morar lá. Isto acabou gerando uma espécie de configuração muito particular, com regras de convivência ímpares, regras rígidas que possibilitavam uma resistência subjetiva à exploração do trabalho. Nem totalmente livres, nem totalmente presos. Nem totalmente seguros. Nem totalmente inseridos na sociedade. Nem totalmente vistos.

4.8 DUAS VISITAS

Todos os finais de semana as ruas de acesso à penitenciária ficam abarrotadas de pessoas, centenas de carros, barracas, pequenos comércios improvisados transformam a paisagem da prisão consideravelmente. Mesmo tendo dias separados para que todas as unidades do complexo Campinas-Hortolândia não tenham visitas todas ao mesmo tempo, a quantidade de pessoas é enorme. Não é de se estranhar, já que contam com mais de 12 mil pessoas presas. As condições de alojamento e refeição dos visitantes são extremamente precárias. Tudo é controlado coletivamente pelas próprias visitas ao longo de sua chegada. Majoritariamente

mulheres, começam a chegar no perímetro da unidade durante a semana, mesmo as visitas acontecendo somente aos finais de semana, para pegar fila³² me disse uma vez uma senhora anos atrás.

O jumbo em caixas plásticas transparentes ou sacolas, as mulheres que chegam no meio da semana e que não têm condições de se alojar em outros lugares, seja por falta de condições financeiras, seja pela fila. Precisam dormir em barracas ou dentro dos carros, com as portas abertas. Ficam de quarta-feira até o fim da visita no final de semana nessas condições. Presenciei incontáveis vezes, passando pela entrada do complexo, durante a noite, madrugada, e estavam todos lá, um enorme amontoado de pessoas, dormindo ao relento nas portas da prisão, na rua.

Lembro-me que quando criança, em um dos finais de semana em que fazíamos churrasco nas casas da vila (não me lembro exatamente qual), um evento me marcou profundamente. Era noite e enquanto brincávamos dentro do quintal - pois jamais saímos na rua sem os adultos e em um horário desses - uma mulher aproximou-se chorando, com os olhos marcados, a roupa suja, pés descalços e onde deveriam estar seus brincos somente podia ver um rasgo em suas orelhas e muito sangue. Ela queria falar com o diretor. Lembro-me que entrei em pânico, o diretor era meu pai, e eu criança com a certeza que aquela mulher iria fazer algo de ruim com ele. Lembro-me do meu pai e o diretor de segurança pulando o portão - os portões eram sempre fechados com cadeados a noite - e indo falar com esta mulher, que conta que tinha apanhado do marido e pedia ajuda. Nunca vou me esquecer desta cena. O desespero nos olhos daquela mulher, sem ter para quem recorrer, e indo buscar socorro. Uma tragédia corriqueira, mas mesmo assim inesquecível.

E-Teve algum momento na vida que você ficou com medo de alguma coisa? Que você lembra? Alguma coisa que você ficou desconfortável, alguma coisa, não precisa ser necessariamente relacionada com preso, entendeu?
Interlocutor - Eu lembro que no campinho para mim, ali tinha alguma coisa, entendeu? O campinho já meio dá para ver a favela de certa forma, o pessoal também ia jogar bola ali, tal. Tinha isso, uma vez apareceu uma mulher que tinha apanhado do marido, uma festa na casa do (nome suprimido), que estava com a orelha rasgada, até do brinco, não sei se você lembra disso
E – Lembro.

³² As visitas aos que estão presos ocorrem nos finais de semana. Suas famílias costumam chegar com antecedência, já que a ordem de entrada é por chegada. Por isso, muitas famílias chegam dias antes, armando barracas do lado de fora do complexo penitenciário, na beira da rodovia. Os familiares costumam começar a chegar entre quarta e quinta-Feira. Carros, vendedores informais, barracas e muita movimentação transformam a fachada do complexo é uma reunião de centenas de pessoas, que dormem na beira da estrada, esperando a abertura dos portões para visitar seus familiares presos.

Interlocutor - Você ficou mais nervoso que eu até, o (nome suprimido) pulou o portão para falar com ela, aí foram dar água com açúcar para você, eu era menor, eu estava meio ali, eu lembro que esse dia eu fiquei com medo, porque foi o medo de contato, que tinha as pessoas que faziam faxina nas casas, mas era sempre uma relação de patrão, a gente era criança também, então não tinha muito essa não. Acho que esse foi um momento que eu fiquei assustado. Quando meu pai, quando teve a rebelião no estado de São Paulo eu fiquei com medo, que acontecesse alguma coisa com meu pai, não comigo, com a gente, nem nada, essa vez eu fiquei com medo, de pegarem meu pai, essas coisas. Eu era um pouco mais velho já (INTERLOCUTOR 11).

Este foi um acontecimento marcante. A mediação dos conflitos pelos familiares da vila nem sempre era eficiente. Algumas vezes, a realidade sem filtros mostrava sua verdadeira face, e neste caso, personificada na figura dessa mulher. Este evento trazido à tona pelo interlocutor acima demonstra que, primeiro, essas estratégias de proteção existiam e de certa maneira funcionavam. Também, o medo do contato nos indica o quão intensas eram as relações de solidariedade do grupo, reativas a tudo o que estivesse fora de seu perímetro. Tudo era controlado, inclusive o trânsito de pessoas fora das relações familiares. Claro que esse controle não era do tipo formal, mas parte das estratégias adotadas pelo grupo para manter a sua coesão. O trânsito de pessoas dava-se através dos serviços de empregadas domésticas e dos já relatados serviços prestados pelos detentos. Em outras palavras, as relações sempre precisavam ser mediadas pela prisão. Quando algum evento não mediado eventualmente ocorria, havia uma espécie de ruptura do ordenamento do grupo, causando tensões e rupturas (ainda que breves) na normalidade do cotidiano. Este relato também conecta-se com a sessão anterior, na medida em que contrasta a percepção do interlocutor em relação às diferenças na periculosidade das fugas, e das rebeliões. Em todas as entrevistas que coletei com os filhos e filhas dos gestores nessa época, não há nenhuma menção sobre o medo dos tiros e das fugas. Ao contrário, e como espero já ter deixado claro, o sentimento era de tranquilidade e adrenalina. Já no caso das rebeliões, o discurso é sempre o medo. De fato eram situações mais raras, mas que ao longo do tempo, começaram a ter certa frequência, muito por conta do agravamento das condições das penitenciárias por conta da superlotação e sobretudo pelo início da organização dos internos, no sentido de dar início ao que ficou conhecido como o PCC.

4.9 OS ÚLTIMOS ANOS

Não arriscaria dizer que o processo de “reinserção” na sociedade, depois que saímos de lá é similar para todos. Cada um absorve e reproduz seu prisma de realidade da maneira como sua subjetividade filtra os estímulos que nos chegam. É claro. Mas é possível dizer que há um processo. Acredito que poderia dividir este processo em duas partes: a tomada de consciência do lugar onde morávamos, os reflexos nas relações estabelecidas lá em conjunto com as mudanças nas políticas prisionais paulistas a partir de meados da década de 1990.

Conforme íamos crescendo, o nosso repertório social, principalmente com o “mundo exterior”, tornou-se maior. Criamos relações nas escolas, nos cursinhos, faculdade, relacionamentos e etc. Estes pontos de inflexão trouxeram uma espécie de tomada de consciência do lugar em que morávamos e das condições *sui generis* das configurações sociais que ali se estabeleciam. Mesmo no caso dos gestores e familiares, que passaram pelo processo de construção da realidade fora daquele local, o processo de estranhamento também é visível.

O fato de tornar-se diretor, dentro do sistema prisional, é símbolo de *status*. É a chegada ao topo da hierarquia profissional e a garantia do respeito e credibilidade da profissão. Não há diretores que se envergonhem de sua profissão. De fato, os benefícios são muitos. Além do aumento significativo de salário, há ainda o fornecimento de alimentos semanais, a chamada *per capita*, a permissão de morar em uma casa com uma grande área construída e principalmente, receber a alcunha de Doutor, como procurei detalhar nos capítulos anteriores.

É muito comum nas conversas entre os agentes, principalmente os que já tem muita experiência ou que já ocuparam os cargos de gestão em algum momento da vida, de se mostrarem solícitos a um recém diretor, alertando-o para que ele não fique deslumbrado³³ pelo cargo. No fundo, o significado desta frase é a de que os cargos de gestão e tudo o que envolve a profissão, incluindo morar na casa destinada aos gestores, gera inevitavelmente uma profunda reorganização da vida dos gestores, onde a prisão passa a permear todos os aspectos da vida pessoal de quem atende a estes cargos, para o bem, e para o mal. É corriqueiro observar os relatos de ex-gestores que, ao buscarem subir nas hierarquias profissionais para adquirir uma melhor condição de vida, aceitam o cargo de gestão, e com o tempo começam a

³³ Adjetivo usado em uma das conversas em que estive presente.

perceber que este cargo não vale a pena³⁴. Mas sobretudo é corriqueiro são os relatos de ex-gestores que, ao saírem da posição de gestor, relataram (em suas próprias palavras ou através de seus familiares) uma melhora significativa de qualidade de vida, mitigada pelos anos no comando de uma penitenciária.

[Sobre a influência da prisão]:

Interlocutor - Nossa é difícil falar isso. Porque seu pai sempre viveu isso, nossos pais sempre viveram isso a vida toda. E aí a gente manteve esse diálogo com nossos pais, mas então é influência direta do meu pai. De sempre estar correndo das coisas, sempre ser super estressado, até hoje é super estressado, super, tipo, explosivo. Tem essa questão que ele quer, ele acha que respeito tem a ver com autoridade, agora eu não sei se é uma questão geracional ou tipo do ambiente em que eles estavam. Eles estavam muito tempo lá dentro, né? Então, eu acho que essa questão acaba influenciando indiretamente nessa questão de ser autoritário tipo o meu pai. Ele não tem mais aquele, é que ele tem ainda coisas que são recorrentes eu acho. Continua pensando, ah, sei lá, se era também um trabalho dele muito próximo e aí cheio de ah, um falar mal do outro e aí crítica e até hoje tem as pessoas isso, isso aqui, se importa muito com o que as pessoas acham dele, a condição que ele estava e que não tava. Ainda tem coisa recorrente, mas isso melhorou muito depois que ele saiu desse meio. Mas ele ainda tem mania, às vezes se achar polícia, que ele não é nada, não tem nada, nenhuma relação. Eu acho que é assim, eu tinha meio aversão a isso. O que gerou em mim é uma aversão, tipo, a qualquer discussão, a qualquer no sentido de carteirada. Mas eu acho que é uma questão de oposição a tudo o que eu achava de exacerbado no meu pai (INTERLOCUTOR 8).

A dificuldade em estabelecer uma relação coerente entre o “eu” e o “outro” é clara nestas afirmações. Os anos à frente de uma penitenciária e as profundas mudanças na própria construção do “eu” fazem com que o gestor tenha dificuldades em entender o próprio processo no qual se insere. É como se, ao permanecer por longos anos inseridos na lógica prisional, ela acompanhasse o seu “eu” indefinidamente, mesmo depois de não exercer mais este papel de gestão. Este eco da personalidade reconstruída gera enfrentamentos em diversas esferas da vida privada, inclusive na própria família. É como se, ao passar pela experiência dura e intensa de gerir uma penitenciária, o indivíduo e o cargo se fundissem em um só ser. Não à toa o termo “doutor” é sempre usado no tratamento de ex-gestores, mesmo que tenham desempenhado o cargo há muito.

Com efeito, a fala do deslumbramento pelo cargo tem também um caráter pedagógico. Pretende sugerir ao recém gestor a tomada de consciência da efemeridade e das consequências do cargo que ocupa. Os conflitos são intensos e

³⁴ Frase usada por um dos interlocutores, registradas no diário de campo.

por vezes deixam marcas permanentes naqueles que aceitam percorrer o caminho da gestão. Ainda, nos ajuda a entender suas ambiguidades. O prestígio do cargo em detrimento ao desprestígio das condições insalubres do cargo.

Este é o primeiro aspecto. Um outro ponto para considerarmos está um pouco mais definido na história. As mudanças nas políticas prisionais a partir da década de 1990, trouxeram, como vimos anteriormente, um grande incentivo ao encarceramento e a construção de penitenciárias em todo estado. Ao longo deste período, mais 5 penitenciárias foram construídas no complexo em que morei. Ao mesmo tempo, as políticas do então secretário Lourival Gomes em distribuir os detentos em relação às suas penas e crimes, fez com que a lógica prisional também se modificasse. Isto aliado com o crescimento do PCC e a organização dos presos em torno desta facção, fizeram com que houvessem grandes mudanças na forma como os moradores das casas destinadas aos gestores interagem com a prisão.

Primeiro porque todos esses processos causam uma imensa disputa na massa carcerária. Fugiam cada vez menos presos, e no entanto as rebeliões passaram a entrar em cena de maneira mais incisiva. Também os avisos de sequestro. Presenciei diversas rebeliões e uma ameaça de sequestro no tempo em que fui morador dessas casas.³⁵

Essas transições foram lentas, quase imperceptíveis. O que se percebia, no entanto, era o aumento da sensação de insegurança entre os moradores, o esgotamento do cotidiano de convivência estabelecido desde que essas famílias foram morar lá. Gostaria de exemplificar alguns desses episódios:

Lembro de acordar de madrugada com uma rajada interminável de tiros. Sirenes e uma agitação dentro de casa. O rádio do meu pai ligado e uma conversa com os guardas das torres externas, próximas ao alambrado da penitenciária. Levantei assustado porque sabia que alguma coisa estava errada. Quando levanto, pego a conversa dos meus pais em meio a uma decisão de sairmos de casa naquele momento. Fiquei preocupado. Era uma rebelião grande, disseram. Arrumamos as coisas e fomos para o carro. Meu pai ficou.

³⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm2802200101.htm>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/03/cotidiano/2.html>>;<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,desativação-do-carandiru-superlota-presidios-no-interior,20020916p19816>>.<<https://www1.folha.com.br/cotidiano/ult95u27697.shtml>> Acesso em 27 fev. 2019.

A única estrada que dava acesso à rodovia, era uma longa estrada de terra que passava ao lado dos alambrados. Lembro-me de ouvir de dentro do carro um barulho que parecia com o grito das torcidas nos campos de futebol. Olho pela janela e vejo fogo. A cadeia estava viva. Olhando atônito para aquela cena, alguém me puxa pelo braço e me diz: abaixa, cuidado com os tiros. Fomos até uma outra cidade e passamos alguns dias lá até que a situação voltasse ao normal. Mas não voltou. Alguns meses após regressarmos às nossas casas, uma notícia de que alguns criminosos iriam sequestrar e matar os familiares de alguns gestores das penitenciárias de São Paulo começou a circular. Íamos a escola escoltados, não saímos de casa. A tensão tornou-se insustentável.

Algumas semanas antes de sair de lá, lembro de olhar a rua vazia e sem ninguém, todas as outras famílias já tinham se mudado. Eu não tinha ideia do que esperar e uma sensação de vazio tomou conta de mim e chorei. Não sabia como seria o mundo lá fora, tive medo. Mudei de lá dois anos após a megarrebelião de 2001, a qual relatei brevemente. Havia tantas coisas, tanto mundo para ser descoberto, que demorei anos para poder pelo menos entender minimamente como fazer parte dele. Das novidades, não estou dizendo apenas o fato de ir para um ambiente novo e cheio de novas oportunidades. Digo no sentido das experiências mais corriqueiras a quem todos estão completamente acostumados a lidar.

Interlocutor - Acho que eram duas coisas, o limite que se perdia, depois que você ia pra fora, e aí aquele núcleo que se superava. Não tinha mais uma coisa que ligasse ali, que era física, a proximidade, onde estavam todas essas pessoas. E eu acho que a gente não tinha a noção do onde que ia isso, mas a gente sabia que a gente não ia mais ser tão próximo. Então acho que quando saiu de lá é tipo uma mudança, talvez uma das mudanças mais que a gente tinha havido até aquele momento. Mas lógico foi bem diferente, porque era isso, parecia que você vivia num lugar super protegido, isolado, que não tinha... Eu tinha uma questão que facilitava, que eu morava perto de uma ala, na frente tinha um terreno baldio bem grande que isolava do outro lado. Tinha um isolamento também e no fim do bairro, que é onde eu morava, na frente de uma pracinha, então eu acho que isso amenizava um pouco ser tão brusco porque era um lugar que não tinha tanto movimento também, não tinha aquele negócio, agora eu estou em contato com o mundo exterior, ainda tinha um pouco, era um pouco isolado. Mas, lógico, você sente, porque eu não estava na vila, às vezes saía ali, com o meu pai, conversava com o meu pai, interagia um pouco ali fora, mas não era muito comum sair ali, né? Foi um baque bem grande, foi uma mudança bem brusca nesse sentido. Eu lembro que o pessoal foi saindo primeiro da P2 e aí foi ficando cada vez mais vazio, assim, meio paulatinamente. Foi ficando vazio. A gente já estava um pouco mais velho, já, uns 12, 13. Foi mais que começou a perder um pouco desse encanto, né? Então foi um período que foi sumindo um pouco desse encanto. Parece que foi um pouco entrando na realidade, né?

Financeiramente a coisa também começou a não ficar tão legal mais, né? A gente mudou para uma casa muito menor, e era num bairro onde a gente não tinha o hábito de morar na cidade, então a gente, o esquema de ficar em casa, o esquema, a gente ficava muito em casa, permaneceu ficar em casa, só que era uma casa muito menor. Então foi uma época que parece que passou muito rápido esse final, assim, sabe? Não tenho quase que nenhuma lembrança desse final. Parece que foi uma coisa meio assim, um dominó rapidão. Rapidão. Essa é uma lembrança meio ruim.

Interlocutor- Eu tinha saudade da vila, sim. Era um, eu demorei cara, é engraçado isso, porque eu demorei para entender.

Que a vila não era um lugar legal, entendeu? Saca? Era legal quando para a gente que era criança. Mas eu acabei levando essa coisa pra frente bastante tempo eu acho. Saca? Mas é tipo, também eu não tive assim uma, depois que eu mudei para cá, também, não tive também uma vivência de vida que pudesse compensar as coisas boas, entendeu? Eu acho que foi traumático para todo mundo, né? Também não sei como é que as famílias lidaram com a situação, entendeu? O que que eles falaram para os filhos, né? Ou o que que eles mesmos sentiam em relação aos outros. Eu não sei, cara, mas é estranho, sim. Porque a gente era muito amigo (INTERLOCUTOR 11).

Lembro da figura simpática do carteiro, com seu uniforme amarelo que agora passava nesta nova casa. De uma conta de água, no seu papel azul. O lixeiro. Andar a pé pela cidade e acostumando com a ideia de que não estava mais em um perímetro perigoso. Tudo isso levou tempo. Os códigos, os gestos. Tudo era muito estranho e novo. É claro que os processos de adaptação são relativamente distintos para cada indivíduo, mas possuem traços de similaridades importantes. São evidentemente traumáticos em certa medida, porque intensos. Não se trata apenas de uma mudança de casa, de bairro, de círculo de amizade. Tratam-se de processos de resignificação profunda dos sentidos da realidade, da construção das sociabilidades e possivelmente da própria subjetividade, com a prisão ocupando um lugar distinto. Sem dúvidas ainda presente em certo grau, nas preocupações com segurança, nos procedimentos cotidianos de interação com o outro, sempre com um certo nível de anonimato em relação à vida íntima e profissional.

O fato é que as 12 casas que compunham a vila fazem parte de um modelo de administração penitenciário que chegou ao fim. Os grandes complexos foram substituídos por prisões compactas onde apenas o Diretor Geral e o de Segurança são obrigados a morar próximos a unidade prisional. Os condomínios onde o corpo gestor e seus familiares se acomodavam fazem parte de um experimento social cujos resultados tentaram ser discutidos neste trabalho.

Também chegam ao fim as relações profundas construídas por seus moradores enquanto viviam uns ao lado dos outros. Em todas as entrevistas que

coletei, e quando questionados se mantinham relações com os ex-moradores da vila a resposta era sempre negativa. Nunca mais se falaram. Talvez isto mostre o quão distante aquela comunidade precisou ficar do mundo, para que ela pudesse existir de maneira coesa e lidar com o cotidiano inseguro. Ou talvez ainda nos mostre que a vila só é possível em um ambiente sustentado pela prisão, através de uma espécie de violência simbólica que precisa a todo momento ser administrada.

Da experiência pessoal que tive quando revivi estes momentos com meus interlocutores, a impressão que tive era de que a vila estava ali, dormente, e que quando as palavras começaram a surgir, de repente estávamos todos lá novamente. Crianças e adultos que necessitam uns dos outros para sobreviver. Os relatos foram intensos, confessionais. Como era a nossa vida naquela época. Senti isso na proteção das mães e pais em ainda tentar proteger os filhos e amigos de seus filhos, dos relatos da prisão. Senti com os amigos que, depois de alguns minutos de conversa, confessavam e recebiam de mim confissões como se estes laços confiança fossem momentaneamente reconectados. Ao mesmo tempo, o tom de todas as conversas não eram de alegria. Era lembrar um passado complexo, duro e confuso, em que estamos todos buscando a melhor maneira de viver os nossos dias e noites.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do sistema prisional brasileiro é amplo e complexo. Como um catalisador dos conflitos sociais, ele exacerba as desigualdades históricas de nosso país. Precisar quais os reais efeitos da prisão na vida das pessoas é um dos grandes desafios aos que dedicam sua vida ao estudo desta instituição. A prisionização, conceito formulado pelos norte americanos ainda na década de 1940, buscava responder os questionamentos sobre a efetividade do sistema prisional em um momento de guerra mundial. O tom destas investigações, como procurei evidenciar, era pautado na otimização da recolocação do indivíduo na sociedade. Estas questões foram debatidas com intensidade e com contribuições importantes para a área da sociologia, direito e psicologia. Porém, e sobretudo a partir da década de 1980, o mundo é transformado em um lugar compartilhado. Tecnologias, satélites, o mercado global de drogas e a mundialização do crime organizado modificam profundamente as relações humanas e trazem novos desafios para os intelectuais dispostos a

compreender estes novos fenômenos. E a prisão certamente incorpora estes significados. Se o mundo mudou, os possíveis efeitos que a prisão pode causar àqueles que estão em contato com ela também mudam. E portanto é preciso que novas ferramentas sejam desenvolvidas para compreender tais acontecimentos. A prisionização portanto abandona seu significado de Instituição Total e passa a ser percebida como um ambiente poroso, conectado com a sociedade. Isto trouxe, sem dúvidas, um grande avanço nos estudos sobre políticas penitenciárias e no sistema de justiça. Os dilemas da prisão, os crimes e seus conflitos são agora entendidos como reflexo de uma sociedade desigual e violenta.

Portanto a busca por novos significados dos efeitos da prisão são ponto crucial para a compreensão dos conflitos que envolvem este local. Os estudos sobre os detentos, seus familiares, agentes de segurança e corpo gestor são parte deste esforço em compreender o que a prisão produz.

Por se tratar de um ambiente extremamente inseguro, o acesso aos interlocutores é uma preocupação que atravessa quase a totalidade dos estudos sobre atores que orbitam a prisão. Para qualquer lado que decidimos olhar, estamos diante de atores que se encontram (em seus diferentes graus) à margem da sociedade. Do ingresso preso e invisibilizado pela sua cor e classe social ao profissional trabalhador da prisão subalternizado pelo sistema de justiça brasileiro, o desafio sociológico começa no acesso a estes interlocutores.

Como procurei demonstrar durante o percurso, o acesso e sobretudo o conteúdo do discurso de uma entrevista partem da premissa da confiança, e estabelecer laços de confiança em um ambiente onde a desconfiança é a premissa da sobrevivência (pessoal e profissional) não é tarefa fácil. Mesmo no caso desta pesquisa onde o pesquisador faz parte do grupo a questão continua a mesma, ou seja, falar sobre o grupo para outras pessoas pode transformar o pesquisador no responsável pela quebra de confiança.

A condução das entrevistas, sempre livres e concentradas na recuperação da memória dos interlocutores foram fundamentais para reavivar os momentos importantes para cada indivíduo. Com a criação de um repertório de memórias, foi possível compará-las e extrair dali seus significados, como observado no capítulo III. Para estas questões, a sociologia da memória cumpriu um papel fundamental ao nos

dar ferramentas analíticas para que fosse possível construir dados objetivos, como as percepções sobre as fugas, as formas de subjetivação dos conflitos e as regras do cotidiano da vila. Com isso, a partir da memória individual (relatos) foi possível, por comparação entre os mesmos, formar uma narrativa de memória coletiva (as subseções do capítulo III) e relacioná-las com as transformações do sistema prisional presentes nos capítulos I e II. Com essas informações, foi possível perceber os traços da prisionização no grupo de maneira muito clara e intensa, como um vetor fundamental de organização do espaço da família e do trabalho naquela comunidade.

Se observarmos as narrativas ao longo do capítulo III, é possível perceber que as formas de estruturação das relações do grupo, sua percepção da vila e as formas de subjetivação do cotidiano prisional são parte de um processo maior, diretamente ligado às transformações do sistema prisional paulista. Isto fica evidente quando abordei a questão das fugas. Em um momento inicial, as fugas eram eventos que não causavam maiores preocupações dos moradores, inclusive eram parte dos eventos “positivos” do cotidiano da vila, claramente expressado nas falas dos interlocutores quando associam as fugas a momentos excitantes e felizes. Esta percepção muda na medida em que o sistema prisional muda. Com o fortalecimento do crime organizado, do acesso a armas e tecnologias de comunicação, as fugas não são mais um problema relacionado apenas a conflitos internos da unidade prisional. Passam a fazer parte de articulações que vem de fora da prisão. Os reflexos nos moradores da vila são claros. Como observamos nos relatos contidos neste trabalho, o medo passa a tomar conta do discurso.

Também é possível dizer que a vila representa um momento político na história das prisões no Brasil. Quase todas as construções de unidades prisionais construídas até o final dos anos 1980 possuíam um espaço de moradia que abarcava todo o corpo gestor. Tanto no complexo Campinas-Hortolândia, quanto em outros lugares como o Instituto Penal Agrícola, Penitenciária I de Itirapina, Casa de Detenção etc, as instalações para os diretores possuem grandes dimensões. Isso pode ser lido como um reflexo da grande autonomia que a gestão penitenciária tinha até o início dos anos 1990. Como procurei demonstrar na subseção “os gestores”, o poder desempenhado por esta equipe dentro das prisões era enorme. Este poder foi diminuindo ao longo do tempo, com a burocratização, o fortalecimento do PCC e uma série de fatores que

minaram o poder destes profissionais ao longo dos anos.

Estas conexões ficam evidentes nos discursos dos ex-gestores e em seus familiares principalmente quando discorrem sobre seu cotidiano na sua identificação como líderes das unidades prisionais. Lideranças estas que já não existem. Como um experimento social, a memória desse grupo passa por dois momentos. Um primeiro, de construção dos laços, de subjetivação do espaço e de uma experiência positiva em relação ao cotidiano. Com os movimentos políticos e sociais dos anos 1990, lentamente os discursos tornam-se mais soturnos, repletos de lembranças desconfortáveis. De uma prisão inerte, uma paisagem, para uma “prisão viva” e perigosa. A construção da memória coletiva deste grupo passa por esses dois momentos, que coincidem com as transformações do sistema penitenciário paulista.

Havia um acordo tácito entre os gestores para prover uma experiência de vida saudável para seus familiares. Os problemas da prisão, na medida do possível, ficavam dentro da prisão. Isso só foi possível porque naqueles primeiros anos da década de 1990, as lideranças entre os detentos eram formadas dentro da própria unidade prisional de maneira espontânea e desorganizada. Dessa maneira, os diretores tinham a capacidade de filtrar as informações de maneira eficiente, e de certa maneira escolher o que podia e o que não podia ser dito dentro da vila. As mães, responsáveis por traduzir estas questões aos seus filhos e filhas, procuravam passar a sensação de normalidade, de estabilidade e solidariedade. O controle de informações é fundamental para que se possa dar conta de produzir uma realidade artificialmente segura. Por isso entendo que as memórias dos filhos e filhas destes gestores sobre o cotidiano inicial da vila sejam tão positivas.

Estes esforços para produzir um ambiente “normal”, aliado à autonomia da gestão penitenciária dos anos 1990 foram capazes de produzir comportamentos muito peculiares. Inclusive na relação das famílias com os detentos. A proximidade espacial da prisão e vila, aliado aos serviços prestados pelos condenados (como na subseção 3.6), produziram uma atmosfera relativamente amistosa entre gestor/família e presos. É claro que esta relação é fortemente baseada em uma rígida hierarquia por parte dos encarregados pela vigilância desses trabalhadores. Mesmo assim, isso permitiu que em alguns momentos, mesmo que raros, um indivíduo preso pudesse ter a oportunidade de vislumbrar espaços de “liberdade”, como a liberdade artística ao ser

incentivado a elaborar uma pintura durante semanas.

Todas essas questões abordadas aqui nestas considerações finais acabam por criar esta atmosfera chamada de “mundo paralelo” por um dos interlocutores dessa pesquisa. Um “mundo” em que a prisão desempenha o papel ativo na construção da realidade da vila. Uma realidade em constante mudança e de difícil compreensão por parte dos indivíduos que estiveram lá. É curioso notar a dificuldade de compreensão do lugar ocupado pela vila. Me parece certo dizer que este momento fica claro apenas quando estes indivíduos foram morar em outros lugares. Os relatos sobre as dificuldades de adaptação me parecem indicar esse caminho.

E talvez indiquem ainda algo muito mais intenso. O cotidiano com regras rígidas, o controle dos espaços de convivência, a administração das relações através de laços de solidariedade muito fortes e a dificuldade de adaptação ao “mundo real” quando deixam de morar na vila, me parecem guardar relações de semelhança com o próprio ritual do sujeito encarcerado. Isso pode sugerir que a prisionização neste grupo age de maneira muito intensa, inclusive na própria construção do *self* se pensarmos que muitos dos filhos e filhas do corpo gestor nasceram da vila e portanto tem sua formação subjetiva e suas primeiras construções sobre a realidade em um espaço com uma lógica muito semelhante à prisional. Não quero propor com isso uma falsa equivalência. Os males do cárcere são perversos e é preciso ter clareza sobre isso. A questão que levanto é que as semelhanças são suficientes para não serem ignoradas. Sugerem ainda um ambiente profundamente marcado de maneira pela *prisionização*.

O conceito de *prisionização* ainda encontra possibilidades para a sociologia, em sua busca por apreensão do mundo social no qual todos nós nos inserimos. Procurei estabelecer uma metodologia que pudesse trazer novas perspectivas a este conceito, afastando dele algumas concepções que julgo não serem mais eficientes para explicar os efeitos da prisão nos grupos e indivíduos que nela sentem seus efeitos. Caminhando pelo percurso de trabalhos que percebem a prisão como uma instituição ainda não muito bem compreendida pela sociologia, em constante mutação e que se afasta cada vez mais das teorias clássicas que a veem como um local descolado da sociedade. Do contrário, busquei nas micro-relações e na reconstrução da memória coletiva as ferramentas para demonstrar que os limites não existem. A

prisão e os grupos aqui estudados aparecem em uma relação simbiótica. “Nem dentro”, “nem fora” da prisão neste caso tornam-se “Dentro” e “Fora” da prisão.

Espero também ter conseguido evidenciar que os efeitos da prisão ainda não foram completamente compreendidos, principalmente quando olhamos para grupos como os moradores das casas destinadas à gestão, que têm uma relação muito próxima e particular com a prisão, onde as regras de sociabilidade, solidariedade, gestão de conflitos e no limite, a própria concepção de quem são, estão intimamente atreladas à prisão. O grau de penetração da lógica prisional em suas vidas é tão grande que qualquer abalo ou mudanças na ordem política, econômica, ou social, tem efeitos imediatos nestes grupos e partem deles a tentativa de se reorganizar no sentido de trazer a “normalidade” em seu cotidiano.

Através de uma espécie de relato sociológico trazer ao debate as micro-relações estabelecidas dentro dessas casas, os dilemas, as expectativas, os medos e as alegrias. Penso que esses relatos são fundamentais para que possamos tentar apreender de que maneira o processo de *prisionização* acomete o grupo no qual me debrucei. Acredito que estes relatos podem facilitar a compreensão de como as memórias coletivas são construídas e afetadas pelas organizações em que elas se encontram imersas. Estas memórias são o produto de um cotidiano marcado pela prisão. Indo na contramão dos escassos estudos sobre essas localidades, espero ter tido sucesso em demonstrar que os chamados “condomínios” em que os gestores moram, muito mais do que produzir privilégios em razão de alguns benefícios como o tamanho das casas, o fornecimento de comida etc, produzem realidades de imensa insegurança e instabilidade social. Talvez a grande questão que envolva estes estudos esteja na dificuldade em adentrar e observar como o cotidiano é acionado e organizado. Percebo que o olhar estrangeiro, exótico ainda permeia grande parte dos trabalhos envolvendo este tipo de tema. E por isso, acredito que este trabalho possa servir como auxílio para que estes olhares sejam um pouco mais atentos.

A vila é parte da história do sistema prisional brasileiro, e apresentá-la pela ótica de seus protagonistas foi grande parte do esforço deste trabalho. Não pretendi, contudo, esgotar o tema e muito menos oferecer uma visão total de todas as complexas redes de relações que envolvem estas localidades. Antes de tudo, este trabalho tem a função de talvez incitar um debate ressignificado, respondendo

algumas questões, mas certamente abrindo espaço para uma infinidade de novas perguntas e novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

AHRANJANI, Maryam. **The Prisonization of America's Public Schools**. University of New Mexico, 2017.

AKERS, Ronald; L. HAYNER; Norman S.; GRUNINGER, Werner. **Prisonization in five countries: Type of Prison and Inmate Characteristics**. 1977.

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow*. New York: New Press, 2011.

ALVIAR, Isabel Cristina Jaramillo Sierra Helena. **"Family" as a legal concept**. Bogotá D.C., Colômbia: Universidade de los Andes, 2015.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; LAZARETTI, Bruna Furini; AMARAL, Mariana Moreno do. Do campo das falsas memórias às falsas memórias do campo: impressões obtidas através do acompanhamento de oitivas policiais na região metropolitana de Porto Alegre. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.5, n.3, p. 93-117, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2000[1764].

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2010.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. xxix, n.127, p. 711-732, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANCELLI, E. (2005). Repressão e controle prisional no Brasil: Prisões Comparadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005.

CHIES, Luiz Antônio Bogo (Coord.). A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena. **Cadernos de Direito**, Pelotas, 2001.

CLEMMER, Donald. Observations on Imprisonment as a Source of Criminality. **Journal of Criminal Law and Criminology**, v. 41, Issue 3, article 6, p. 311-319, 1950.

CLEMMER, Donald. **Prison Community**. Harcourt Brace College Publishers, 1958.

COELHO, Edmundo. Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COMFORT, Megan L. **In the tube at San Quentin**: The “Secondary Prisonization” of Women Visiting Inmates. 2003.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória**: Análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. (Org.). **Aquém e além da prisão**: cruzamentos e perspectivas. Lisboa: 90º Editora, 2008.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. (Org.). **Malhas que a reclusão tece**: questões de identidade numa prisão feminina”. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, 1994.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. (Org.). **Entre o bairro e a prisão**: tráfico e

trajectos. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Ed. Saraiva, 2011.

DIAS, Camila; ADORNO, Sérgio. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2013.

DONATI, Pierpaolo. Old and new family policies: The perspective of relational sociology. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 54, p.127-159, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994.

FARIA, Peter de Souza Lima. **Adorno and Foucault: Unsystematic Way of Doing Philosophy.** 2017. 70 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Fakulta humanitních studií, Programa de Filosofia, 2017. Disponível em:<
<https://is.cuni.cz/webapps/zzp/detail/194311/> >.

FILGUEIRAS, Fernando; ARANHA, Ana Luiza Melo. Controle da corrupção e burocracia da linha de frente: regras, discricionariedade e reformas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 2, p. 349-387, 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 2000a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

GARLAND David. **Punishment and modern society: a study in social theory.** Oxford: Oxford University Press, 1993.

GARLAND David. “*As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico*”.

Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.13, p. 59-80, nov, 1999.

GARLAND David. Concepts of culture in the sociology of punishment. **Theoretical Criminology**. London, v.10 n. 4, p. 419-447, 2006.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Local: USP, 2010.

GOFFMAN, Erwin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**: Editora Centauro, 2006.

JEDLOWSKI, Paolo. Memórias. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, p. 217-234, jan./abr., 2003.

KAUFFMAN, Kelsey. **Prison officers and their world**. Massachusetts/USA: Harvard University Press, 1988.

KINZO, MARIA D'ALVA G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspectivas**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MARTIN, Liam. “Free but Still Waling the Yard”: Prisonization and the Problems of Reentry.

Journal of Contemporary Ethnography , v. 47, n. 5, p. 671-694, nov., 2017.

MELO, Felipe Athayde Lins de. **As prisões de São Paulo**: Estado e mundo do crime na gestão da “reintegração social”. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

MILANO, D. K. Habitações operárias: evolução das imagens de representação. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 3, n. 1, p. 1-22, 14 mar. 2011.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: From “Collective Memory”, **Historical Sociology of Mnemonic Practices**, v. 24, p. 105-140, 1998.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.

PAPP, Gábor. **Prisonization and/or Criminalization?** [s.l.]: Some Theoretical Considerations and Empirical Findings, 2010.

PATERNEK, Margaret A. Norms and normalization: Michel Foucault’s overextended panoptic machine. **Human Studies**, v.10, p. 97-127, 1987.

PATERNEK, Margaret A. Crime, controle social e a cultura oficial da sociologia. **Sociedade e Estado**. v. x, n. 2, jul./dez., 1995.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMALHO, José. Ricardo. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 1 ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RAMIREZ, John. Prisonization, Staff, and Inmates: Is it Really about Us Versus Them?, **Criminal Justice and Behavior**, v. 11, n. 4, p. 423-460, dez.1984.

RAMOS, Danielle Marques dos; NASCIMENTO, Virgilio Gomes do. A família como instituição moderna. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 461-472, jul./dez. 2008.

RICHARD K. Neumann Jr.; DONALD, Schön. The Reflective Practitioner, and The Comparative Failures of Legal Education, **Clinical Law Review**, v.6:401, p. 400-426, 2000. Disponível em:
<https://scholarlycommons.law.hofstra.edu/faculty_scholarship/519>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SABAINI, Raphael Tadeu. **Uma Cidade entre presídios**: ser agente penitenciário em Itirapina-SP. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2012.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. 2 ed. Annablume: Fapesp, 2006.

SANTOS, Fabiane Vinente. Os limites do “re-fazer” etnográfico. O revisit de “Sociedade de Esquina”, de William Foote Whyte, e a crítica etnográfica contemporânea. **Ponto Urbe** [online]. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. v.11, p.1-13, 2012.

SCIFONI, Simone. Lugares da memória operária na metrópole paulistana. **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 33. p. 98-110, 2013.

SCOTSON, John L.; ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SHAMMAS, Victor L. Pains of Imprisonment. **The Encyclopedia of Corrections**.

Published by Wiley & Sons, 2017.

SILVA, Fabio Lobosco. **Sobre um novo conceito de prisionização**: o fenômeno da assimilação prisional de acordo com a realidade prisional brasileira. 2017. 269 f. Tese (Doutorado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Paulo, 2017.

SILVESTRE, Giane. **Dias de Visita**: Uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SIMON, Jonathan. **Mass Incarceration**: From Social Policy to Social Problem. The Oxford Handbook of Sentencing and Corrections. Edited by Joan Petersilia and Kevin R. Reitz, 2011.

STUART, F. and Miller, R. J. 'The Prisonized Old Head: Intergenerational Socialization and the Fusion of Ghetto and Prison Culture', **Journal of Contemporary Ethnography**, v.46, n.6, p. 673–698, 2017.

SYKES, G. M.; WESTERN, B. **The Society of Captives**: A Study of a Maximum Security Prison. [s.l.]: Princeton University Press, 2007.

THOMAS, Charles. W. Prisonization or Resocialization?: A Study of External Factors Associated with the Impact of Imprisonment. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.10 n.1, p.13–21, 1973.

THOMAS, Charles W. Theoretical Perspectives on Prisonization: A Comparison of the Importation and Deprivation Models. **Criminal Law And Criminology** . v. 68, n.1, artigo 7, p. 134-145, 1977. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc/vol68/iss1/7>>. Acesso em:

17 jun. 2019.

THOMPSON, Augusto. **A questão Penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense Juridica, 2002.

TRASK, B.S. **Globalization and Families**: Accelerated Systemic Social Change. New York: Springer Science+Business Media, 2010.

WACQUANT, Loic. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 39-50, 1999.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001a.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001b. (Coleção Pensamento Criminológico)

WACQUANT, Loic. Que é gueto? Construindo um Conceito Sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p. 155-164, nov, 2004.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

WIEVIORKA, Michel. **Violence**: a new approach. London: SAGE Publications Ltda, 2009

WIEVIORKA, Michel. **Evil**. [s.l.]: Wiley, 2012.

ANEXOS

ANEXO A - CRIANÇA BRINCANDO DENTRO DE UMA DAS CASAS DESTINADAS À GESTÃO – ITAPINA (SP).



ANEXO B - FRENTE DA CASA DO DIRETOR GERAL EM HORTOLÂNDIA (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO C - CARNAVAL DE RUA, DENTRO DA VILA. HORTOLÂNDIA(SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO D - CARNAVAL DE RUA, DENTRO DA VILA. HORTOLÂNDIA (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO E - DECORAÇÃO DE CARNAVAL DENTRO DE UMA DAS CASAS DA VILA.

HORTOLÂNDIA(SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO F - PINTURA DO ARTISTA NATANAEL



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO G - VISTA DE DENTRO DE UMA DAS CASAS DA VILA PARA A RUA

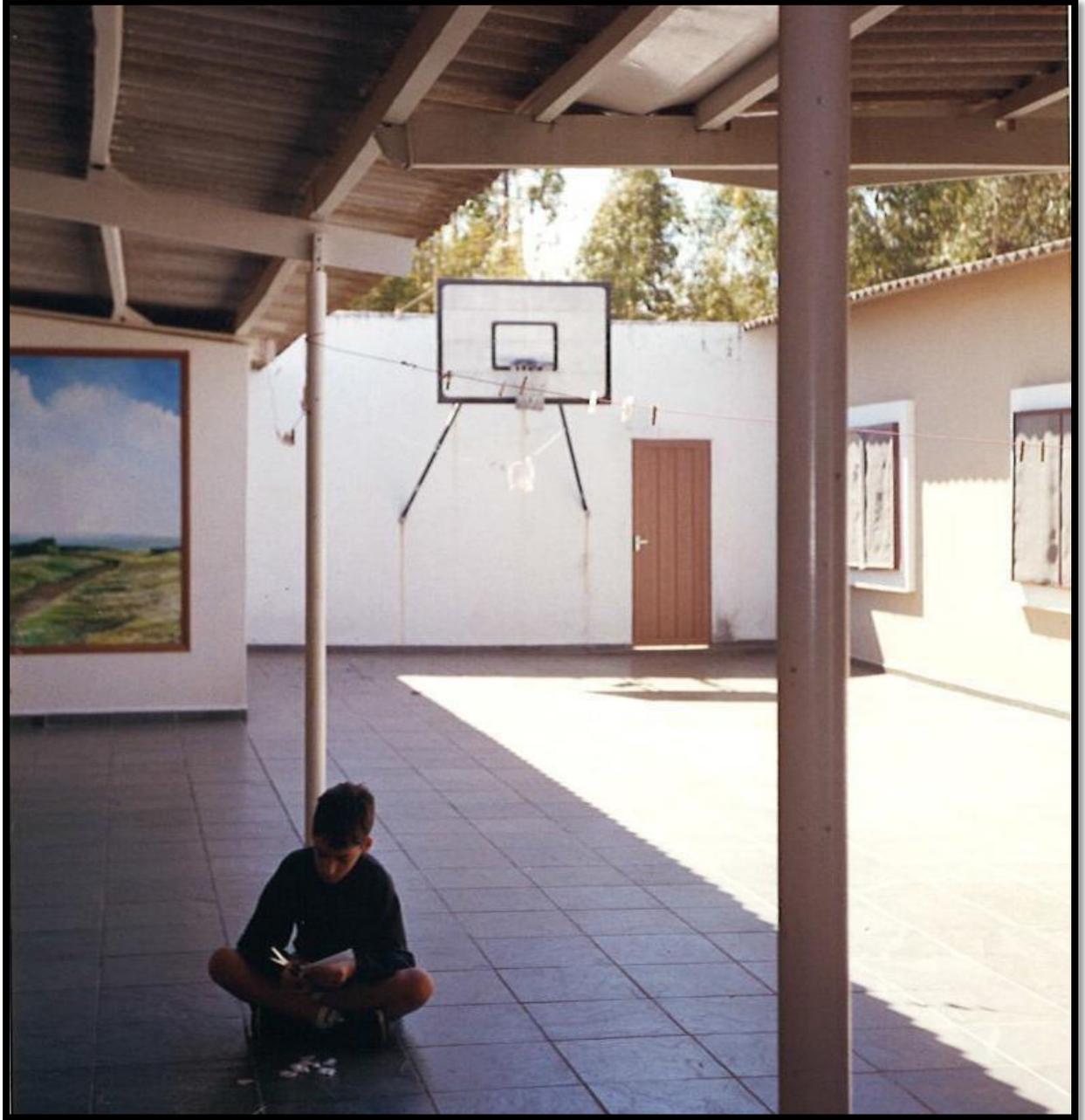
QUE SERVE À VILA. HORTOLÂNDIA (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

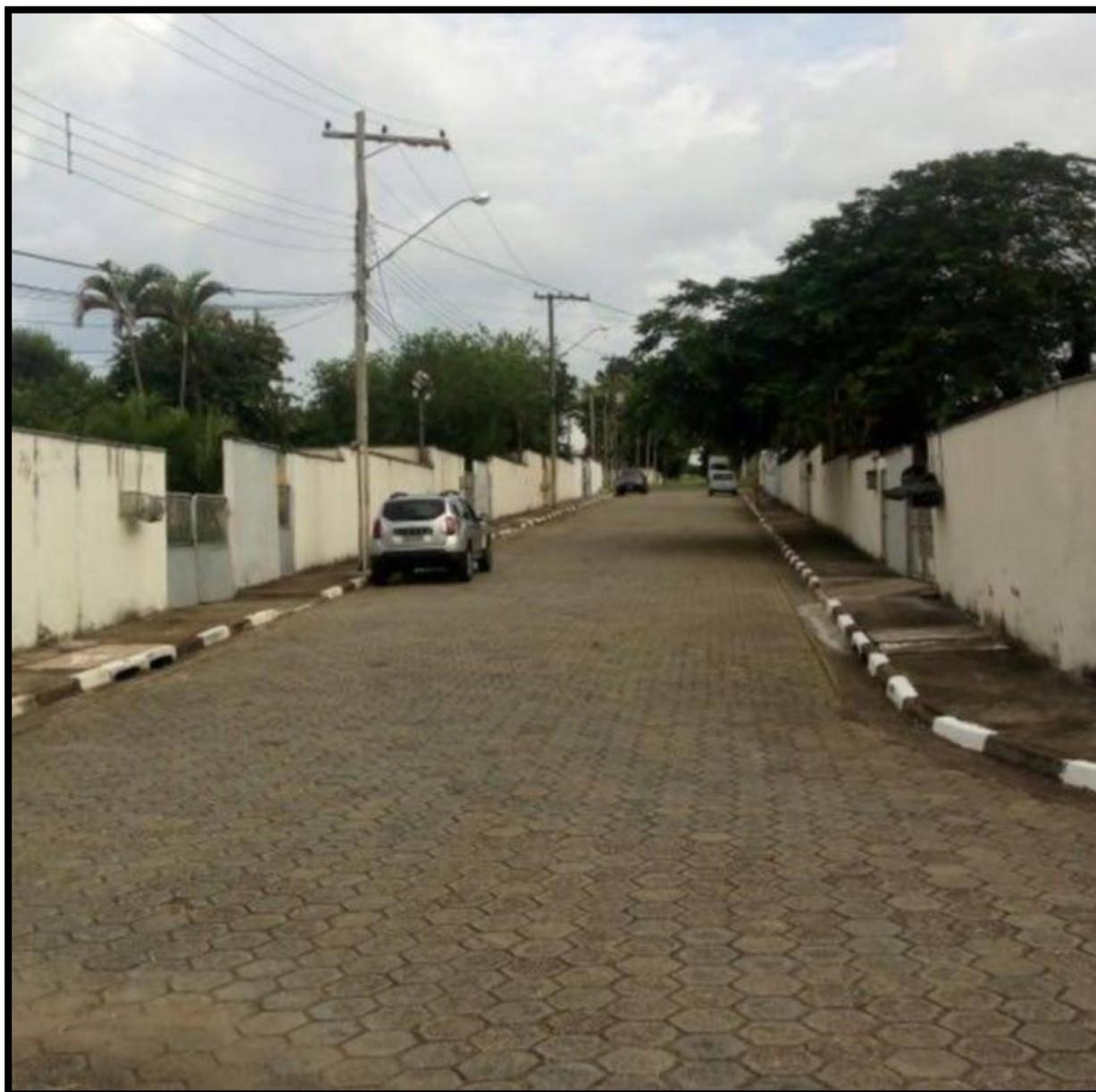
ANEXO H - VISTA DE DENTRO DE UMA DAS CASAS DA VILA PARA A RUA QUE

SERVE À VILA. HORTOLÂNDIA (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO I - RUA DA VILA. HORTOLÂNDIA (SP)



Fonte: Arquivo pessoal.

